
**O PENSAMENTO AUTORITÁRIO BRASILEIRO
E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS:
a crise do período entre-guerras na obra de
Francisco Campos.**

Paulo Gilberto Fagundes Vizentini

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA,
POLÍTICA E SOCIOLOGIA

**O PENSAMENTO AUTORITÁRIO BRASILEIRO
E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS:
a crise do período entre-guerras na obra de
Francisco Campos.**

AUTOR : PAULO GILBERTO FAGUNDES VIZENTINI
ORIENT.: PROF.DR. RICARDO A.SILVA SEITENFUS

DISSERTAÇÃO APRESENTADA COMO EXIGÊNCIA PARA A OB-
TENÇÃO DO TÍTULO DE MESTRE EM CIÊNCIA POLÍTICA.

PORTO ALEGRE, julho de 1983.

Aos que, mesmo amargos e angustiados,
não se deixam dobrar pelas adversida-
des destes tempos áridos.

"Ainda hoje hã partidos que sonham fazer andar as coisas às arrecuas, à maneira dos caranguejos. Mas (...) não se pode conseguir isso; é preciso ir para frente (...): avançar passo a passo no caminho da decadência (é a minha definição de 'progresso' moderno)".

Friedrich NIETZSCHE

"O aspecto característico dos vinte anos de crise, entre 1919 e 1939, foi a queda súbita das esperanças visionárias da primeira década para o sombrio desespero da segunda, da utopia que não se prendia à realidade para uma realidade da qual a utopia fora rigorosamente excluída. A miragem da década de vinte (...) era o reflexo tardio de um século anterior que não se poderia resuscitar".

Edward H. CARR

S U M Á R I O

PREFÁCIO	7
INTRODUÇÃO	11
I. A CRISE DO LIBERALISMO	28
1.1. A crise internacional do período entre-guerras e a ascensão dos regimes autoritários e fascistas	31
1.2. Da crise da Primeira República brasileira ao Estado Novo.	47
II. A IDEOLOGIA AUTORITÁRIA	59
2.1. A ideologia autoritário-corporativa européia	64
2.2. O pensamento político autoritário brasileiro	72
III. FRANCISCO CAMPOS	80
3.1. Intelectual e Homem de Estado	83
3.2. O Pensamento Político	95
IV. A PERCEPÇÃO AUTORITÁRIA DA CRISE INTER- NACIONAL	105
4.1. O declínio do liberalismo: a cons- ciência da transição	108
4.2. A ameaça revolucionária: o risco da transição	121

V. ELEMENTOS PARA UMA NOVA ORDEM INTER	
NACIONAL	134
5.1. A crise internacional: os ru-	
mos da transição	138
5.2. A construção do Estado Autori-	
tário e a nova ordem mundial	149
SÍNTESE CONCLUSIVA	168
ABSTRACT	179
BIBLIOGRAFIA	181
a. Fontes Publicadas	182
b. Trabalhos Publicados	184
c. Trabalhos Não-Publicados	195

P R E F Á C I O

O período entre-guerras representa um momento chave para a compreensão do processo histórico contemporâneo. Tanto o estudo da história política como das diferentes correntes ideológicas desta fase, constituem objetos de reflexão importantes a que tenho me dedicado, sob diversos aspectos.

A importância desta conjuntura histórica como objeto de análise, decorre do fato de ainda conter elementos de um mundo em declínio, que se debate, luta e procura superar problemas suscitados por uma nova realidade que já se fazia presente, embora percebida de maneira diversa pelos atores da época. Para alguns, a decadência inevitável ou a crise temporária de um mundo que romperia o "equilíbrio" anterior a 1914. Para outros, um momento de perigo em que deveriam fazer face a um liberalismo em declínio e uma ameaça socialista. E, finalmente, para um terceiro grupo, a crise do capitalismo agonizante, que prenunciava o advento de uma nova sociedade.

Neste sentido, não apenas os fatos históricos são importantes, como elementos de um processo de transição, mas também a maneira como as diferentes correntes ideológicas percebiam este conjunto de transformações. Este estudo procura enquadrar-se nesta última perspectiva, ou seja, de como um pensador autoritário brasileiro interpretava a crise do liberalismo, no período entre-guerras. Neste ponto, surge outro problema complexo: procurar estabelecer as relações, na instância político-ideológica, entre o nível nacional e internacional. Den-

tro desta perspectiva, busco destacar os componentes e os fundamentos mundiais de uma proposta política gestada em um momento de crise não apenas brasileira, mas do capitalismo em escala internacional.

Como professor, tenho trabalhado a problemática da transição no século XX, em especial no período entre-guerras, na disciplina de "Problemas Sôcio-Econômicos Contemporâneos", na Escola Técnica de Comércio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. No que se refere especificamente a este estudo, suas origens encontram-se também nas pesquisas realizadas na Comissão da História da UFRGS, onde tomei contato com o pensamento de Francisco Campos e pude avaliar sua influência; no seminário "Ideologia e Política no Brasil", do Curso de Pós-Graduação em Ciência Política da UFRGS, o professor Benício Schmidt despertou-me a atenção para o estudo do Pensamento autoritário brasileiro. Nesta perspectiva, este trabalho representa um ponto de convergência de estudos anteriores, com a finalidade de contribuir para a compreensão da instância político-ideológica nos anos 20 e 30.

* * * * *

Com relação a este estudo, que representa a conclusão de uma fase de minha vida acadêmica, faz-se necessário agradecer o apoio e a contribuição de várias pessoas não apenas a este trabalho, mas também a minha formação intelectual nele expressa.

Ao Professor Jarbas Medeiros, da Universidade Federal de Minas Gerais, devo um especial agradecimento pelo inestimável apoio prestado desde o esboço inicial deste traba-

lho. O Dr. Ernesto Cross Valdez, colega da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, colaborou com fontes sobre o tema, prestando-me semanalmente o estímulo de sua inteligência. Também o professor Guilhermino Cesar e a Professora Helga Landgraf Piccolo, da UFRGS, o Professor Bolivar Lamounier, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, a Professora Ana Maria Fernandes Skeff, da Universidade de Brasília e Martha Rosemberg, que elaborou tese sobre o pensamento de Francisco Campos na PUC-SP, prestaram-me um importante auxílio sob a forma de indicações para a realização deste estudo. O professor José Giusti Tavares, da UFRGS, e o Professor Alexandre Roche, colaboraram gentilmente com a leitura de partes do trabalho, apresentando valiosas sugestões.

Na perspectiva de longo prazo, é necessário o reconhecimento a algumas pessoas que exerceram marcante influência sobre minha formação intelectual, configurada neste estudo. Agradeço a Professora Helga Landgraf Piccolo, do Departamento de História da UFRGS, que legou-me um profundo interesse pela história política brasileira e pela pesquisa histórica; ao professor Pedro César Fonseca, do Departamento de Ciências Econômicas da UFRGS, amigo responsável pelos primeiros passos de minha formação teórica; a Luis Henrique Baptista, amigo e colega do curso de História da UFRGS, cujas profundas reflexões acerca da sociedade constituíram sempre um forte estímulo intelectual; ao professor José Giusti Tavares, do Curso de Pós-Graduação em Ciência Política da UFRGS, que com sua sólida formação intelectual e acuidade interpretativa, sempre motivou-me para o estudo da Ciência Política; ao professor Alexandre Roche, cujo humanismo e aguda percepção do sentido histórico do século XX, reforçaram-me o desejo de aprofundar meus conhecimentos; e ainda ao professor Ri

cardo Seitenfus, do Curso de Pós-Graduação em Ciência Política da UFRGS, a quem agradeço a orientação desta dissertação e o firme incentivo para aprofundar meus estudos na área das Relações Internacionais.

Também merecem destaque, pelo seu estímulo na vida acadêmica e na atividade de pesquisa, Vera Regina Cohen, Helena Partichelli, Susana Bleil de Souza e Sandra Jatahy Pesavento (Professoras de História), Hêlgio Trindade e Eduardo Koreff Carrion (Professores do Curso de Pós-Graduação em Ciência Política). Marcos Vinícius Antunes, Luis Alberto Rodrigues e Paulo Stefaniak, colegas do mestrado em Ciência Política, sempre participaram de um fecundo debate intelectual.

Aos Professores Clóvis Vergara Marques, Pery Pinto Diniz, Mozart Pereira Soares e Dante Laytano, da UFRGS, gostaria de expressar minha profunda gratidão, pelo apoio e estímulo recebidos na atividade profissional. Sem a colaboração de todos, a jornada até aqui percorrida, teria sido muito mais difícil, senão impossível. A todos o meu agradecimento e isenção pelas possíveis falhas do trabalho, que são de minha inteira responsabilidade.

Finalmente, expresso minha gratidão à Rosani Ribas Bittencourt e Tânia Zicca, que datilografaram este trabalho; à Sérgio Krepsky, que auxiliou-me nos mapas e na arte visual, bem como a Elizabeth Fernandes, que traduziu o "abstract", e à Gina, pelos momentos furtados ao nosso convívio.

Paulo Fagundes Vizontini.

Porto Alegre,
inverno de 1983.

I N T R O D U Ç Ã O

"Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem, não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos."

KARL MARX - O 18 Brumário de Luís Bonaparte.

INTRODUÇÃO

Problemática

A crise do liberalismo no período compreendido entre as duas guerras mundiais marca um momento sumamente importante no processo histórico contemporâneo. A Primeira Guerra Mundial (1914-1918), é o evento que faz aflorar a crise que se vem gestando, desde algum tempo, no interior do sistema capitalista liberal. As origens desta crise, que significa a transição do capitalismo industrial liberal e de suas formas sócio-políticas ao capitalismo financeiro monopolista, podem ser encontradas na década de 1870, onde acentua-se a concentração do capital e inicia-se uma nova fase colonialista. A Primeira Guerra Mundial, no desdobramento deste processo, busca redefinir a hegemonia político-econômica e militar dentro do sistema internacional. Entretanto, o conflito não apenas não redefine a hegemonia mundial segundo as expectativas dos vencedores, senão que agrega componentes à crise, que a transformam qualitativamente.

O pós-guerra traz uma desagradável sensação de que um certo equilíbrio rompeu-se, e que uma volta à " belle époque " que caracteriza ideologicamente o mundo anterior à 1914, é impossível. Como se isto não bastasse, o triunfo da revolução soviética em 1917, implantando o primeiro regime socialista, introduz no contexto europeu da época uma percepção pânica de ameaça por parte das elites dominantes dos países capitalistas e, si-

multaneamente, um forte estímulo e esperança em grupos socialistas e em parte do movimento operário que simpatiza com o novo regime. Estes dois fatores atuam de forma convergente como elementos de crítica ao liberalismo e suas instituições, seja como um sistema a ser ultrapassado na caminhada rumo ao socialismo, seja como um sistema percebido como enfraquecido e por isso mesmo problemático para a defesa do "Status quo", num momento de crise.

É precisamente a partir desta última posição que a parte mais ativa das classes dominantes da maioria dos países europeus abandona, gradativamente, os postulados ideológicos do liberalismo conservador, adotando progressivamente uma linha autoritário-conservadora. O autoritarismo conservador encaminha-se, progressivamente, na direção do corporativismo, ao ponto de se reunirem numa corrente ideológica com características específicas no período: o *autoritarismo corporativo*. Esta vertente ideológica procura responder de maneira eficaz ao desafio histórico originado pelo triunfo da revolução soviética na Rússia, pela consolidação da URSS e pela presumível ameaça mundial representada pela III Internacional, ou Komintern (Internacional Comunista), sediada em Moscou, num momento de crise do liberalismo. Entretanto, esta ideologia não é apenas uma reação ao primeiro regime socialista, pois representa uma continuidade das diversas correntes de pensamento que, desde os fins do século XIX, criticam os postulados políticos da sociedade liberal.

O final da Primeira Guerra Mundial, em 1918, não trouxe as mudanças desejadas pelos protagonistas vencedores do conflito, sendo mesmo que em diversos sentidos, a situação se agrava. Um quadro recessivo generalizado, com a perda de

mercados e a difícil reconversão econômica, aliado às destruições humanas e materiais; agitação social generalizada por todo o continente europeu, com movimentos e rebeliões comunistas em vários países, num contexto marcado por um nível elevado de desemprego e inflação em muitas nações; uma profunda crise de ceticismo frente às instituições sociais vigentes, caracterizada pela visão de um mundo ausente de perspectivas e de rumos definidos; tal é a situação no início dos anos 20. A recuperação ocorrida nesta década, caracteriza-se pela sua fragilidade e instabilidade, deixando entrever aos mais realistas a crise que se gesta, e que ao final da década eclode em escala internacional. O tempo de incerteza que marca a década 1919-1929, torna-se comumente conhecido como "a inútil vitória e a vã prosperidade".

A crise aprofunda-se em 1929, eclodida a partir do crack da Bolsa de New York, estendendo-se por todo o mundo capitalista nos anos 30, sob a forma da Grande Depressão Econômica. Intensifica-se o fenômeno político da ascensão de regimes autoritários, iniciado nos anos 20, na Europa e na América Latina. Praticamente apenas as velhas democracias da América do Norte e do Noroeste da Europa sobrevivem à maré ditatorial, e em alguns casos, fascista, que atinge a maioria dos países independentes. Aumentam os clamores por um dirigismo econômico-político como fator de superação da crise, concomitantemente à um acirramento das críticas ao liberalismo, apontado mesmo por setores das elites dominantes como o principal responsável pela crise.

Também no Brasil o período entre-guerras é uma fase da crise e transição. O país, apesar do pequeno grau de diferenciação interna de sua sociedade, encontra-se econômica

mente integrado no sistema internacional, sofrendo portanto influências do processo de transição capitalista. O pós-guerra acentua as contradições da república "liberal-oligárquica" (Primeira República ou República Velha-1889-1930), e a crise de 1929 desfere um importante golpe na economia agrário-exportadora brasileira, agravando uma tendência que já se vinha configurando nos anos anteriores. A Revolução de 1930, que leva Getúlio Vargas ao poder, inicia um ciclo autoritário, que terá seu ponto alto em 1937, com a implantação do Estado Novo, que perdura até 1945. Este ciclo foi marcado por uma crescente centralização política e pelo lançamento dos fundamentos da industrialização nacional, sendo a ideologia autoritária o suporte legitimador deste processo ao nível superestrutural.

Os críticos autoritários da República Velha demonstram em suas manifestações ideológicas, uma influência marcante e explícita da vertente autoritário-corporativa europeia. Além de uma formulação de soluções semelhantes frente aos "males" da sociedade, estes intelectuais e estadistas demonstram uma percepção semelhante da crise internacional do período. Dentro desta corrente de pensamento, sobressai o nome de Francisco Campos que, além de influente intelectual, ocupa diversos cargos importantes nos vários governos de Getúlio Vargas, implementando concretamente, via aparelho de Estado, inúmeras reformas (nas áreas educacional, jurídica e político-administrativa) inspiradas em sua visão da crise internacional e das soluções dela decorrentes. São perceptíveis as influências, explícitas em algumas ocasiões e implícitas em outras, de Hobbes, Pareto, Sorel, Spengler e Manólesco, entre outros.

A percepção que Francisco Campos e outros inte-

lectuais autoritários possuem da crise internacional do período entre-guerras era a de um ocidente convulsionado economicamente, em profunda crise político-institucional, observada ainda como uma desagregação dos "valores morais" da sociedade da época. Dentro desta perspectiva, trata-se de uma profunda "desorganização da sociedade", decorrente da "anarquia liberal" (Francisco Campos - *O Estado Nacional*), agravada pelo surgimento do primeiro Estado de influência marxista, em consequência desta mesma "anarquia". São percebidos, neste plano, pelo pensamento autoritário brasileiro e por Francisco Campos, dois graves perigos para a sociedade em crise: o *materialismo liberal*, visto como em decadência e historicamente superado, e o *materialismo marxista*, observado como uma ameaça internacional em expansão, constituindo este último a negação de importantes valores autoritários. Nesta linha de reflexão, a solução formulada é uma atitude política voluntarista com vistas ao estabelecimento de uma unidade político-ideológica, em torno de valores supremos, que podem ser sintetizados em "família, religião e pátria" (Francisco Campos - *Educação e Cultura*), unidade imprescindível para a construção de *Estado Autoritário* ou *Estado Novo*.

A ideologia autoritária constitui, nesta perspectiva, uma reação ao liberalismo, e em muitos momentos apresenta-se, ao nível do discurso, também como uma recusa à modernidade de um mundo que se tornara extremamente complexo e convulsionado: o advento da sociedade de massas. Assim, muitas vezes despontam, em meio a uma corrente de pensamento historicamente associada à *modernização conservadora*, trechos que nostalgicamente se referem à volta ao passado, ao "paraíso perdido" de uma sociedade mais simples e estável. Esta concepção idílica

de uma "idade de ouro", situada no passado, possui um forte sentido ruralista. Consiste, basicamente, no enaltecimento das comunidades agrárias de uma ordem relativamente estável, anterior ao impacto da industrialização avançada e da formação da sociedade de massas. A exaltação de uma volta ao passado, ou mesmo referência nostálgica ao "paraíso perdido" é particularmente visível em países que num curto período de tempo, viram a ordem "tradicional" ser substituída pelo "caos moderno", geralmente do final do século XIX, tendo na Primeira Guerra Mundial um momento importante, a crise dos anos 20 (especialmente na Europa Oriental e Mediterrânea, e em países latino-americanos).

As propostas do pensamento autoritário, dentro de uma perspectiva de nacionalismo conservador pressupõe como alternativa à crise, o estabelecimento de uma nova ordem institucional capaz de superar os gravíssimos problemas sócio-econômicos e ideológicos que, naquela conjuntura, atingem o sistema capitalista internacional. A implementação desta proposta, no que tange à seus aspectos de solução de uma crise que é internacional, no desenrolar do processo histórico dos anos 1919-1939, orienta-se no Brasil em direção ao Estado Novo, e na Europa, na ascensão ao poder de regimes nazi-facistas de diversas variantes, ou de regimes autoritários associados à formas cooperativas. É importante observar que, embora este não seja um fenômeno que atinja todos os países de forma linear e mecânica, devido as peculiaridades internas e o grau de intensidade do impacto da crise em cada nação, esta possui uma certa dinâmica mundial, na medida em que problemas do mesmo gênero afetam cada sociedade integrada ao contexto internacional. Quanto ao Brasil, observa-se ainda uma considerável influência da percepção autoritária da crise internacional no tocante à análise dos rumos

da política mundial, pois ainda nos inícios da Segunda Guerra, Vargas e alguns membros do governo (especialmente pensadores autoritários) acreditavam na possibilidade de uma vitória do bloco nazi-fascista ou pelo menos na "morte" da democracia liberal.

Abordando estes conteúdos, o presente estudo procura contribuir para as análises do pensamento autoritário brasileiro e para a compreensão histórica da crise do período entre-guerras, buscando estabelecer uma ligação entre estes temas. A percepção que o pensamento autoritário possui da crise internacional deste período não tem sido objeto de pesquisa sistemática. Por outro lado, é importante tentar compreender a influência particularmente profunda que a corrente autoritário-corporativa européia, desenvolvida com a crise mundial, exerce sobre o pensamento autoritário brasileiro no período.

O estudo visa ainda a integração, como objeto de pesquisa, do plano nacional e internacional, num período histórico em que o Brasil está inserido em uma crise estrutural mundial. Em função desta crise e de sua percepção por expressiva parte da elite nacional, o pensamento autoritário propõe soluções semelhantes às da ideologia autoritário-corporativa européia. Cabe reconhecer, entretanto, os aspectos particulares e internos da crise no Brasil, bem como certos componentes essencialmente nacionais do pensamento autoritário brasileiro. Quanto a Francisco Campos, a escolha deve-se ao fato de que,

além de influente pensador, foi também um Homem de Estado. Este fato confere à Campos uma grande importância dentro do conjunto do pensamento autoritário nacional. Ocupando altos postos no aparelho de Estado, Francisco Campos influencia grandemente as decisões governamentais, chegando mesmo a realizar reformas estruturais nos setores educacional, político-administrativo e jurídico, nas quais estava presente a influência de seus princípios políticos. Pode-se afirmar ainda, que é um dos pensadores conservadores-autoritários brasileiros de maior expressão e influência, até os dias atuais.

Ideologia e Política numa perspectiva histórica

O presente trabalho utiliza-se, primordialmente, dos instrumentos de análise da *ciência política*. Entretanto, pelas características de seu objeto de pesquisa, recorre também à utilização de instrumentos interpretativos de outras áreas das ciências humanas, tais como a história e as relações internacionais, especialmente. Em tratando-se da análise de uma corrente de pensamento ou, mais precisamente, *do que uma corrente ideológica específica pensa a respeito de um dado processo histórico real*, torna-se necessária a utilização de uma abordagem multidisciplinar. A tentativa de obter uma coerência interpretativa da análise de elementos sociais situados em diferentes níveis (formas de pensamento, conflitos políticos e transformação histórica, num contexto internacional), justifica a adoção desta abordagem multidisciplinar, mantendo-se presente o objetivo da observação, como estudo situado na área da ciência política.

Neste sentido, legitima-se a importância da utili

zação de uma *abordagem histórica*. No campo das Ciências Sociais, a comprovação de hipóteses e da eficácia explicativa de determinadas teorias, somente pode ser obtida quando confrontados com a realidade social historicamente determinada. A par disto, o caráter do objeto implica, obrigatoriamente, na adoção de um enfoque histórico, na medida em que busca estabelecer uma relação entre formas de pensamento e uma realidade social concreta, dinâmica, situada no âmbito da transformação histórica. Desta forma, o estudo de uma determinada ideologia ou de estruturas políticas, ganha um sentido mais profundo para sua compreensão, quando vinculado a um tempo e a um espaço específico, uma vez que não são meras abstrações do real. Particularmente as análises de estruturas político-ideológicas de uma época de crise e transição, como foi o período entre-guerras, necessitam ser confrontadas com o processo de transformação social concreto, sob pena de tornarem-se frágeis os seus nexos explicativos.

O marco histórico deste trabalho situa-se no período compreendido entre as duas guerras mundiais. Esta fase histórica foi particularmente importante no processo histórico contemporâneo. Isto se deve em grande parte ao fato da crise profunda que a caracterizou, constituir o momento decisivo de um amplo processo de transição. A Grande Guerra de 1914-18 e o período que a segue, representam a primeira "desorganização" do sistema internacional. Gestam-se no período inúmeras manifestações político-ideológicas, em meio a uma aguda crise econômica, como alternativas ao "caos liberal", que sucede a ordem aparentemente estável anterior ao conflito. As contradições que desde o final do século XIX marcam econômica e socialmente o capitalismo liberal, após a Primeira Guerra

Mundial emergem com intensidade, especialmente com a crise de 1929 e a grande depressão econômica. Nesta perspectiva, a crise do período entre-guerras constitui um importante elemento explicativo para a compreensão tanto da fase anterior à Primeira Guerra Mundial, na forma de uma consequência, como também para a fase posterior à Segunda Guerra Mundial, pois o período representa uma antecipação de certas tendências que manifestam-se mais tarde. Em resumo, a adoção do marco histórico do período entre-guerras deve-se ao fato de constituir esta fase, de forma explícita e aguda, a *crise do liberalismo* (a que corresponde, reciprocamente, o fortalecimento do autoritarismo e do fascismo).

Um estudo sobre política e ideologia, dentro de uma perspectiva histórica, deve levar em conta todo o complexo da estrutura sócio-econômica que, embora não de forma linear, fundamenta e torna mais compreensível a superestrutura político-ideológica. Embora rejeite-se a concepção linear e mecanicista que faz da história humana, da vida política e das formas de pensamento um mero reflexo das condições econômicas, num jogo onde certamente a dialética está ausente, é necessário compreender as relações existentes entre o nível político e ideológico, e a estrutura sócio-econômica, que em *última instância* constitui a base sobre a qual se estabelecem numa relação complexa e recíproca, as demais instâncias de atividade humana. Por outro lado, também não se aceita a concepção que confunde a *autonomia relativa* da ação política e da formulação ideológica, com sua total independência, reduzindo a interpretação histórica à uma crônica onde o político é explicado pelo próprio político e a produção de idéias é compreendida como criação individual, independente do contexto histórico-social.

A história é determinada, direta ou indiretamente, pela constante elaboração e reelaboração de estruturas sócio-econômicas destinadas a obter da natureza os meios de subsistência socialmente necessários, derivando de cada formação sócio-econômica, desigualdades responsáveis por conflitos sociais, ativos ou latentes, que por sua vez atuam em direção a novas transformações. É justamente a partir das desigualdades sociais que a instância política adquire conteúdo, como luta pelo poder, seja para obtê-lo, mantê-lo ou a ele resistir.

Quanto às ideologias, nem sempre é fácil estabelecer as vinculações existentes entre diferentes estilos de pensamento e a estrutura sócio-econômica, que em última instância embasa o que cada indivíduo, fração de classe, classe ou mesmo coalizão de classes pensa do mundo social e de si próprio. Este problema torna-se mais complexo numa fase de crise ou de transição, embora a relação permaneça. Desta forma.

"a história do pensamento (...) não é uma mera história das idéias, mas uma análise de diferentes estilos de pensamento enquanto crescem e se desenvolvem, fundem-se e desaparecem; e a chave para a compreensão das mudanças nas idéias deve ser encontrada nas circunstâncias sociais em mudança, principalmente no destino dos grupos ou classes sociais que são os 'portadores' desses estilos de pensamento" (1).

Nesta orientação, cada corrente ideológica ou estilo de pensamento vincula-se a grupos sociais e sofre um processo de transformação através da história, não apenas nos momentos de crise e transição, mas também cotidianamente, refletindo as menores mudanças. É necessário salientar, entretanto, que não se trata de um reflexo mecânico, pois certas influências ideológicas sobrevivem determinado período após o desapare-

(1) MANNHEIM, Karl. "O Pensamento Conservador". in MARTINS, José de Souza(org.). *Introdução Crítica à Sociologia Rural*. São Paulo, HUCITEC, 1981. p.78.

cimento dos grupos ou condições histórico-sociais que lhe deram origem, mesmo que de forma adaptativa, desde que exista um mínimo de condições sociais que a sustente. De qualquer forma, um estilo de pensamento "*pode ser mostrado, em última análise, como algo nascido das lutas e conflitos de grupos humanos*" (2).

Cabe definir, finalmente, a concepção de *relações internacionais* adotada neste estudo. Fica descartada de início a concepção restrita, e de certa forma arcaica, das relações internacionais como "*história diplomática*" ou seja, as relações políticas formais entre governos de nações soberanas.

É necessário uma perspectiva mais abrangente, que possa abarcar um conjunto amplo de transformações político-econômicas a nível mundial. Neste sentido Krippendorff afirma que

"a análise científica das relações internacionais deve estar ancorada numa análise econômico-política da sociedade que tem o seu ponto de partida e ponto de referência constante nas leis que determinam o processo de produção e reprodução da nossa época, na época da Revolução Capitalista" (3)

Neste sentido, as relações internacionais são concebidas como um amplo processo de internacionalização e transnacionalização de relações econômico-sociais e formas político-culturais. Não afetam apenas os Estados como atores privilegiados, mas também as diversas instâncias de cada sociedade, atuando sobre as estruturas sócio-econômicas, políticas e mesmo sobre os hábitos culturais e formas de pensamento.

(2) Ibid, p. 83.

(3) KRIPPENDORFF, Ekkehart. *História das Relações Internacionais*. Lisboa, Editorial Antídoto, 1979. p.30.

Ideologias e regimes autoritários.

A questão do autoritarismo no mundo moderno reveste-se de uma extrema complexidade, e uma tentativa de teorização, configura-se como problemática. O presente estudo não pretende retomar o conjunto do debate sobre o autoritarismo. Também não objetiva utilizar um conceito rígido a respeito, procurando, isto sim, inserir alguns elementos teóricos básicos do autoritarismo na análise de um dado contexto histórico. O trabalho visa sobretudo abordar o problema de uma forma que considere pouco explorada, e contribuir com alguns elementos para que se possa discutir a questão do autoritarismo com maior profundidade, sem que as generalizações, muitas vezes carregadas de fortes conotações ideológicas, deixem de lado as particularidades de certas situações históricas.

O próprio termo *autoritarismo* reveste-se de múltiplos significados, muitos dos quais insustentáveis a partir de uma investigação mais aprofundada. A propósito, Florestan Fernandes afirma que:

"O conceito de autoritarismo é um conceito logicamente ambíguo e plurívoco (Max Weber o chamaria de 'amorfó'). O que ele tem de pior é uma espécie de perversão lógica, pois está vinculado ao ataque liberal aos 'abusos do poder' do Estado e à crítica neokantiana da 'exorbitância da autoridade'"(4).

Entretanto, apesar do uso abusivo e do conseqüente desgaste que o termo sofre, além da já referida ambigüidade e imprecisão que o caracterizam, sua utilização continua necessária, na falta de outro termo mais apropriado para o estudo deste problema.

Para o estudo proposto, fica desde início exclu-

(4) FERNANDES, Florestan. *Apontamentos sobre a "Teoria do Autoritarismo"*. São Paulo, HUCITEC, 1979, p. 3.

do o conceito de "*totalitarismo*", tal como é expresso por Carl J. Friedrich e Zbigniew K. Brzezinski (*Totalitarian Dictatorship and Totalitarianism*, Cambridge, Mass, Harvard University Press, 2^a ed., 1965), devido à sua inadequação para a análise do objeto, como pelas conotações ideológicas instrumentais manifestas. Os conceitos destinados a caracterizar os regimes nazi-fascistas e o regime soviético, pouco contribuem para a formulação de um conceito adequado do autoritarismo latino-americano e europeu mediterrâneo e oriental no período entre-guerras.

Outro elemento importante a ser ressaltado é o conteúdo progressivamente autoritário das democracias liberais-parlamentares. Com o advento da sociedade de massas no final do Século XIX e no início do Século XX, autonomiza-se progressivamente o aparato burocrático estatal frente à "sociedade civil" e suas instituições políticas. A 1^a Guerra Mundial, a crise do período entre-guerras e mesmo o Pós- II^a Guerra Mundial, confirmam esta tendência. Muitos mecanismos de controle social desenvolvidos pelos regimes nazi-fascistas, foram incorporados sem maiores problemas pelas democracias liberais-parlamentares que acabam de derrotar aqueles regimes "totalitários". A liberdade de imprensa, opinião, associação política e o "pluralismo" convivem nos regimes liberais-parlamentares, desde o início do século XX, com o fortalecimento do aparato policial e de outras instituições repressivas (4a), e também com uma burocracia que em vários momentos mostrou a autonomia que possuía em relação ao "governo da sociedade". A dominação de classe transfere-se progressivamente para o aparelho de Estado e outras instituições, abandonando em parte os partidos e o parlamento.

O já clássico conceito de autoritarismo elaborado

(4a.) É interessante observar a universalização de um modelo de

por Juan Linz, embora forneça importantes contribuições para a aceção em que o termo é empregado neste estudo, não é integralmente apropriado. Isto se deve, em boa medida, ao fato de sua conceituação dos regimes autoritários ser mais apropriada para a análise das experiências históricas pós-IIª Guerra Mundial, especialmente no que se refere à manutenção de determinadas aparências democráticas (como um limitado pluralismo político) e a falta de uma "ideologia orientadora" (Juan Linz). Dentro da perspectiva deste trabalho, a conceituação tanto das ideologias como dos regimes autoritários, refere-se ao fenômeno do autoritarismo ligado à crise do Estado liberal, no início do século, e principalmente no período entre-guerras (5).

Este fenômeno está associado também ao processo de secularização crescente e modernização por que passam sociedades periféricas de insuficiente desenvolvimento capitalista, como as da América Latina e da Europa Mediterrânea e Oriental. Sobretudo nestas regiões da Europa, subsistem ainda fortes traços de uma herança recente feudal. Segundo Gino Germani,

"pode-se por conseguinte formular a hipótese que a tensão estrutural existente na sociedade moderna, entre o processo de secularização crescente e a necessidade de um núcleo mínimo de natureza prescritiva, necessário para manter a integração, constituía um fator ordinário na emergência da forma autoritária" (6).

Ainda neste sentido, Phillippe Schmitter observa que estes regimes constituem uma

"resposta autoritária ao desafio da modernização, de tipo bem definido: um conjunto homogêneo, interdependente e

polícia política adotado por países dos mais diferentes regimes. A *Okhrana*, polícia política russa, criada pelo Czar Alexandre III no final do Século XIX, constitui a matriz deste modelo. É adotada pelo Império Austro-Húngaro, difundindo-se depois mesmo em países de regime liberal-parlamentar e desenvolvida sob a Alemanha nazista, com a GESTAPO.

relativamente estável de instituições e práticas políticas que permitem as elites administrar, conduzir ou manipular a transformação das estruturas econômicas e sociais ao menor custo possível para elas, em termos de poder, riqueza e prestígio. Tais regimes não buscam deter a mudança -de fato, com frequência a promovem- como controlar suas consequências desde cima. Ao mudar, evitam as mudanças" (7).

O corporativismo, ainda segundo Phillippe Schmitter é um traço essencial associado ao autoritarismo, como uma forma de mediação e manipulação de interesses sociais. Visa acima de tudo, negociar o conflito social para, desta forma, evitá-lo ou conduzi-lo.

Cabe destacar, finalmente, os traços essenciais do autoritarismo, segundo sua utilização neste estudo. Seria caracterizado pela presença de um Estado forte e anti-liberal, com tendências corporativas ao nível da organização sócio-econômica apresentando-se como protetor das massas populares e promotor da modernização econômica. Também é importante destacar o caráter *desmobilizador e despolitizador* dos sistemas autoritários em relação à sociedade e às massas populares em especial, o que constitui um dos elementos diferenciadores em relação ao facismo (8).

-
- (5) Ver LINZ, Juan. "Regimes Autoritários". in LINZ, Juan; O'DONNELL, Guilherme; HOBBSAWM, Eric; e JONG, Rudolf de. *O Estado Autoritário e Movimentos Populares*. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1979. Ver em especial os comentários de Francisco C. Weffort na pág. 229, e a resposta de Juan Linz à sua intervenção, na pág. 236 e 237.
- (6) GERMANI, Gino. *Autoritarismo, fascismo e Classi Sociali*. Bologna, Società Editrice il Mulino, 1975. p. 17 (trad. do autor).
- (7) SCHMITTER, Phillippe. "La Portugalización de Brasil". *Estudios Internacionales*. Buenos Aires, p. 28 Citado por Pesavento, Sandra Jatahy. "Um caso regional de autoritarismo: a República Velha Gaúcha". *Revista do IFCH/UFGRS*. Ano V, 1977. pág. 290 (tradução do autor).
- (8) No que se refere à caracterização das ideologias autoritárias européias, ver sub-capítulo 2.1, e quanto ao pensamento autoritário brasileiro, ver sub-capítulo 2.2. No capítulo "A Ideologia autoritária" encontra-se a produção intelectual mais importante a respeito desta questão, bem como a descrição mais aprofundada desta corrente de pensamento.

I - A CRISE DO LIBERALISMO

"No final da década de trinta, a segunda maré ditatorial cobriu com a sua espuma o mundo inteiro, à exceção dos países da velha democracia do Noroeste da Europa e da América do Norte. Último ilheú de resistência fustigado por uma tempestade sem demora vitoriosa, ou o bastião de onde as forças democráticas reorganizadas poderão em breve voltar a partir à conquista do mundo? Ninguém o pode então prever".

PIERRE THIBAUT - O Período
das ditaduras: 1918-1947.

I - A CRISE DO LIBERALISMO

As origens mais imediatas do que se convencionou chamar de *crise do liberalismo*, ocorrida na primeira metade do Século XX, encontram-se no processo histórico de transformação social e econômica do final do Século XIX, principalmente após 1870. Nesta época, as principais potências econômico-militares ingressam na segunda revolução industrial. Superada a depressão econômico-financeira de 1873, as grandes potências industriais lançam-se a uma grande expansão econômica e comercial. Esta nova etapa de crescimento não representa, entretanto, uma simples retomada da situação anterior a depressão, que é a primeira grande crise de super-produção do capitalismo. As forças tendentes a concentração, que agem no interior do sistema capitalista de produção, detectadas por Karl Marx, começam a se manifestar.

O Congresso de Berlim, de 1878, estabelece em linhas gerais as fronteiras e áreas de influência na Europa. A partir de então, as potências imperialistas concentram sua tendência expansionista em direção aos territórios africanos e asiáticos. Já antes do Congresso de Berlim, a Inglaterra lidera este processo, sendo responsável pela organização da infraestrutura básica da expansão imperialista, sobretudo quanto aos setores de transportes e comunicações, que serviriam também às outras potências.

Novos países ingressam na fase de industrialização, ao lado das primeiras Inglaterra e França: Bélgica, Itália, Rússia e, especialmente, Alemanha, Japão e Estados Unidos. O acirramento da concorrência comercial entre nações com um insuficiente mercado interno, em face do crescente volume de produção industrial, acarreta a necessidade de ampliação de mercados consumidores e da obtenção dos fatores de produção a baixos preços. A solução histórica para este problema é a conquista das novas colônias na África, Ásia e Oceania através de uma outra fase imperialista, conhecida como *neocolonialismo*. Assim, novas áreas incorporam-se ao sistema econômico capitalista, que internacionaliza a organização da produção e os modelos sócio-culturais europeus ("ocidentais").

No plano interno do sistema observa-se, com o incremento da exportação de capital e da concentração econômico-financeira, a formação do *capitalismo monopolista e financeiro*. Os conglomerados de grandes bancos ocupam cada vez mais o centro dinâmico do sistema, tornando-se hegemônicos sobre o capital industrial e o capital comercial. Concomitantemente à concentração financeira, a produção organiza-se sob a forma de *trusts e cartéis*, incrementando o fator tecnológico e organizacional, que por sua vez atuam sobre a produtividade.

Durante todo o período compreendido entre a década de 1870 e a Primeira Guerra Mundial, a expansão do sistema capitalista é caracterizada pela competição e lutas agudas entre grandes monopólios, em busca de fontes de matérias-primas, alimentação e mão-de-obra baratas, bem como de mercados para a produção industrial e exportação lucrativa de capital. Esta concorrência imperialista é marcada também pela eclosão de conflitos localizados, nas áreas coloniais africanas, asiáticas e oceânicas. Da dinâmica interna e externa desta competição derivam-

se as inumeráveis coligações, pactos e rivalidades econômico-financeiras e diplomático-militares. Entretanto, apesar da tensão inerente a este processo e a eclosão de conflitos mais ou menos localizados, o mesmo revela-se eficaz, na medida em que permite a continuidade da expansão financeira-industrial das potências capitalistas, sem que um choque de maiores proporções pudesse colocar em risco este sistema.

Por outro lado, uma série de importantes transformações fazem-se sentir no campo técnico-científico e cultural. A administração empresarial "racional", através da montagem de *linhas de produção*, automatizando a produção industrial (taylorismo), é um dos aspectos do mesmo processo que concentra a organização das empresas em *trusts* e *cartéis*. A par destes aspectos, um sem número de aprimoramentos e inovações tecnológicas marcam este período, provocando um forte impacto, não apenas na economia, mas também na sociedade, que se urbaniza com a industrialização e adquire uma nova configuração. Esta urbanização, industrialização, novos e eficientes meios de comunicação e transporte, conduzem ao aparecimento de grandes massas populares no cenário sócio-político. É a *sociedade de massas* que emerge, dando início a uma nova era histórica. Todas essas transformações causam enorme impacto no plano ideológico, implicando na coexistência de filosofias pragmático-otimistas e apocalípticas em relação ao "mundo ocidental". A Revolução Mexicana e a Revolução Russa de 1917 parecem confirmar os presságios dos "apocalípticos", ao introduzir o fenômeno que Ortega y Gasset denominou de *a rebelião das massas*.

1.1. A crise internacional do período entre-guerras e a ascensão dos regimes autoritários e fascistas.

Este processo representa, em seu plano estrutural, a transição entre o capitalismo industrial-concorrencial (liberal), e o capitalismo financeiro-monopolista. O modelo imperialista deste período, na primeira década do Século XX, já apresenta sinais de desgaste, após a ocupação de todas as áreas "vazias" por parte das metrôpoles industriais. A tensão político-militar e econômica cresce aceleradamente entre estes países, a partir do momento em que a continuidade da sua expansão industrial, implicaria ou na conquista de mercados de um dos competidores, ou na reformulação total do sistema (ambos caminhos resultariam em guerra, devido à situação política européia).

Os impasses gerados por esta situação, conduzem as potências industriais a um estado de crescente militarização e de formação, no campo diplomático, de blocos de poder. Aglutinam-se, nesta situação, contradições entre a Grã-Bretanha e o Império Alemão, principalmente; entre a Alemanha e a França; entre a Alemanha e a Rússia Czarista e entre esta e o Império Austro-Húngaro. Esta inquietação política internacional reflete a necessidade sentida por todas as potências, de redefinir o quadro econômico-militar, seja para apressar e consolidar mudanças em curso, seja para procurar impedir estas mesmas mudanças. A crise que se configura, encobre dois aspectos fundamentais: a real força econômica dos Estados Unidos, despercebida em face de seu relativo isolamento, e os profundos problemas sociais que em breve emergirão com violência.

O estopim da Primeira Guerra Mundial é a explosiva região dos Balcãs, onde os antagonismos entre o expansionismo do multinacional e anacrônico Império Austro-Húngaro e o apoio da Rússia ao nacionalismo sérvio, dentro do espíri-

to do pan-eslavismo e de suas pretensões a um acesso ao Mar Mediterrâneo, sobrepõe-se ao recuo da decadente Turquia Otomana. A guerra contrapõe a *Entente*, composta pelo Império Alemão, Império Austro-Húngaro, Bulgária e Turquia, contra a *Tríplice Aliança*, composta pela Grã-Bretanha, França, Rússia Czarista, sérvia, pela Itália em 1915, pelos Estados Unidos em 1917, além do Japão e de outros países menores que se somam a este grupo no decorrer do conflito.

Este se estende de julho de 1914 a novembro de 1918, atingindo níveis desconhecidos de destruição para os padrões da época; transforma-se numa escalada que supera de longe as intenções originais de seus protagonistas, parecendo em muitas oportunidades escapar ao controle político e aproximar-se do conceito de *guerra absoluta*, teorizado por Clausewitz em "Da Guerra" *.

Que efeitos tem este cataclisma internacional sobre a história mundial e sobre o pensamento político das diversas correntes ideológicas? Em que medida a crise nitidamente configurada a partir deste conjunto encadeado de conflitos, solapa a ordem em que os "pragmático-otimistas" (liberais) apostam o futuro, e confirma em parte os presságios dos "apocalípticos" da civilização ocidental (autoritários)? Primeiramente, a guerra, por si só, já representa um grande trauma. Uma guerra industrial, onde são empregadas armas e meios de destruição que superam qualquer expectativa; uma guerra que pela primeira vez mobiliza os cinco continentes, sendo responsável pela morte de 12 milhões de pessoas apenas em operações militares.

A guerra arrasa a economia dos países europeus, mesmo dos vencedores, que despendem enormes recursos e perdem

* CLAUSEWITZ, Carl von. *Da Guerra*. São Paulo, Martins Fontes Ed. e Brasília, Editora da Univ. de Brasília, 1979. 788pp.

mercados durante do conflito.

O Pós-guerra apresenta um quadro recessivo generalizado na Europa, com o conseqüente desemprego, inflação, indústrias paralisadas, greves, agitações sociais, etc. Na verdade, o conflito acentua o declínio da Europa e o fortalecimento dos Estados Unidos, embora na época esta situação não seja claramente percebida (9). Os anos iniciais do pós-guerra são marcados pelas graves dificuldades da *reconversão econômica* (1919 a 1923). Os anos seguintes, de 1924 a 1929, ficam conhecidos posteriormente como os anos da *grande ilusão* ou da *falsa prosperidade*, marcados que são pela recuperação econômica e pelo relativo afrouxamento das tensões sociais. Entretanto, para os mais atentos é perceptível, sob a precária estabilidade, o conflito que eclodirá com maior violência, e que já se desenha no horizonte.

As instituições liberais saem da guerra fortemente abaladas por uma crise que atinge todos os campos da atividade humana, desde as formas de pensamento até a organização política e sócio-econômica. A guerra não resolve os problemas dos países que nela empenharam-se, mesmo dos vencedores. Além disso, aumenta o descrédito no sistema liberal-parlamentar, devido à sua incapacidade de resolver os problemas econômicos, de solucionar os conflitos sociais, de responder ao anseio de participação popular generalizados. Com sua legitimidade e eficiência

(9) Segundo Parker, "a mudança mais surpreendente que se produziu na economia mundial nos anos que se seguiram à Primeira Guerra Mundial foi o descenso da participação européia no comércio internacional. (...) Antes de 1913, somente 25 por cento das exportações mundiais se realizava entre países não europeus; de 1925 a 1938 esta cifra aumentou para 40 por cento. Esta mudança era um sintoma das enormes dificuldades por que atravessava a economia européia, algumas das quais já haviam aparecido antes da guerra, ainda que to das se houvessem agudizado pelos efeitos desta". PARKER, R. A.C. *El Siglo XX: Europa 1918-1945*. México, Siglo XX, 1982 (5ª edición), p. 103 (tradução do autor).

fortemente abaladas, o *Estado Liberal* inicia a década de 1920 contestado tanto por forças renovadoras que inquietam o mundo, como por forças conservadoras e autoritárias, que temem cada vez mais uma convulsão social.

O fim da guerra torna claro aos olhos dos contemporâneos que a volta ao mundo da "belle-époque", anterior à 1914 bem como às condições estáveis (aparentemente...) daquela época em que a crença nas instituições liberais estava associada à idéia de um progresso material e cultura linear e constante, é uma ilusão. Um grande pessimismo, fatalismo, desencanto e ironia, marcam os anos críticos e amargos que se seguem ao conflito que ceifara a vida da maior parte de uma geração. Tudo isto em nome de que? A validade "moral" da Grande Guerra é questionada.

Além da arte, da literatura, também a filosofia da época reflete todo o ceticismo e o mal-estar, que embora muitas vezes difusos, impregnam a "visão-de-mundo" da sociedade dos países industrializados. Entretanto, um dos reflexos deste estado de espírito, é uma intensa vontade de *viver a vida*, cuja intensidade não encobre a angústia reinante(10).

(10) "Ao cabo de quatro anos de privações, de sofrimento e de morte, uma febre de gozo impele os sobreviventes da luta desumana para o turbilhão de prazeres dos anos loucos que esconde muitas vezes a inquietação sentida por cada um diante de um futuro incerto e perigoso. Mas antes de mais nada, é preciso esquecer. E esquece-se no álcool, cujo consumo se julga enobrecer saboreando-o na hora mundana do cocktail. E esquece-se na dança, que já não é uma manifestação social destinada a favorecer uniões longamente preparadas por famílias preocupadas com o futuro dos filhos ou com o desenvolvimento dos seus negócios sob os olhares vigilantes de matronas circunspectas, mas um sacrifício a Eros ao ritmo lascivo do tango argentino, não no âmbito discreto de um salão burguês mas noutro mais anódino do dancing ou mais libertino e mais iniciador da surprise partie. E esquece-se nos cabarets, onde determinado escol parisiense pode celebrar o duplo culto de Baco e de Eros, sob os mais diversos anúncios luminosos, mas dos quais o mais célebre é, a partir de 1926, o do Boeuf sur le Toit, cabaret lançado por Jean Cocteau na Paris da margem direita". THIBAUT, Pierre. *O Período das Ditaduras: 1918-1947*. Lisboa,

As estabilizações conjunturais não chegam a encobrir a crise estrutural que esta etapa histórica representa. O pensamento autoritário europeu, que desde o final do século XIX, questiona o liberalismo, encontra, neste quadro, condições objetivas para seu aprofundamento e expansão de sua influência. A revolução mexicana, de 1910 à 1917, constituiu a primeira grande *rebelião de massas* do século, causando forte temor às classes dominantes de países em condições semelhantes ao México. Também a atenção dos pensadores conservadores é despertada para o fenômeno social revolucionário, como um dos elementos desestabilizadores que acompanha a formação da sociedade de massas.

Entretanto, o grande evento da época é a eclosão da Revolução Soviética, ocorrida na Rússia em 1917. O triunfo de uma revolução socialista inspirada no marxismo, constitui outra razão de preocupação para a classe dominante dos países capitalistas, e para os pensadores autoritários em particular. Após o fracasso da intervenção militar dos países capitalistas, em 1922 procede-se ao isolamento político da URSS, utilizando o Cordão Sanitário. Este isolamento (que não chega a ser total), perdura até a eclosão da Segunda Guerra Mundial, quando as potências anglo-saxônicas liberais-democráticas unem-se à URSS para combater o nazi-fascismo. Além do conteúdo político-ideológico da revolução ser hostil ao capitalismo, esta tem ainda uma estratégia internacional, o que preocupa sobremaneira as elites burguesas e o pensamento autoritário em particular. A criação da III Internacional, ou Internacional Comunista (Komintern), com a finalidade manifesta de propagar a revolução pelos outros países.

constitui um recurso sempre amaldiçoado no discurso conservador, seja liberal, seja autoritário.

A par do surgimento da URSS, a instabilidade política do pós-guerra constitui outro ponto de tensão nas relações internacionais. A fragmentação dos Impérios Centrais e o desmembramento de territórios da velha Rússia Czarista, implicam no surgimento de novos países na Europa Central e Oriental. Estes, econômica e politicamente vulneráveis, tem no problema agrário e constitucional duas questões cruciais para sua sobrevivência. Além disso, a Alemanha, a Hungria e a Itália, são palco de revoluções socialistas derrotadas, entre 1919 e 1923: ocupação de terras e fábricas na Itália, República Soviética da Hungria (liderada por Bela Kun), levantes espartaquistas da Alemanha (liderados por Rosa Luxemburg e Karl Liebknecht), República Soviética da Baviera, levante do KPD (Partido Comunista Alemão) na Saxônia, além de revoltas e agitação social em quase todos os países europeus.

A Sociedade das Nações, concebida pelo presidente norte-americano W. Wilson como uma organização internacional capaz de garantir a paz mundial, a integridade territorial e independência política de todos os Estados, é fundada em 1919. Seu estatuto é firmado pelos signatários do tratado de Versalhes, formando parte integrante deste. A Sociedade, que inicia suas atividades em Genebra no ano seguinte, representa uma espécie de "clube dos vencedores" da Guerra recém finda. A sua atuação possui um alcance limitado, pois além da inadequação de sua filosofia em face da situação mundial, configura-se bastante enfraquecida na medida em que, excluída a participação da Alemanha e URSS, qualquer tentativa de equilíbrio europeu resulta comprometida. Os Estados Unidos, por sua vez, desistem de ingressar na

organização internacional que ajudaram a criar, retornando ao seu habitual isolamento político em relação aos assuntos europeus e mundiais. Assim, retiram grande parte do peso político da Sociedade das Nações, limitando ainda mais suas possibilidades de atuação como instrumento de uma nova ordem mundial.

Em 1928, o Pacto Briand-Kellog busca um compromisso de renúncia à guerra como forma de resolução dos conflitos internacionais. Entretanto, a situação mundial mostra-se cada vez mais desfavorável; a Sociedade das Nações se mostra impotente frente à invasão da Manchúria pelos japoneses em 1931 e diante da ofensiva contra a Abissínia pela Itália fascista em 1935. Dos 63 Estados membros, 14 abandonam a organização até 1939, e a URSS é excluída no mesmo ano. Além de sua política não adequar-se à realidade de crise do período entre guerras, a Sociedade das Nações carece de força devido a ausência de importantes potências, como os Estados Unidos, o que leva à frustração o seu projeto.

Neste solo brotam as sementes dos regimes autoritários que espalham-se pela Europa (e pelo mundo) neste período. Especialmente nos países onde persiste a crise econômica e nas novas e instáveis nações, regimes autoritários ou mesmo fascistas, chegam ao poder. A implantação destes regimes autoritários na Europa Mediterrânea e Oriental faz-se acompanhar de uma exaltação crescente do nacionalismo, no quadro mais amplo de uma contra-revolução. Em primeiro lugar é na Itália, imersa em profunda crise econômico-social, que o fascismo chega ao poder em 1922, em face da impotência do liberal-parlamentarismo italiano e do medo de uma revolução socialista, por parte das classes dominantes italianas. Segundo Giovanni Gentile, teórico do fascismo italiano, o regime liderado por Benito Mussolini funda-se sobre quatro princípios: a) o *primado do Estado* (so -

bre o indivíduo); b) o *primado do chefe* (il Duce); c) o *primado do Partido* (Fascista); e, d) o *primado da nação* (Itália como potência de primeira grandeza).

Logo o regime fascista "contagia" outros países com idênticos problemas econômicos e sociais, onde a democracia liberal não possui sólidos alicerces burgueses. Em 1926 o marechal Pilsudski organiza um golpe militar na Polônia, implantando um regime autoritário nacionalista e militarista, cujas características eram muito próximas do fascismo. Ainda em 1926, as forças conservadoras na Lituânia, através de um golpe de Estado, entregam o poder a Smetona Voldemaras, que estabelece também um regime autoritário. Em 1929, em face de problemas internos e externos, o rei Alexandre da Iugoslávia suspende a constituição, adotando um regime autoritário. Na península Ibérica, o prestígio do fascismo italiano é muito forte. Na Espanha, em 1923 o rei Afonso XIII, em face da instabilidade interna e dos problemas da Guerra do Rif, entrega o poder a Primo de Rivera, cujo regime autoritário recobre-se de uma aparência fascista, e que governa o país até 1930. Em Portugal, os militares chegam ao poder através de um golpe em 1925 ("Marcha sobre Lisboa"); em 1928, Oliveira Salazar é nomeado Ministro das Finanças e em 1933 torna-se Presidente do Conselho. Em 1933 cria o *Estado Novo* nacional, através de uma constituição corporativista; o regime, de formas próximas ao fascismo, é definido como "conservador e clerical". Ainda na Europa anterior à crise de 1929, a ascensão ao poder, na Albânia, do presidente Ahmed Zogú em 1925 (que se proclama rei em 1928), inicia neste país um regime autoritário. Mesmo fora da Europa, o nacionalismo autoritário ganha força. No início da década de 1920, o general Mustafá Kemal "Atatürk", líder do Movimento Nacional Turco (jovens turcos), reorganiza seu

país segundo sua concepção de "Novo Estado" (ver mapa sobre os Regimes Autoritários e Fascistas na Europa no período Entre - Guerras, ao final do capítulo).

Em 1929 eclode a grande crise econômico-financeira que se gestava no interior do capitalismo. A grande depressão econômica que se segue ao crack da Bolsa de New York atinge frontalmente a economia de todos os países capitalistas, com profundas conseqüências político-sociais. Todos os países, de uma maneira geral, adotam medidas protecionistas no que se refere ao comércio exterior, e a intervenção do Estado na economia (medida apregoada pelos economistas John Maynard Keynes e Michal Kalecki). A intervenção não representa, nos países de velha tradição democrático-liberal, a implantação de regimes autoritários. Entretanto, este não é o caso da Alemanha, mergulhada em profunda crise econômico-financeira e intensa agitação político-ideológica. Após dois anos de vida política confusa e indefinida, o Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães (NSDAP), chega ao poder em janeiro de 1933, pondo termo à República de Weimar. A burguesia alemã vê em Hitler e seu partido o único meio de conter o ascenso comunista, sendo apoiada por setores de classe média em vias de proletarização. A ideologia do fascismo alemão (ou nazismo) é explicitada por Adolf Hitler no "Programa em vinte e cinco pontos de Munique" (1920), detalhados e aprofundados no livro "Mein Kampf" (1925)*. Constitui-se de algumas poucas idéias-força, tais como o racismo, anti-semitismo, nacionalismo, militarismo, supremacia do chefe, partido único, anti-comunismo, etc.

Paralelamente ao rearmamento alemão e a preparação da guerra que se avizinha, outros regimes fascistas ou au-

*HITLER, Adolf. *Minha Luta*. Porto Alegre, Livraria do Globo, 1939. (4ª edição) 578pp.

toritário-corporativos implantam-se na Europa e fora dela. O regime autoritário do Almirante Horthy, implantado na Hungria no início da década de vinte, adquire uma coloração nitidamente fascista em 1932. Ainda neste ano, o mesmo ocorre na Iugoslávia. Na Bulgária em 1934, o Rei Boris implanta um regime de Partido Único. O mesmo ocorre em 1938 na Romênia, em proveito do Rei Carol II. Em 1936 o general Metaxás assume poderes absolutos na Grécia. Em 1933 o presidente Paets e o general Laidoner implantam um regime autoritário na Estônia, enquanto na Letônia, no ano seguinte, Karlis Ulmanis implanta um regime fascista, atribuindo-se o título de Vadonis (tradução letônica de Führer e Duce). Na Áustria, Dollfus instaura uma ditadura fascista em 1933, através de um golpe de Estado. Mesmo na Checoslováquia, que mantém um regime liberal-democrático de formas parlamentares, a evolução política é marcada pela pessoa de um líder carismático e forte (Tomás Masaryk e, depois, Eduard Benés). Finalmente, na Espanha, com a derrota republicana e esquerdista na Guerra Civil (1936-1939), o Generalíssimo Francisco Franco chega ao poder, implantando o que foi o último regime fascista a "desestruturar-se". A vitória da Falange leva ao poder as forças tradicionalistas: o exército, a aristocracia fundiária, o clero e a grande indústria. (ver mapa sobre os Regimes Autoritários e Fascistas na Europa no período entre-guerras, ao final do capítulo) (11).

(11) "Em todos os países onde a democracia, de instituição demasiadamente recente, não é apoiada e defendida por uma intelligentsia convicta e por uma burguesia numerosa, a crise econômica de 1929 não pode deixar de quebrar os frágeis elos que unem o Estado ao regime parlamentar. Mas, se a estas fraquezas estruturais vem acrescentar-se a tara original de ter nascido da derrota, então a democracia não pode deixar de ser vencida pela vaga de fundo nacionalista que leva o povo a abandonar-se a um homem providencial cujo título se orna da nobreza de um nome próprio e faz vibrar as multidões nesta primeira metade do Século XX,

Que interpretações podem os contemporâneos da crise internacional do período entre-guerras, depreender desta evolução histórica? Quais os possíveis desdobramentos destes caóticos acontecimentos, na percepção política dos diversos setores sociais? Sem dúvida, a conjuntura histórica traz uma série de problemas novos, os problemas da transição. Mas transição para onde, para o que? Para a III Internacional, inicialmente, é a convulsão do sistema capitalista, cuja morte, libertará o novo mundo socialista; para os conservadores liberais das democracias parlamentares, são momentos difíceis, em que tem que lutar para provar que seu sistema sócio-econômico não está morrendo, apesar de "atacado por dois flancos"; e, finalmente, para as forças conservadoras autoritárias, é hora de suplantar o "liberalismo caótico que gera o comunismo" (Francisco Campos - O Estado Nacional), salvando a sociedade do espectro revolucionário, através da implantação de regimes fascistas ou, mais sutilmente, autoritário-corporativos (o Estado Novo ou Estado Autoritário).

Para este último grupo, a década de 1930 parece ser a era do triunfo avassalador de seus princípios. Não se trata, porém, apenas da vitória de seus princípios. É, para a maioria dos pensadores autoritários, a confirmação de uma análise, através da ocorrência concreta de um processo previsto pela sua teoria. Mais do que nunca, segundo eles, o dilema colocado é, na maioria dos casos, autoritarismo-corporativo ou comunismo. Tanto as relações internacionais nos anos anteriores à Segunda Guerra Mundial, como nos primeiros desta, indicam um avanço avassalador do projeto autoritário e fascista. A indecisão franco-inglesa face à ousadia das pretensões de Hitler e o semi-isolamento dos Estados Unidos, parecem confirmar esta tendência. A remilitariza

que é a idade dos chefes - Duce, Führer, Caudillo, Conducator, Vadonis". THIBAUT, Pierre. *O Período das Ditaduras*. op.cit. p.163.

ção alemã, a denúncia do Pacto de Locarno (1936), o Pacto Anti-Komintern (1936), anexação da Áustria ("Anschluss", em 1938), conferência de Munich e incorporação dos Sudetos (1938), o estabelecimento do "protetorado" da Boêmia-Morávia e anexação de Memel (1939), são momentos marcantes deste processo. O Japão militarista encontra-se, desde 1937, em plena ofensiva na China, além da Itália que já efetivara seu militarismo e imperialismo, desde a década de 20.

Em 1º de setembro de 1939 a Alemanha invade a Polônia, iniciando a Segunda Guerra Mundial. Quais são as causas mais profundas do conflito, que atuam sob a aparente confusão político-ideológica das décadas de 1920 e 1930? Em primeiro lugar, como componente da crise do capitalismo liberal, o mundo tornara-se pequeno em face do gigantesco desenvolvimento industrial ocorrido em mais de meio século de crescimento (e crise!). Acirra-se mais ainda a competição entre as grandes potências, cujos efeitos a Primeira Guerra Mundial não só não aplacara, como mesmo ampliara (necessidade de mão-de-obra e matérias-primas baratas, além de mercados lucrativos). Em segundo lugar, a política ocidental de Cordão Sanitário em torno da URSS e a contenção da revolução em diversas nações, contribuíam para o fortalecimento dos setores autoritários e nacionalistas, onde a Alemanha nazista era utilizada como um eficiente instrumento anti-comunista.

Após a tomada da Polônia, e da assinatura do Pacto tripartito entre a Alemanha, Japão e Itália, houve em 1940, a espetacular queda da França, Bélgica, Holanda, Dinamarca e Noruega, restando apenas a Grã-Bretanha, fustigada pelos bombardeios da Luftwaffe. Em 1940, a invasão da Iugoslávia e Grécia, que precede a rápida invasão da URSS em 1941, em que a

Blitzkrieg leva as tropas nazistas às portas de Moscou e Leningrado. Por tudo isto, até o final de 1941, as cartas políticas parecem indicar a vitória certa dos regimes nazi-fascistas. São no inverno 1942/43 esta tendência sofre uma inversão.

Como repercute na América Latina este amplo processo histórico de crise do liberalismo e ascensão de regimes autoritários e fascistas?

Desde sua estruturação, as sociedades latino-americanas inserem-se no sistema internacional numa relação de dependência. Apesar da dinâmica interna destas sociedades, sempre foram diretamente atingidas pelas transformações ocorridas nos centros hegemônicos. A partir do final do Século XIX, as economias destes países, em função da expansão da economia capitalista, estreitam seus vínculos com o mercado mundial. Assim, nas oscilações e crises deste, refletem-se de maneira acenutuada no plano político interno. Quanto às estruturas internas de dominação, mantiveram sempre o seu caráter oligárquico, que pouco se altera com o passar do tempo, numa sociedade pré-mobilizada. Estas particularidades vão conferir um traço peculiar aos regimes autoritários latino-americanos, em relação ao processo europeu. Em alguns sentidos, aproximam-se da forma e do conteúdo de regimes da Europa Oriental e Mediterrânea, onde os países possuem estruturas sócio-econômicas semelhantes às da América Latina. De qualquer forma, associam ou condicionam sempre o modelo autoritário do período entre-guerras às formas de dominação "tradicional" que caracterizam as estruturas políticas latino-americanas, em geral herdadas de um passado colonial recente.

Na primeira metade do Século XX, a América Latina experimenta uma forte expansão demográfica, impacto tardio da

expansão econômica e urbanização, ligados ao crescimento econômico capitalista da passagem do século. Embora a situação varie de país a país, a estruturação de uma sociedade de massas ocorre apenas por volta das décadas de 1920 e 1930. A formação da sociedade de massas coincide com a crise capitalista. Esta crise, aliada à ascensão das massas ao cenário sócio-político, impulsionam as elites latino-americanas em direção ao fascismo ou ao autoritarismo. Formam-se partidos de tipo fascista em vários países: os Camisas Verdes Integralistas no Brasil, Camisas Douradas no México, Camisas Negras no Peru, Falange na Colômbia, Partido Nacional-Socialista no Chile e Argentina, etc. Regimes autoritários ou simplesmente ditatoriais são sucessivamente implantados: São Domingos, em 1930, com Rafael Trujillo; Cuba com Fulgêncio Batista, desde 1933; Honduras com Tibúrcio Carias Andico em 1933; Guatemala com Jorge Ubico, desde 1931; Nicarágua, com Anastácio Somoza desde 1936; Haiti se encontra sob ocupação militar parcial dos Estados Unidos; El Salvador com o general Maximiliano Martinez em 1931; na Venezuela sob a ditadura de Juan Vicente Gomez, de 1908 a 1935; no Equador, os liberais alternam-se com os militares no poder durante todo o período; Peru, com Augusto Lengua até 1930 e com Oscar Benevides em 1933; na Argentina, sucedem-se regimes autoritários, moderadamente autocráticos, ditaduras militares, etc, com Uriburu em 1930, Augustin Justo em 1932, Roberto Ortiz em 1938 e Juan Perón em 1943; no Chile com Carlos Ibañez em 1927 e Alessandri em 1932; a Bolívia com Jose Guerra em 1919, David Toro em 1937 e Enrique Peñaranda em 1940; no Paraguai, em 1940, com a ditadura de Higinio Morínigo; mesmo no Uruguai, há um interregno ditatorial com Gabriel Terra no início dos anos 1930; no Brasil, com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, especialmente quando é implanta

do o regime corporativo e plebiscitário do Estado Novo em 1937 (ver mapa sobre os Regimes Autoritários na América Latina no período entre-guerras ao final do capítulo) (12).

Entretanto, um fator a ser considerado no caso da América Latina é a crescente hegemonia dos Estados Unidos sobre o continente que, além das estruturas internas dos países da região, constituía um limite e um condicionamento aos regimes autoritários latino-americanos. Isto apesar das oscilações conjunturais determinadas pela evolução dos acontecimentos, sobretudo na Europa. A questão dos regimes autoritários e regimes ditatoriais latino-americanos é, por outro lado, muito complexa. O imperialismo norte-americano apoia a ascensão, impede a queda, ou mesmo coloca no poder vários regimes ditatoriais ou autoritários, marcadamente na América Central e Caribe (13).

(12) "Assim, no final da década de Trinta, a segunda vaga da ma rê ditatorial cobriu com a sua espuma o mundo inteiro, a exceção dos países da velha democracia do Nordeste da Europa e da América do Norte. Último ilhéu de resistência fus tigado por uma tempestade sem demora vitoriosa, ou bastião de onde as forças democráticas reorganizadas poderão em breve voltar a partir a conquista do mundo? Ninguém o pode então prever. Mas do que todos tem a certeza é da fatalidade do conflito entre dois grupos de Estados com concepções do homem e da sociedade demasiado profundamente antinômicas para poderem coexistir neste planeta. São a hora do conflito continua ainda incerta: Hitler encarregar-se-á de a fixar." THIBAUT, Pierre. *O Período das Ditaduras*. op. cit., p. 181.

(13) Esta questão é analisada com muita acuidade por Tulio Halperin Donghi: "A quarta década do século é caracterizada por crescentes indícios de um futuro conflito. Desde o início se torna evidente a deterioração do sistema internacional, fundado sobre a Sociedade das Nações, na qual muitos - na América Latina - haviam enxergado uma válida alternativa a um pan-americanismo condenado a refletir a hegemonia dos Estados Unidos. A penetração japonesa na China, a conquista Italiana da Etiópia e, sobretudo, a destruição do ordenamento da Europa Central iniciada pela Alemanha, que se tornará fascista em 1933, são fatos que dão maior valor à possibilidade de organizar um ordenamento pan-americano, protegido pelo prestígio e pela força dos Estados Unidos contra a tempestade que ameaça desabar sobre o mundo". O impacto das rê

1.2. Da crise da Primeira República brasileira ao Estado Novo.

O Brasil possui, em linhas gerais, os mesmos traços de dependência latino-americana em relação aos centros hegemônicos do capitalismo. As grandes transformações internacionais, a par da dinâmica interna, influenciam tanto a vida econômica como a político-cultural. Desde que, no final do século XIX, o café firma-se como principal produto de exportação brasileiro, o país integra-se ao contexto internacional de forma mais íntima, sofrendo também com mais força o impacto das cri-

lações internacionais nos regimes políticos latino-americanos, é visto da seguinte maneira: "São sensíveis a essa atração mesmo alguns políticos que simpatizam com os pressupostos políticos do processo contra cujas consequências o pan-americanismo oferece proteção. Com efeito, haja ou não um equívoco de origem, o fascismo - primeiro em sua forma italiana, depois no modelo alemão - encontrou simpatias muito amplas entre os ambientes governamentais da América espanhola, tanto entre os ditadores militares (que viam no fascismo uma inesperada justificação do próprio autoritarismo) quanto entre alguns grupos oligárquicos tradicionais (que começavam a temer as consequências da democratização política). Em alguns casos o fascismo teve também admiradores entre grupos renovadores que buscavam fórmulas políticas novas, através dos quais o exército tentava fazer-se expressão - contra as oligarquias que dominavam os mecanismos constitucionais - de camadas inteiras ainda incapazes de se fazerem sentir graças às suas próprias forças. Os estadistas que buscavam, cada vez mais abertamente, inspiração em Roma e Berlim, não desejavam de modo algum inserir seus países na dança da morte que o fascismo se preparava para desencadear sobre o mundo; e, com um ecletismo político que de resto não era novo na América Latina, fizeram-se fervorosos porta-vozes - nas conferências pan-americanas - do credo de paz internacional baseado sobre o mútuo respeito que Roosevelt contrapunha ao espírito agressivo das potências fascistas. A guerra da Espanha apresentou, de modo particularmente claro para a consciência político-latino-americana, o dilema entre fascismo e revolução (propondo um modelo de fascismo aceitável pelos grupos tradicionalistas - enquanto se tratava, sob novo nome, da velha aliança entre a Espanha e o turíbulo - e propondo um modelo de revolução mais doméstica e atraente do que aquela que se resolvera na autenticidade dos planos quinçenais). Se a guerra contribuiu

ses mundiais. A política econômica, desta forma, caracteriza-se, na década de 1910 pela valorização do café, e na década de 1930, pela sustentação do café.

Com a Primeira Guerra Mundial, inicia-se no Brasil uma fase de industrialização com ênfase na substituição de importações. Na esteira deste processo, encontra-se o início de uma expansão urbana, formação de um proletariado moderno de uma burguesia industrial. Eram os primeiros passos da formação de uma sociedade de massas. Os primeiros sintomas deste proces-

para reforçar ainda mais a tensão político-ideológica, preveniu sobre as conseqüências de deixar-se levar muito livremente e de oferecer o próprio território como campo de batalha; em 1939, após a vitória de Franco, o Major Perón - um oficial do exército argentino até então fervoroso admirador do fascismo - visitava a capital espanhola devastada pela guerra: muitos sul-americanos, dos mais diversos países, paratilhavam certamente de suas opiniões segundo as quais, embora fossem necessárias modificações no próprio país, era ainda mais necessário evitar obtê-las através de uma luta como aquela que destruíra a Espanha". Quanto ao pan-americanismo, Donghi acrescenta: "Os obstáculos ao pan-americanismo continuaram a provir sobretudo dos Estados mais ligados a países europeus. (...) (Mas) a debilidade crescente resistência Argentina refletia (...) a decadência da influência britânica, não mais em condições de rivalizar abertamente - com aquela dos Estados Unidos". (...)

"Em troca, a política norte-americana encontrava um apoio entusiasta em outros países da América Latina: a declaração de guerra dos países da América Central e do Caribe não surpreendem, mas a do México (maio de 1942) e do Brasil (agosto de 1942) eram bem mais significativas. O México aproveitava-se da situação bélica para aproximar-se de seu poderoso vizinho; o Brasil se valia da situação para aumentar sua importância militar e política na América Latina. O presidente Vargas, em 1940, depois da ocupação da França pelos alemães, entrevira - ainda que apenas por um momento - o fim da democracia liberal e se apressara em pronunciar junto a seu suposto tūmulo um discurso algo prematuro; apenas num segundo momento é que Vargas se alinhou com a frente democrática, onde não era certamente o recruta mais desconcertante, já que nela se encontrava um fornido batalhão de ditadores da América Central". DONGHI, Túlio Halperin. História da América Latina. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1976, p. 219 a 221.

so, fazem-se sentir nas greves de intensa mobilização, de 1917, e na crise dos anos 20, cujo ponto culminante é a Revolução de 1930, que em seu desdobramento, implanta o regime autoritário do Estado Novo.

O sistema político da República Velha caracteriza-se pela hegemonia da oligarquia fundiária, marcadamente a oligarquia cafeeira paulista e mineira. O federalismo, conferindo ampla autonomia estadual, é outro traço importante deste sistema político de formas e discurso liberal, e conteúdo oligárquico e regionalista. A vida político-partidária é geralmente dominada por partidos únicos estaduais, à exceção do Rio Grande do Sul. Estes, não possuem grande consistência ideológica, apenas cingidos pelas cores de um liberalismo pré-democrático, de origem inglesa, que encontra em Locke seus fundamentos longínquos. O presidente da República possui uma grande soma de poderes, limitado apenas pelos interesses das oligarquias mais fortes (São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul), de cujo acordo, dependia sua eleição. Este sistema político é expressão, e encontra sentido, num Brasil fundamentalmente agrário, anterior à formação da sociedade de massas nas décadas de 1920 e 1930.

A *questão social*, que acompanha a industrialização/urbanização e é representada pela inquietação da classe operária e dos setores médios; evidencia a incapacidade do sistema político em responder às transformações em curso. Esta é tratada como simples "caso de política". A campanha política conhecida como Reação Republicana, no início dos anos 20, representa a primeira de uma série de manifestações contra a República Velha.

Neste processo de transformações, que conduzem à crise e ao declínio da Primeira República, o ano básico do pe-

ríodo é 1922. Nele, ocorrem acontecimentos que contêm a gênese da transformação da sociedade brasileira entre as duas guerras mundiais. A semana de Arte Moderna, em fevereiro, desencadeia um movimento artístico-cultural, cujo significado supera o sentido puramente estético, na medida em que reflete o descontentamento, no pós-guerra, em relação aos padrões ideológicos e culturais dominantes; uma nova etapa da organização da classe operária se configura em março, com a fundação do Partido Comunista do Brasil (PCB); a criação do Centro Dom Vital, ligado à revista "A ordem", de orientação católica, prenuncia a rearticulação política da Igreja Católica; e, finalmente, a primeira etapa da rebelião política tenentista irrompe em julho, com a revolta da Fortaleza de Copacabana.

A revolta da jovem oficialidade tenentista continua com a eclosão de novas rebeliões em 1924 e 1925, prosseguindo com a formação da Coluna Prestes, que percorre, durante mais de dois anos o interior do Brasil, tentando sublevar os camponeses. De 1922 a 1926, o Brasil é governado sob Estado de Sítio por Artur Bernardes. O seu sucessor, Washington Luís introduz na Constituição, uma série de medidas repressivas, em 1926, tendendo a fortalecer os poderes do presidente da República. Além dos tenentes, setores da oligarquia fundiária, não representados ou descontentes com a orientação política vigente, atuam política e militarmente (em algumas oportunidades), contra o governo, como por exemplo, os setores liberais (do Partido Libertador, Partido Democrático - SP e Partido Democrático Nacional). Também uma ideologia autoritária formula suas críticas às estruturas políticas vigentes (especialmente na linha do pensamento de Alberto Torres) (14).

(14) A formação deste pensamento autoritário tem raízes e impli

A reação que vai, finalmente, abater a República velha, parte de algumas oligarquias estaduais. Aliada à crise que desde o início dos anos 1920 já sacudia a estrutura político-econômica vigente, a débacle financeira, ocorrida em 1929, apressa um processo já em andamento. O preço do café cai a níveis muito baixos. Washington Luís, para dar continuidade à sua política financeira, escolhe outro paulista para sua sucessão. Minas Gerais afasta-se do bloco hegemônico de poder, aliando-se à oligarquia gaúcha, paraibana e ao Partido Democrático Nacional, para lançar a candidatura do gaúcho Getúlio Vargas à presidência (Aliança Liberal).

Derrotada eleitoralmente, a Aliança Liberal lança em outubro de 1930 um movimento armado, que leva Vargas à chefia de um governo provisório. Inicia-se então um longo regime autoritário que, com recuos e avanços durará até 1945. A heterogênea coalizão que leva Vargas ao poder é apoiada pelos tenentes, pelas classes médias, mas liderada pelas oligarquias dissidentes. A permanência prolongada do Governo provisório, leva a oligarquia paulista a uma tentativa de retomar o poder através da Revolução Constitucionalista de 1932. Uma vez derrotada a sublevação, Vargas vê-se obrigado a convocar uma Assembléia Constituinte. A nova Constituição entra em vigor em 1934, sendo o chefe do governo provisório eleito presidente

cações mais amplas que o cenário nacional. Segundo Lúcia Lippi de Oliveira, "nos anos 30, o Brasil não seguiu rumos muito distintos dos que estavam sendo trilhados pelos países europeus e que eram objeto da atenção dos brasileiros ilustrados. Mussolini chegou ao poder na Itália em 1922, Hitler, com sua ascensão à chancelaria em 1933, acabou de desintegrar a República de Weimar, Salazar, em 1929, chegou a primeiro-ministro de Portugal; a Espanha se encontrava, entre 1936 e 1939, banhada no sangue de uma guerra civil. A França, modelo da nossa civilização humanista, vinha enfrentando fortíssimos movimentos nacionalistas de direita desde o fim do Século XIX, e teve, no caso Dreyfus, um divisor de águas da política e da sociedade. Nos anos 20, o nacionalismo integral de Charles Maurras se fez atuante através de L'Action Française, órgão que teve influência junto aos católicos brasileiros que se reuniam em torno do Centro Dom Vital e da Revista A Odem". OLIVEIRA, Lúcia Lippi, e outras. *Estado Novo: Ideologia e Poder*. Rio de Janeiro, Ed. Zahar, 1982, p. 7. Estas eram apenas algumas das conexões internacionais da ideologia autoritária brasileira neste período.

por via indireta. Esta constituição, baseada num compromisso heterogêneo, representa um certo recuo em relação à crescente centralização e autoritarismo que caracterizam o governo Getúlio Vargas.

O período compreendido entre 1934 e 1937 é uma fase de intensa agitação político-social, inclusive com o surgimento de propostas políticas radicais, como as da AIB e da ANL. A Ação Integralista Brasileira constitui um Partido de caráter fascista (camisas verdes), liderado por Plínio Salgado, que pela ideologia, pelas formas externas e organização interna, muito se aproxima da Itália de Mussolini e da Alemanha de Hitler (15). A Aliança Nacional Libertadora é uma frente política, organizada pelo Partido Comunista do Brasil (PCB), com outros grupos, e possui um caráter de frente anti-fascista (o que vale dizer, anti-integralista) e anti-imperialista. O seu fechamento e proibição, após curta existência caracterizada por forte crescimento, conduz seus líderes a uma tentativa frustrada de golpe de Estado, cujo modelo lembra o tenentismo, e que fica conhecida como "intentona comunista", em novembro de 1935. Apesar da repressão que se segue haver desmantelado qualquer oposição de esquerda, Vargas utiliza uma hipotética ameaça comunista como pretexto para a aprovação de atos que lhe conferem poderes extraordinários e mesmo para implantar, em 1937, o regime autoritário, plebiscitário e corporativo conhecido como *Estado Novo*.

Que forças sócio-políticas atuam de maneira determinante sobre o movimento histórico aparentemente caótico, do período 1930-37? Quais os elementos político-ideológicos que possibilitam a construção de um Estado autoritário no Brasil?

(15) Ver TRINDADE, Hêlgio. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*. São Paulo/Rio de Janeiro, DIFEL, 1979 (2ª ed.) 380pp.

Em primeiro lugar, é conveniente ressaltar que, em certo sentido, a força motriz do processo, encontra-se principalmente no Rio Grande do Sul, uma oligarquia marginalizada da coalizão hegemônica do poder. Um estado economicamente pouco representativo (se comparado ao dinamismo da economia de São Paulo), com fortes tradições militaristas e influência no exército nacional, a têm de possuir um regime político peculiar em relação aos demais estados durante a Primeira República. O centralismo, o poder unipessoal e o autoritarismo de influência positivista, são alguns dos traços deste regime político, que durante a primeira República mantém o estado em semi-isolamento político, emergindo após 1930 para todo o país. O projeto político-econômico de características ideológicas positivistas e traços sociais patrimonialistas deste estado periférico, assume no decorrer do processo de crise dos anos 1920 e 1930, o controle do Estado Nacional, suplantando o "projeto moderno" do capitalismo paulista, baseado no pluralismo político no liberalismo tradicional, na sociedade autônoma de classes e na limitação da intervenção do Estado na Economia(16). Neste sentido, ocorre uma dissociação entre a estrutura de poder e a estrutura de dominação, na medida em que os instrumentos de poder político escapam às mãos, desde 1930, dos grupos economicamente hegemônicos (oligarquia de São Paulo).

A estrutura política autoritária montada no Estado Novo conta com o apoio do estamento militar e assenta-se sobretudo no aparelho de Estado. À este Estado Autoritário cabe a tarefa histórica de erigir o *Estado Nacional*, lançando as bases da indústria pesada e os fundamentos de uma sociedade "moderna". O seu caráter *nacionalista* adquire sentido sobretudo em oposição ao regionalismo fragmentário da Primeira Repúbli-

(16) Para o aprofundamento deste enfoque, ver TAVARES, José Gius-ti. *A Estrutura do Autoritarismo Brasileiro*. Porto Alegre, Ed. Mercado Aberto, 1982. 181pp.

ca. Este regionalismo implica no poder das oligarquias fundiárias locais, agora substituídas por uma emergente tecnoburocracia. A criação de inúmeros órgãos especializados, no campo administrativo, social e econômico, dão coesão e solidez ao regime. A presença do Estado, nos mais diversos campos, supre a ausência de uma burguesia como agente histórico mais dinâmico.

A organização da sociedade, obedece em grande medida aos postulados corporativistas. A tutela sobre sindicatos corporativamente organizados, e atrelados ao Ministério do Trabalho, representa o instrumento eficaz no controle do operariado, em associação a expedientes ideológicos paternalistas, que visam limitar os conflitos de classe e colocar o Estado como juiz supremo da sociedade. Esta organização da sociedade obedece ao princípio autoritário de *não-mobilização* político-social(17).

Ideologicamente, o Estado Novo é formalmente definido pela constituição outorgada de 1937. Esta constituição é redigida por Francisco Campos, ministro da justiça na época, e fortemente inspirada na constituição autoritário-corporativa da Polônia (chega mesmo a ser chamada de "polaca") (18). Os intelectuais autoritários brasileiros não apenas apoiam o Estado Novo, como mesmo participam ativamente no aparelho estatal (é o caso, por exemplo, de Oliveira Vianna, Almir de Andrade, Francisco Campos, etc.). Também a maioria do tenentismo adere ao regime, pois ambos acreditam ser este a materialização de seus anseios políticos. Ainda ao nível ideolô

(17) Ver VIEIRA, Evaldo. *Autoritarismo e Corporativismo no Brasil*. São Paulo, Cortez Ed. 1981 (2ª edição) e OLIVEIRA, Lúcia Lippi, e outros. *Estado Novo: Ideologia e Poder*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982.

(18) Ver VIDIGAL, Luiz Eulálio Bueno de. "Francisco Campos e a Constituição de 1937". *Digesto Econômico*, XXIV (205): 39-45, Jan/Fev, 1969.

gico, é criado o DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), um órgão que funcionava como uma espécie de Ministério da Propaganda e órgão central de censura.

Cabe ressaltar, entretanto, o caráter peculiar da ideologia do regime Estado-novista. Embora sua definição político-ideológica oficial siga o modelo europeu, associa-se na prática a formas nacionais. A postura pragmática de Vargas não segue estritamente a constituição. Vargas representa, apesar do novo contexto, a filosofia castilhista gaúcha, por sua vez inspirada no positivismo comteano. O sistema político brasileiro implantado em 1930 e redefinido em 1937, tinha suas origens no sistema político do Estado do Rio Grande do Sul da Primeira República. Sua herança positivista expressa-se pelo anti-parlamentarismo, executivo forte, liderança uni-pessoal, postura política autoritária e preocupação social paternalista de "*incorporar o proletariado à sociedade moderna*"(18a.).

Quanto às relações exteriores brasileiras na década de 30, é interessante observar a posição aparentemente paradoxal adotada pelo Governo Vargas. Durante os anos 30, o governo aproxima-se economicamente da Alemanha nazista, além de fomentar um intercâmbio de informações na área do combate ao comunismo. Entretanto, após a implantação do Estado Novo, quando tudo parece indicar que haverá uma aproximação maior no campo político-ideológico com o Eixo, o governo rompe com este bloco em 1938, aproximando-se dos Estados Unidos. Em 1942, declara guerra ao Eixo, chegando a participar militarmente do

(18a) Conforme Antonio Paim, "A dívida do Estado Novo para com o castilhismo pode ser realçada através do confronto de sua prática com as doutrinas corporativas preconizadas por Francisco Campos e outros". PAIM, Antonio. "O Castilhismo, o Estado Novo e o Trabalho". *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 24-4-1983.p.6. Ver também PAIM, Antonio, *História das Idéias Filosóficas no Brasil*. São Paulo, Ed. Universidade de São Paulo/Editorial Grijalbo, 1974.

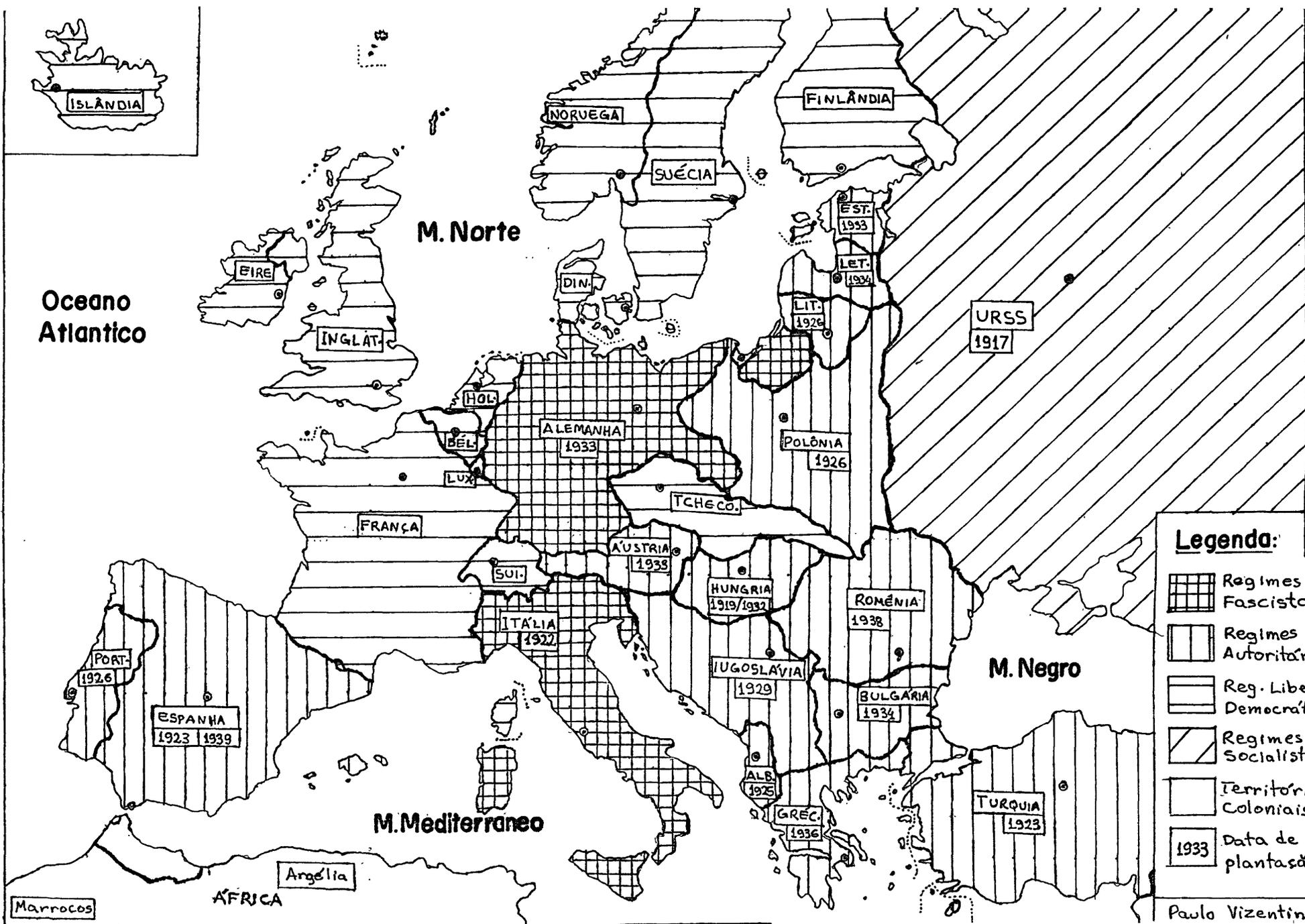
conflito. Este rompimento está ligado tanto à atuação do ministro do exterior Oswaldo Aranha, partidário de uma aproximação com as potências liberais, como pela política de nacionalização das colônias alemãs e italianas no Rio Grande do Sul, aplicadas pelo Estado Novo (19).

O Estado Novo não resiste aos ventos redemocratizantes pós-Segunda Guerra Mundial, reforçados internamente pela participação do Brasil no conflito, contra os países fascistas, decisão mais de caráter político que ideológico. Vargas é deposto em 1945, encerrando-se a experiência autoritário-corporativa brasileira, embora neste processo de mudança, as estruturas políticas estatais do Estado Novo tenham sido mantidas praticamente inalteradas (o que induz à uma reflexão mais profunda sobre a "democracia populista" brasileira de 1945-64)

(19) A situação internacional brasileira face a um mundo dividido, no período entre-guerras, é observada corretamente por Ricardo Seitenfus: "A posição brasileira no sistema das relações internacionais durante o entre-duas-guerras pode ser considerada como exemplar. Exemplo no sentido de como um país economicamente fraco, militarmente inexistente e geograficamente marginal dos polos de poder, será atingido, apesar dessas limitações, como toda a força pela rivalidade do momento. Assim, os clamores, vindos da Europa, ecoarão também no Brasil". E acrescenta, quanto à mudança aparentemente paradoxal da política externa brasileira que "quando o Brasil dá a impressão de aproximar-se definitivamente dos países do Eixo, tanto sob o ângulo econômico como o político e ideológico, é o momento escolhido pelo Rio de Janeiro para romper com Roma e Berlim. A escolha brasileira de uma certa neutralidade durante os primeiros anos da Segunda Guerra Mundial e em seguida de uma solidariedade ativa com os Aliados é decidida já em 1938 quando rompe com o Eixo". SEITENFUS, Ricardo A. Silva. "A Revolução de 1930 e as Relações Internacionais: da fraqueza ao realismo (1930-1938)". in *Simpósio sobre a Revolução de 30*. Porto Alegre, UFRGS/ERUS, 1983. p. 149 e 165. Para aprofundamento maior desta questão, consultar SEIFENTUS, Ricardo A. Silva. *O Brasil de Getúlio Vargas e a formação dos Blocos*. Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira e Porto Alegre, Editora da UFRGS, 1983 (no prelo), e também "The fascism in Brazil, 1936-38". *Hispanic-American Historical Review/year Book 1983*. New México (no prelo). Ver também HILTON, Stanley. *O Brasil e as grandes potências: 1930-1939*. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1977, p. 355.

L. REGIMES AUTORITÁRIOS E FASCISTAS

NA EUROPA NO PERÍODO ENTRE-GUERRAS



Legenda:

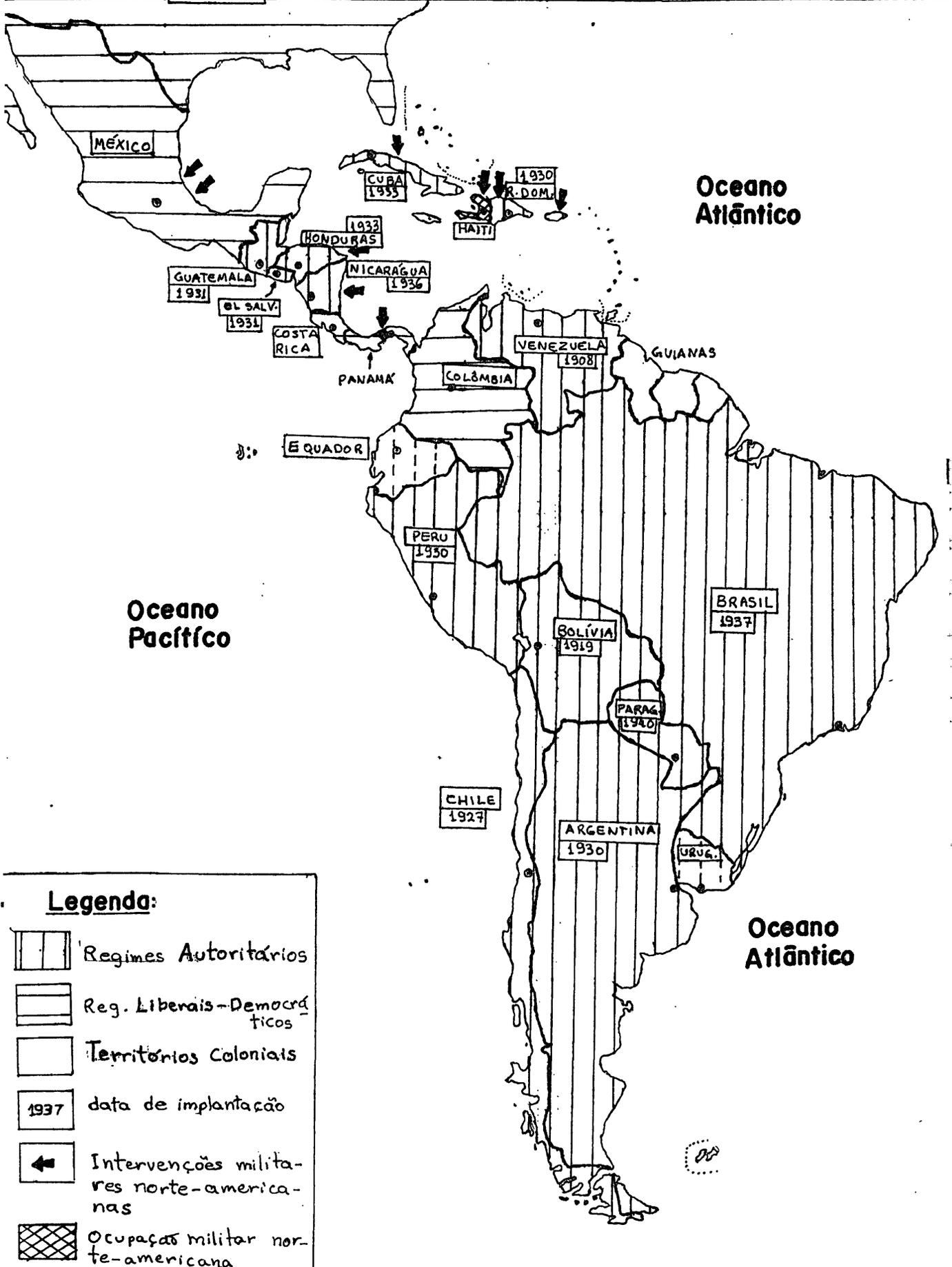
- Regimes Fascistas
- Regimes Autoritários
- Reg. Liberais-Democráticos
- Regimes Socialistas
- Territórios Coloniais
- 1933 Data de implantação

Paulo Vizentini

II. REGIMES AUTORITÁRIOS NA AMÉRICA LATINA

NO PERÍODO ENTRE-GUERRAS

ESTADOS
UNIDOS



II - A IDEOLOGIA AUTORITÁRIA

"Una respuesta autoritaria al desafío de la modernización de tipo muy definido: Un conjunto (...) de instituciones y prácticas políticas que permiten a las élites administrar, conducir o manipular la transformación de las estructuras económicas y sociales, al mínimo costo posible para ellos (...); Tales regimenes no buscan tanto detener el cambio - de hecho, con frecuencia lo promueven - como controlar sus consecuencias desde arriba. Al cambiar, evitan los cambios".

PHILLIPE SCHMITTER - *La Portugalización de Brasil.*

II - A IDEOLOGIA AUTORITÁRIA

Após o final da Primeira Guerra Mundial, a ideologia autoritária ganha força, aprimora seus postulados e materializa-se na atuação política concreta de partidos, movimentos e regimes políticos que se implantam. Em todo o período entre-guerras esta ideologia ganha conotações mais precisas, associando-se a noções como corporativismo, elitismo, nacionalismo, Estado forte, anti-comunismo, etc. Assume a forma de um amplo movimento intelectual, com profunda influência mesmo fora dos meios europeus, numa espécie de "revolução conservadora" ou, segundo outros, uma "contra-revolução" filosófica. A ascensão destas idéias, para muitos, serve na época como um indicador dos rumos que o mundo "fatalmente" tomaria. A ideologia autoritária constitui-se em grande medida numa reação ao pânico causado pela Revolução Soviética. A percepção de ameaça produzida entre os conservadores europeus faz com que aproximem-se do autoritarismo, acirrando suas críticas ao liberalismo.

O Brasil sempre assimilou e "aclimatou" ideologias em evidência na Europa, ao longo de toda a sua história. Isto se dá mesmo quando as condições histórico-sociais são diferentes do contexto europeu, como no século XIX com a ideologia liberal (20). No período entre-guerras, a grave crise internacional traz certos problemas comuns à Europa e ao Brasil, apesar dos contextos específicos. Desta forma, materializam-se as potencialidades para uma

(20) Ver SCHWARZ, Roberto. "As idéias fora do lugar". in *Estudos CEBRAP*, nº 3, São Paulo, 1973.

absorção mais profunda da ideologia autoritário-corporativa europeia por um amplo setor da elite brasileira. O seu Projeto político estrutura-se com o processo revolucionário dos anos 30 e atinge seu ponto culminante com a implantação do Estado Novo em 1937. Este regime autoritário congrega elementos ideológicos da crise mundial, com caracteres autoritários brasileiros "tradicionais".

Apesar da expansão e do grande prestígio da ideologia autoritária ter lugar no período entre-guerras, com a crise do liberalismo, as origens desta corrente de pensamento são bem anteriores. Neste sentido, quais as origens filosóficas da postura autoritária a nível político-ideológico? Em que período situar suas origens, diferenciando-se da vertente conservadora tradicional que permeia o pensamento político ocidental? Em que medida o processo histórico influencia na sua elaboração e expansão?

Desde a ascensão da ideologia liberal na Europa e da Revolução Francesa, existiu sempre uma contestação em relação a esta no curso do pensamento político ocidental, que pode-se chamar de vertente conservadora autoritária(21). Embora desde Burke, contemporaneamente a Revolução Francesa, esta vertente adquira consistência, em fins do século XIX começa haver uma diferenciação e aprimoramento em seu interior, que conduz, na primeira metade do século XX, à formação de uma ideologia autoritário-corporativa, da qual o fascismo e o nazismo constituirão um ponto extremo. Este movimento, cuja articulação ganha ênfase nas décadas finais do século XIX, toma a forma de uma *reação filosó-*

(21) O historicismo, a partir de Edmund Burke e o positivismo de Auguste Comte são doutrinas fundamentais desta tendência.

fica romântico-conservadora ao iluminismo, ao racionalismo, ao utilitarismo, ao liberalismo, com um forte conteúdo antiindividualista, que já prenuncia em seu interior uma tendência de super valorização do Estado e do nacionalismo. Pode considerar a corrente *historicista* de Burke e, em particular sua versão alemã de Savigny, da qual origina-se o *organicismo*, em especial de Treitscke, como um importante momento desta elaboração ideológica. Do desenvolvimento de postulados do organicismo, configura-se posteriormente o *corporativismo*, no século XX.

No plano histórico-social, o avanço do capitalismo, já esboçando em alguns países uma forma monopolista, torna dramática a situação dos pequenos proprietários e das comunidades estáveis, com o processo de acumulação de capital. O organicismo surge, então, como uma corrente destinada a justificar a necessidade de proteção desta camada social contra este processo "desagregador" da sociedade. Nesta perspectiva, o *nacionalismo romântico* enfatiza também a necessidade de defesa do grupo primário e da comunidade. Na linha destas tendências ideológicas, configura-se embrionária a necessidade de aumentar o poder estatal sobre as entidades políticas "pré-modernas", tanto como forma de garantir a estabilidade ameaçada pelos efeitos danosos da fase acumulativa do capitalismo, como também para dar combate à corrente anarquista, que questiona a autoridade estatal, e já possui certa envergadura nestes países.

Assim, a vertente conservadora do *organicismo romântico* aproxima-se do *positivismo* comteano, no final do século, dando origem a *sociologia histórico-organicista* de Gumpowicz. Este, por sua vez, influencia diretamente um grupo de filósofos que enfatiza, através da noção de desigualdade entre os seres humanos, uma crítica elitista à democracia liberal. Mosca, Pareto e Michels são os representantes mais importantes

da corrente elitista. Entrementes, a vertente "revolucionária" desta corrente organicista romântica ganha expressão no movimento anarquista. Posteriormente, no desdobramento deste processo, há uma adoção, por parte do autoritarismo conservador de tipo proto-fascista, de alguns conteúdos ideológicos mobilizantes do irracionalismo elitistas revolucionários anarquistas e anarco-sindicalista, em particular do mito soleriano da luta de classes (22).

É necessário não perder de vista as profundas transformações sócio-econômicas por que passa a Europa neste período histórico. O intenso crescimento econômico proporcionado pela revolução industrial, que neste período atinge os países de capitalismo de "segunda e terceira geração", concentra grandes contingentes humanos, causando forte impacto sobre as estruturas sociais então existentes. A consequência é a formação de grandes cidades e a entrada das massas no cenário sócio-político. Isto vai levar alguns autores a denominar o período como o da formação da sociedade de massas. Este processo se estende, desde os finais do século XIX, até a Segunda Guerra Mundial, e seu efeito desertabilizador é denominado por Ortega y Gasset como a *rebelião das massas*.

Há um fato que, para bem ou para mal, é o mais importante da vida pública européia da hora presente. Este fato é o advento das massas ao pleno poderio social. Como as massas, por definição, não devem nem podem dirigir a sua própria existência, e menos ainda reger a sociedade, quer dizer-se que os povos, na

(22) Segundo Bolivar Lamounier, "a metade revolucionária inspira-se no aspecto fãustico, criador, carismático, esteticista do Romantismo. Sua tradução no plano político é invariavelmente voluntarista, mobilizante, quer na definição ficteana da Nação e do Estado, quer em sua forma anarquista, quer, finalmente, no mito soleriano "LAMOUNIER, Bolivar. "Formação de um pensamento Político Autoritário na Primeira República: Uma Interpretação". in Fausto, Boris(org.) *História Geral da Civilização Brasileira*. vol. 9 São Paulo Rio de Janeiro, DIFEL, 1977. p. 362.

*ções, culturas, cabe padecer. Esta crise so-
breveio mais uma vez na história. Sua fisio-
nomia e suas conseqüências são conhecidas.
Tambem se conhece seu nome. Chama-se a rebe-
lião das massas" (23).*

Que conseqüências tem esse amplo processo sobre a evolução ideológica em curso? Quais as suas implicações sobre a formação de um pensamento autoritário-corporativo? Além do posicionamento expresso por Ortega y Gasset, é digna de nota, ainda em fase anterior, a formação da "psicologia coletiva" de Tarde, Sighele e Le Bon, também preocupados em analisar certos aspectos ligados a formação da sociedade de massas. Acrescente-se ainda as correntes *anti-racionalistas e anti-intelectuais*, cujos representantes mais expressivos são Nietzsche, Berson e William James, e tem-se então todos os componentes ideológicos para a configuração do autoritarismo-corporativo da primeira metade do século XX, e para o próprio fascismo, acrescido de outros componentes peculiares.

2.1 - A ideologia autoritário-corporativa européia:

Se antes de 1914 a visão racionalista de progresso linear e constante já vinha sendo contestado, após 1918, com o final da Primeira Guerra Mundial, esta crítica se aprofunda e ganha conotações mais precisas. As instituições e os valores liberais sofrem críticas veementes, partidas de vários correntes e a conjuntura histórica parece dar razão a esta contestação. As representações mitológicas da política ganham conteúdo concreto. O nacionalismo passa gradativamente a ser sinônimo de Estado Forte. A instabilidade crônica no Pós-Guerra, somada aos traumas deixados pelo conflito, parecem sepultar definitivamente o mundo "estável"

(23) ORTEGA Y GASSET, José. *La Rebelión de las massas*. Madrid, *Re-
vista de occidente*, 1956. 30a. edición, p. 49. Tradução do
autor.

anterior a 1914, encerrando a "belle époque". O triunfo da Revolução Soviética dá alento a alguns e aumenta o temor e a insegurança de outros; mas, por motivos opostos, grupos antagônicos percebem um mesmo processo de crise e declínio do liberalismo político e econômico.

Antes de promover-se a caracterização genérica do pensamento autoritário-corporativa, faz-se necessário chamar a atenção para o caráter heterogêneo desta corrente ideológica. A ideologia autoritário-corporativa está contida em obras de diversos autores, publicados desde o final do século XIX até a Segunda Guerra Mundial. Estas obras refletem, muitas vezes, concepções particulares sobre certos temas, que no conjunto da corrente ideológica apresentam uma certa tensão, quando não, mesmo, contradições. Isto se deve, em grande parte, aos diferentes contextos e origens das obras e de seus autores. Apesar disso, existem fortes pontos em comum, para proceder-se a uma caracterização genérica e preliminar sobre a ideologia autoritário-corporativa no período entre-guerras.

A primeira dificuldade para uma tal caracterização, consiste em estabelecer uma diferença entre esta corrente e a ideologia totalitária contida na doutrina fascista e nazista. Num certo sentido, pode-se afirmar que a doutrina nazi-fascista constitui um ponto extremo da ideologia autoritário-corporativa. Realmente, o nazi-fascismo, enquanto ideologia, aprofunda sua concepção a partir de elementos essenciais do autoritarismo corporativo, acrescentando outros mais, em cada caso específico. Neste sentido, não existiria entre estas correntes senão uma diferença de grau e ênfase em determinados aspectos. Acredita-se, entretanto, que as diferenças originam-se, sobretudo, devido ao contexto sócio-político destas elaborações

ideológicas (Alemanha e Itália industrializados, em contra-posição às estruturas "tradicionais" da Europa Oriental e Meridional), bem como a cada tradição filosófica em particular. Assim, para o nazismo alemão o *racismo* constituirá uma instância estrutural em sua formulação ideológica, em contra-posição ao caráter secundário que este tema exerce sobre outras formas de pensamento autoritário-corporativo.

Outro ponto fundamental reside no caráter mobilizante do nazi-fascismo. A mobilização e o chamamento à participação política, no interior do Estado e do Partido Único oficial, constitui um dado essencial nesta distinção, especialmente se atentar-se para a proposta não mobilizante contida na maioria dos autores autoritário-corporativos e, especialmente, nos regimes políticos que esta ideologia fundamenta. Também a existência de uma proposta de *Partido único oficial* como instância fundamental nas relações entre o Estado e a sociedade, constitui um dado importante na diferenciação destas ideologias.

Apesar de alguns pensadores e regimes autoritários não fascistas insistirem na necessidade da existência de um partido único, o papel por ele exercido é qualitativamente diferente (por exemplo, na Espanha), especialmente no que se refere à sua função de mobilização popular (24). Deve ser levada em consideração, também, a aproximação da ideologia autoritária em relação às instituições "tradicionais" (como a igreja Católica, por exemplo), bem como às formas "tradicionais" de dominação, de regimes políticos ditatoriais e de configurações ideológicas (especialmente nos países pré-industriais). Finalmente, pode-se considerar como distinção entre o nazi-fascismo e o autoritarismo corporativo, o caráter mais profundo e abrangente das transformações contidas no projeto da primeira ideologia, em relação à segunda.

(24) Conforme Gino Germani, "aquilo que é essencial no autoritarismo moderno, sobretudo na sua forma "pura", isto é, no totalitarismo em estrito senso, é o fato de que a meta desta socialização e ressocialização planificada é a transformação de toda a população em "militante" ideológico, em participante ativo". GERMANI, Gino. *Autoritarismo, fascismo e classi Sociali*. Bologna, Società Editrice il Mulino, 1975, p. 19. Tradução do autor.

No que se refere ao *fascismo italiano*, pode-se aglutinar sua ideologia em quatro postulados principais: O primado do Estado, do chefe, do partido e da nação. Por primado do Estado, concebe a negação do indivíduo enquanto instância política, louvando o Estado forte e centralizado, exercendo os mais amplos poderes dentro de uma visão, segundo os próprios fascistas, *totalitária*. O primado do chefe, segundo o qual "o Duce tem sempre razão", procura legitimar a centralização do poder de decisão nas mãos de uma liderança uni-pessoal, que abrange desde o campo político militar até o sócio econômico. O primado do Partido, refere-se às funções ideológicas e de propaganda, além da participação popular em diversos níveis, como o enquadramento da juventude, por exemplo, e da participação de uma "pequena burguesia fardada". O primado da nação, constitui o elemento nacionalista da ideologia fascista, destinado a conduzir a Itália ao nível das grandes potências mundiais. Giovanni Gentile é o grande ideólogo do fascismo italiano, e a ele devem suas principais concepções filosóficas, que mostram esta doutrina não apenas como "política", mas como uma "visão de mundo" completa.

Quanto ao *fascismo alemão*, ou nacional-socialismo (nazismo), a principal idéia-força é o racismo, que vê a raça ariana, e dentro desta, a alemã, como elite humana. Esta concepção é fundamentada sobretudo nos livros "Ensaio sobre a Desigualdade das raças Humanas", escrito por Gobineau em 1853 e "Fundamentos do século XIX", de Houston Stewart Chamberlain de 1899. O anti-semitismo é uma das derivações desta concepção racista. Nesta perspectiva três inimigos ideológicos, identificados como as Igrejas Cristãs, o comunismo e o capitalismo financeiro, são associados como "filhos de Israel": os "judeus" Jesus Cristo, Karl Marx e Rothschild. Estes, constituíam os inimigos do nacionalismo alemão (a interna-

cional Negra, a Internacional Vermelha e a Internacional Financeira). O nacionalismo subordina o indivíduo ao Estado, dando coesão e unidade interna bem como potência externa à nação alemã reunindo ainda todos os alemães sob um mesmo Estado. Assim, o lema "Ein Volk, ein Reich, ein Führer". Segundo este chefe, Adolf Hitler,

"Cada concepção do mundo, por mais justa e de mais alta utilidade que seja para a humanidade, ficará sem significação para o aperfeiçoamento prático da vida de uma população, enquanto não se tornarem os seus princípios o estandarte de um movimento de luta, que por sua vez, se converte em um partido; enquanto não tiver trans formado as idéias em vitória e os seus dogmas partidários não formarem as novas leis fundamentais do Estado" (25)

Além do chefe (Führer) todo poderoso, do racismo, do nacionalismo, do Estado forte, e outros elementos, como o militarismo, o anti-intelectualismo, o partido único, o anti-comunismo, o corporativismo e uma concepção própria da história, caracteriza o nazismo (26).

Para a ideologia autoritário-corporativa europeia, o nacionalismo é um dos valores mais sagrados, e possui origens diversas, mas sem dúvida tem Charles Maurras um de seus ins-

(25) HITLER, Adolf. *minha luta*. Porto Alegre, Livraria do Globo, 1939 (4a. edição), p. 317.

(26) Segundo Ayçoberry, "A luta contra a URSS está estreitamente associada a destruição dos judeus, que são os seus mestres. Todo o resto é corolário: o agrarismo romântico, a procura da autarquia, a política social que deve "unir indissoluvelmente" o povo, para prepará-lo à guerra e à expansão. Isto já fornece uma estratégia, mas não ainda uma filosofia da história. Ela surge toda equipada no livro de 1928, logo que Hitler, abandonando para definir a luta das raças, as comparações anti mais que ele havia antes privilegiado, descobre a lei fundamental das sociedades humanas: os instintos vitais de conservação e de reprodução são ilimitados, enquanto que o espaço é limitado (...). A desigualdade das raças não é mais portanto somente petição de princípio, nem obsessão pessoal, mas motor da história". Ayçoberry, Pierre. *La Question Nazie*. Paris, Editions du Seuil, 1979, p. 21. Tradução do autor.

piradores(27). Este nacionalismo, de caráter autoritário, diferencia-se do nacionalismo romântico do século XIX, que enfatiza a idéia do grupo primário e da comunidade local. Está intimamente associado à idéia de Estado-Nação, e não apenas de uma conotação geográfica ou sócio-cultural. Este Estado-Nação significa a unidade básica da política, e não o indivíduo, grupos sociais ou partidos políticos. Neste sentido, reveste-se de um caráter autoritário e simboliza a síntese da política. Constitui, ainda uma "barreira" importante contra o internacionalismo socialista, considerado inimigo mortal do autoritarismo-corporativo.

Nesta perspectiva, a idéia de nacionalismo é inconsistente sem a de Estado. Este nacionalismo autoritário constitui o *locus* no interior do qual reina soberano, o *Estado Autoritário*. Ao Estado, também chamado de *Estado Novo*(28), cabem uma série de tarefas histórico-sociais, numa época de transição e crise: promover a modernização política e econômica dentro de uma perspectiva conservadora; impedir a desagregação social e a luta de classes, a que o Estado Liberal conduz em sua evolução "anárquica" e de que o marxismo procura tirar proveito; organizar (ou "reorganizar") corporativamente a sociedade e a produção; dotar a sociedade de uma coesão e unidade político-ideológica. Desta forma, o Estado Autoritário é por definição anti-liberal, anti-comunista, anti-regionalista (na medida em que era centralizador), anti-individualista, burocrático e contrário à

(27) Ver em Jacques Ploncard D'ASSAC. *Doutrinas do Nacionalismo* Lisboa, Ed. Panorama, 1962, uma explanação detalhada sobre o nacionalismo em Edouard Drumont, Maurice Barrès, Paul Bourget, Charles Maurras, Philippe Pétain, Enrico Corradini, Benito Mussolini, Adolf Hitler, Primo de Rivera, Ramiro Ledesma Ramos, Onésimo Redondo, Antonio Sardinha e Antonio de Oliveira Salazar.

(28) Ver MANOILESCO Mihail. *O século do corporativismo*. Rio de Janeiro, Livr. José Olympio Editora, 1938.

toda a competição partidária.

Outra característica fundamental da ideologia autoritário-corporativa é a concepção *elitista* da política e da história. Esta deriva da crença na desigualdade humana. O "darwinismo social" é uma das vertentes que justifica o poder dos dotados de maior capacidade sobre a "massa amorfa". Entretanto, é nos escritos de Michels, Mosca e Pareto, que o elitismo encontra os seus fundamentos básicos. As elites, configuradas no plano social pela sua superioridade intelectual, conhecimentos, habilidades de manipulação e mesmo "superioridade moral", tem como reflexos no aparelho estatal, a *burocratização*, onde as elites técnicas especializadas constituem o pessoal político dirigente.

O corporativismo, como forma de organização da sociedade, associa-se ao autoritarismo nesta concepção deológica. Mihail Manoïlesco, ex ministro romeno, é um dos autores que formula a teoria do corporativismo de forma mais explícita em seu clássico "o século do corporativismo". Sobre esta doutrina, afirma que

"O corporativismo contemporâneo nada tem de comum com o fascismo, embora os seus aspectos econômicos se tivessem desenvolvido em nossos dias sob a vigilância desse sistema. (...) O coporativismo não se restringe à órbita da organização material da sociedade, mas que abrange nas suas finanidades uma verdadeira integração das forças espirituais, morais e materiais da nação em um conjunto harmonioso. (...) O corporativismo concretiza a Subordinação de todos os interesses ao conceito nacional, que é uma idéia básica e final" (29).

A organização corporativa da sociedade, tendo como ponto de partida o Estado Autoritário (ou Estado Novo), garantiria ao Estado-Nação a coesão sócio-econômica para a realização

(29) Ibid, P. XII.

dos objetivos que Manoïlesco chamou de "imperativos do século XX".

A adoção do corporativismo representou, entre outras coisas, a substituição da nação de liberdade pela de organização. Embora por definição o Estado Corporativo fosse aquele originário da organização de grupos profissionais em corporações, que representassem a defesa de seus interesses econômicos valores culturais, Manoïlesco acabou mais tarde completando sua noção de corporativismo com a introdução do partido único, que confere um caráter totalitário à sua doutrina (30). Vários autores italianos dedicam-se também à formulação ideológica do corporativismo, tais como Giuseppe Bottai, Gaetano Napolitano, Gaspare Ambrosini, etc.

É necessário atentar, ainda, para os aspectos "superestruturais" do autoritarismo corporativo (e do facismo) na medida em que a doutrina considera-se uma *concepção de mundo completa*, e não apenas política. Um dos fundamentos filosóficos desta "visão de mundo" é o *irracionalismo*, tanto do processo político, como do conhecimento científico que se torna, sob esta perspectiva, inteiramente subjetivo. Georges Sorel, no que se refere ao plano político, bem como Nietzsche e Bergson, quanto as concepções filosóficas, são as elaboradoras da *concepção irracionalista*.

De Georges Sorel, o sindicalista revolucionário francês, é importante destacar ainda a *concepção dos mitos e da violência*. Para Sorel, com o advento da sociedade de massas,

(30) Ver Manoïlesco, Mihaïl. *Le Parti Unique*. Paris, Les Oeuvres Françaises, 1937. 251pp. e SCHMITTER, Phillippe. "Still the century of corporatism", *The Review of Politics*. vol. 36, Jan. 1974

a existência de mitos político-ideológicos torna-se um elemento es sencial do processo político. O mito, formado a partir da intui- ção, é um símbolo, uma idéia-força, que apela à mobilização, ca- paz de arrastar as massas em direção de um projeto político "revo- lucionário" (o apelo às emoções das massas torna-se um *êlam* vital, onde "querer é poder"). A idéia do irracionalismo e do mito no pro- cesso político, conduz em seguida à da violência, como motor das transformações histórico-políticas (31). Todos os elementos descri- tos, associados ao *realismo heróico-popular* e ao *naturalismo*, cons- tituem uma visão de mundo completa (32).

2.2 - O pensamento político autoritário brasileiro:

O pensamento autoritário brasileiro constitui-se de um conjunto de ensaios histórico-sociológicos ou jurídico-políti- cos, que em seu conjunto formam uma vertente política crítica ao modelo constitucional republicano liberal de 1891. A grande maio- ria destas obras possui o objetivo instrumental de influir sobre as elites e sobre o processo político. Estas partem de amplas aná- lises sobre a evolução histórica e as estruturas sócio políticas do Brasil, culminando geralmente com a formulação de uma proposta

(31) Ver MACRIDIS, Roy. *Ideologias Políticas Contemporâneas*. Bra- sília, Ed. Universidade de Brasília, 1982. 318p.

(32) Segundo Marcuse, no "*realismo heróico-popular*(...), o povo é marcado pelo 'sangue', é a 'terra' do país natal de quem rece- be sua força e sua perenidade indestrutíveis, são estes os caracteres da raça que fazem sua unidade e a manutenção des- tes caracteres em sua pureza, é a condição de sua "saúde". Es- te naturalismo provoca uma sublimação da rusticidade que é o único estado mantido "unido à natureza": celebra-se nela a fonte primitiva e fecunda', o fundamento eterno da sociedade. MARCUSE, Herbert. "La lutte contre le libéralisme dans la cõ- ception totalitaire de l'état" in *Culture et Sociêtê*. Paris, Les Éditions de Minuit, 1970. p.82. Tradução do autor.

de transformação, sob a forma de um modelo jurídico e sócio-político alternativo. Este modelo aponta, quase invariavelmente, para o reforço e centralização do poder estatal.

Este pensamento autoritário, formulado na Primeira República, tem em Alberto Torres, Oliveira Vianna, Alceu Amoroso Lima, Francisco Campos e Azevedo Amaral as suas figuras mais expressivas(33). É conveniente ressaltar a continuidade, por outro lado, de formas ideológicas e de dominação "tradicionais", legadas por um passado colonial escravista e pela herança política ibérica, que atravessa toda a história nacional.

É necessário salientar a existência de tensões e contradições no interior da tradição autoritária. Isto deve-se, em boa medida, ao fato dos autores autoritários não possuírem uma perspectiva homogênea, embora sua concepção ideológica situe-se dentro de um mesmo "universo intelectual", balizado por alguns pontos fundamentais em comum. Neste sentido, uma tentativa de sistematização ou interpretação do pensamento autoritário brasileiro apresenta uma série de problemas e limitações. Assim, a caracterização esboçada neste capítulo não pretende ser conclusiva ou exaustiva.

O pensamento político autoritário brasileiro sofre uma grande influência das correntes filosóficas críticas do liberalismo, que despontam na Europa no final do séc. XIX e na Primeira parte do século XX. O *antiliberalismo*, *antiindividualismo*, *antiutilitarismo*, *o elitismo*, *o nacionalismo*, *o irracionalismo do processo político*, a necessidade político-institucional de um *Estado Autoritário* e social de uma *organização corporati-*

(33) Conforme LAMOUNIER, Bolivar. "Formação de um pensamento político Autoritário na Primeira República: uma interpretação" in Fausto, Boris(org). *História Geral da Civilização Brasileira*. vol.9. São Paulo - Rio de Janeiro, DIFEL, 1977.

va constituem os elementos mais importantes desta influência, que não atinge a todos os intelectuais autoritários com a mesma intensidade e da mesma maneira (34).

Sem entrar-se numa discussão detalhada sobre cada autor(35), pode-se esquematizar o pensamento autoritário brasileiro, considerado como "ideologia do Estado", dentro das seguintes idéias chave:

- a) Predomínio do princípio "estatal" sobre o de "mercado";
- b) Nacionalismo;
- c) Concepção orgânico-corporativa da sociedade;
- d) Objetivismo tecnocrático;
- e) Concepção autoritária e paternalista dos conflitos sociais;
- f) Não mobilização política da "sociedade civil";
- g) Concepção elitista e voluntarista dos processos de mudança política;

(34) Uma explanação mais detalhada sobre cada uma dessas concepções encontra-se no sub capítulo 2.1, "a ideologia autoritário-corporativa Européia" e, no que se refere a Francisco Campos, ver sub-capítulo 3.2, "O pensamento político".

(35) Sobre Oliveira Vianna, ver VIEIRA, Evaldo. *Autoritarismo e Corporativismo no Brasil*. São Paulo, Cortez Editora, 1981 (2a. ed.); Sobre Almir de Andrade, Azevedo Amaral e outros ideólogos do Estado Novo, ver OLIVEIRA, Lúcia Lippi e outras. *Estado Novo: Ideologia e Poder*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982; sobre Francisco Campos, Azevedo Amaral, Oliveira Vianna, Alceu Amoroso Lima e Plínio Salgado, ver MEDEIROS, Jarbas. *Ideologia Autoritária no Brasil: 1939-1945*. Rio de Janeiro, Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1978; especialmente sobre Plínio Salgado e o Integralismo, ver TRINDADE, Hêlgio. *Integralismo: O fascismo brasileiro na década de 30*. São Paulo - Rio de Janeiro, DIFEL, 1979 (2a. ed.); especificamente sobre Francisco Campos, ver capítulo III - "Francisco Campos" e ROSEMBERG, Martha. *Ariel vencido? o pensamento político de Francisco Campos*. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1979 (dissertação de mestrado), uma visão sobre a produção intelectual do período (incluindo a autoritária), pode ser encontrada em OLIVEIRA, Lúcia Lippi(org.) *Elite Intelectual e debate político nos anos 30*. Rio de Janeiro, Ed. Fundação Fetulio Vargas e Brasília, Instituto Nacional do Livro, 1980.

h) O Estado como "Leviatã benevolente" (36).

O predomínio do *princípio "estatal"* sobre o de *mercado*", relaciona-se à exaltação da intervenção deliberada da entidade estatal sobre a vida social, em oposição às "leis naturais" de "mercado". A matriz "estatal" e de "mercado", extrapolam, nesta concepção, as atividades ou o nível permanente econômico(37). As potencialidades de um aparato burocrático, capaz de exercer um poder coercitivo que controle a sociedade, e de planejar as diversas atividades sociais, são consideradas positivas, em contraposição à "anarquia do mercado", sob o Estado absentista liberal. A origem da matriz "estatal", segundo Lamounier, encontra-se no processo de "industrialização tardia" das sociedades formadas pela expansão capitalista européia.

No que tange ao nacionalismo é concebido em primeiro lugar como organização centralizada do Estado-nação, em contraposição ao regionalismo fragmentário da Primeira República, apoiado na descentralização e autonomia político-administrativa das unidades estaduais. Além deste aspecto do nacionalismo como unidade nacional e de interesses gerais opondo-se ao localismo e aos interesses de oligarquias regionais, significa também a convergência de valores, tradições, herança cultural e histórica do povo brasileiro, dentro do território nacional. Constitui, desta forma, uma entidade de características especiais.

(36) A interpretação contida nesta esquematização é uma pequena adaptação da apresentada por Bolivar Lamounier em "Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República: uma interpretação". op. cit.

(37) Conforme Lamounier, "como indica o próprio termo matriz, estamos falando de um modo de perceber a realidade que se manifesta em diversos níveis, permeando a linguagem e os 'programas' mentais utilizados para a reflexão político-social. Seria portanto grave equívoco interpretá-lo dentro dos estreitos limites que a noção econômica de mercado assume na linguagem habitual". LAMOUNIER, Bolivar. op.cit. p. 359

A idéia da organização da sociedade e da estrutura produtiva nem sempre aparece explícita e desenvolvida na obra dos pensadores autoritários. Entretanto, constata-se a existência de uma idéia *orgânico-corporativa da sociedade*, especialmente como visão de uma estrutura sócio-econômica fundada sobre uma coletividade de pequenos produtores, como é formulada, por exemplo, por Alberto Torres. Não se pode esquecer a influência exercida pelo pensamento "proto-fascista", desde o início do século XX, sobre as elites intelectuais brasileiras. Esta corrente ideológica já contém os elementos de uma organização social orgânico-corporativa (ver sub capítulo 2.1, "a ideologia autoritário-corporativa europeia"). É necessário salientar que o Brasil, na ótica dos pensadores autoritários, possui uma sociedade "desorganizada, amorfa e invertebrada", além de manter vivos "vícios" do passado. Para corrigir estes "vícios" e liberar o país da inércia em que se encontra, faz-se necessária a intervenção enérgica do Estado. Este Estado constituiria o centro coordenador ("cérebro"), capaz de promover a *organização nacional*. Somente a estrutura estatal poderia impulsionar a transformação que salvaria o país do processo de degenerescência e "amorfismo invertebrado" para, a seguir, organizar-lhe a estrutura social e econômica, tornando seu funcionamento "orgânico".

A acumulação de tarefas históricas pelo Estado tornava necessário a aplicação de princípios racionais por um pessoal burocrático competente. A atuação desta tecnocracia, após o "diagnóstico" científico da sociologia estabelecer a distinção entre o "país real" e o "país legal", seria o instrumento da adaptação "das instituições às condições concretas da nação. Não se trata, aqui, de uma atuação política mediadora e balanceadora de interesses, mas de um ato voluntarista de caráter técnico, aplica

do de maneira "objetiva", ou seja, dentro da idéia de um *objetivismo tecnocrático*.

Ao contrário da matriz de "mercado", a ideologia de Estado vê o conflito social com uma "anomalia" a ser erradicada pela adoção de um modelo técnico-político correto. Os pensadores autoritários brasileiros encaram esta questão dentro de uma *concepção autoritária e paternalista dos conflitos sociais*. Se por um lado criticam no liberalismo a crença otimista do "ajustamento automático", por outro criticam no socialismo e no fascismo a crença utópica da integração absoluta ("totalitária"). Que postura adotar então em relação ao conflito social? Dentro de um universo político que pode-se denominar de "conciliador" o pensamento brasileiro adota uma postura provavelmente influenciada pelo solidarismo e corporativismo católico do final do século XIX. A esta concepção, associam-se ainda certos traços ideológicos nacionais, como a idéia da "bondade", "cordialidade", do "caráter pacífico" do povo brasileiro, bem como ao caráter "promissor" da terra brasileira, no que tange aos recursos naturais e ao espaço geográfico. A resultante prática destas concepções é uma visão paternalista das classes populares, que deveria ser tutelada, dentro de um aspecto amplo de conciliação entre o capital e o trabalho.

A tentativa de evitar o conflito político, ou de conduzi-lo a uma conciliação, implica na tendência em negar a "sociedade civil" organizações autônomas (especialmente os "facciosos" partidos políticos). O Estado constitui a arena na qual as diferentes forças atuam, através das corporações respectivas, de maneira a preservar o "interesse público". Daí decorre também a *não mobilização política da "sociedade civil"*, concebida como necessária para manter as prerrogativas do Estado. Toda forma de

mobilização política, mesmo via partido único que apóie o Estado, é desencorajada (39), devido sobretudo ao despreparo e irracionalismo das massas populares.

Todo processo de intervenção estatal na vida social brasileira deve ser levado a efeito através da ação voluntarista de uma elite esclarecida, porta-voz dos supremos interesses da nação. A partir do consenso das elites, obtido pela persuasão intelectual, é indispensável a utilização transitória da força, como premissa da criação de condições estruturais para o esclarecimento das massas populares e dos "equivocados". Desta forma, os processos de mudança política são vistos sob o Prisma de uma concepção elitista e voluntarista.

Finalmente, o Estado é visto como um "*Leviatã benevolente*". Assim como o povo brasileiro, o Estado autoritário brasileiro atuará de maneira "cordial e cooperativa", mesmo que em algumas ocasiões aja de maneira rigorosa na correção dos "desvios e erros" causados por impulsos "externos" ou "equivocados". Entretanto, mesmo a punição ao comportamento rebelde, terá uma forma afetuosa e paternalista, pois a finalidade do Estado é "proteger" a sociedade imatura e desamparada, num momento histórico de crise e transição.

É interessante observar o alcance desta concepção na vida política e ideológica brasileira, mesmo nas classes populares. A idéia do *Leviatã benevolente*, que Campos chama de "Estado autoritário e justo", do poder estatal como "pai da sociedade", deita raízes profundas no pensamento brasileiro, perdurando ainda hoje com grande força. Ela marca profundamente a concepção que a

(38) Eis um ponto importante na compreensão da rejeição da proposta Integralista (mobilizatória), e a sua marginalização pelo Estado Novo.

"sociedade civil" possui do Estado. É, muito provavelmente, o componente da ideologia autoritária brasileira cujo efeito configura-se mais importante, e o modo como foi absorvido pela sociedade, uma peculiaridade nacional.

III - FRANCISCO CAMPOS

"Francisco Campos era (...) uma dessas personalidades fugidias, desconcertantes, senão perturbadoras, que alguns olham com prevenção, muitos com entusiasmo, e todos com respeito."

FERNANDO DE AZEVEDO - *Como eu via Francisco Campos.*

III - FRANCISCO CAMPOS:

No conjunto do pensamento autoritário brasileiro, Francisco Campos ocupa um lugar destacado, que infelizmente até o presente não foi ainda devidamente valorizado, seja pela historiografia, seja pela ciência política. A importância de seu pensamento e de sua atuação política não decorrem apenas de sua individualidade, mas sobretudo da estreita relação existente entre seu posicionamento ideológico e prática política com o momento histórico brasileiro e internacional.

A análise aprofundada da vida e obra de Francisco Campos escapa aos objetivos e ao alcance deste estudo. Apesar de sua grande importância como jurista, tanto teórica como prática, é especialmente interessante para a compreensão de sua percepção da crise internacional do período entre-guerras, sua ideologia política e atuação como Homem de Estado. Quanto ao pensamento político de Francisco Campos, merecem uma especial atenção a filosofia da história que permeia toda a sua obra, marcada por uma visão elitista e apocalíptica do processo histórico e em particular, a aplicação desta concepção à conjuntura de crise do liberalismo, no entre-guerras. Assim também, os princípios de filosofia política, tanto em suas raízes nacionais, como a forte influência de ideologias autoritárias européias, aplicadas concretamente nos inúmeros regimes fascistas e autoritários formados no período. Ainda no campo da ideologia política, a análise da concepção de Estado autoritário, do declínio do liberalismo e do anti-comunismo somam-se à compreensão sociológica da emergência da sociedade de massas.

No que tange à sua atuação como Homem de Estado, deve-se levar em conta que, apesar de não possuir uma "personalidade Política", os cargos que ocupou, nos mais altos escalões do Estado, propiciaram-lhe a oportunidade de implantar reformas estruturais, no campo político e social. Muitas dessas reformas demarcam ainda hoje no Brasil, parâmetros sócio-políticos em diversos níveis. Através das funções ocupadas, viabilizou inúmeros princípios de seu pensamento, que correspondiam às aspirações do autoritarismo político-ideológico brasileiro no período. Foi, por outro lado, muito profunda a penetração de suas idéias, primeiramente ao nível da elite brasileira e, posteriormente, ao nível de toda a sociedade, através dos "aparelhos ideológicos de Estado" educacional e jurídico, além de outros, seja por via de sua própria atuação, seja pela influência de suas idéias e alcance de suas reformas no aparelho de Estado.

É interessante ressaltar ainda que, apesar de todas as transformações por que passou o Brasil, até o presente, grande parte da elite nacional apresenta uma visão da realidade sócio-política fortemente influenciada por Francisco Campos, mesmo quando desconhecendo diretamente sua obra. Isto decorre, provavelmente, do fato de haver seu pensamento político representado "organicamente" o posicionamento de boa parte da classe dominante brasileira no período entre-guerras, fração esta que imprimiu sua visão política no Estado, e este pensamento haver sido largamente difundido via inculcação ideológica, mesmo a setores sociais localizados fora da elite dirigente. A permanência de princípios políticos de Francisco Campos ainda hoje, deve-se em boa medida a manutenção, apesar de "oscilante" e de limitadamente diferenciada, de um padrão de determinadas estruturas políticas (especialmente do Estado), edificadas ple-

namente no Estado Novo, com a participação direta de Francisco Campos (que também é o principal autor do Ato Institucional nº 1, instituído pela revolução de 1964) (39). Neste sentido, considera-se que o estudo do pensamento político de Francisco Campos, bem como sua penetração, não receberam ainda a devida atenção dos estudiosos (com algumas exceções).

3.1 - Intelectual e Homem de Estado

Francisco Luís da Silva Campos nasceu em 1891 na cidade de Dolores do Indaiá, estado de Minas Gerais. Coursou a Faculdade de Direito de Belo Horizonte (capital do Estado), na qual graduou-se em 1914 vindo a ingressar como professor catedrático nesta mesma instituição, através de concurso público em que apresentou tese (ver comentário sobre as obras de Francisco Campos, neste capítulo). Em 1917, elegeu-se deputado estadual. Após este mandato, elegeu-se em 1921, deputado federal por Minas Gerais, atuando na câmara dos Deputados durante o governo de Epitácio Pessoa e de Artur Bernardes. Sua vida de parlamentar, iniciada em 1917, prosseguiu até 1926, sendo que sua atuação foi marcada por uma profunda erudição e cultura política. Suas brilhantes intervenções e discursos, onde emergiam seus imensos conhecimentos, valheram-lhe o apelido de "Chico Ciência".

(39) Segundo Jarbas Medeiros, "a estrutura política, burocrática, social e ideológica do Estado brasileiro, hoje, tem suas raízes históricas profundamente mergulhadas e comprometidas com os anos 30 e com o Estado Novo, não obstante,

Como se dava a participação de Francisco Campos, num ambiente político liberal-parlamentar, do qual certamente divergia?

Sua atuação parlamentar configurava-se algo estranha no ambiente legislativo da época. Além de destoar, pelo seu vigor intelectual, dos demais deputados, representantes de uma oligarquia agrária e coronelista pouco refinada intelectualmente, suas posições eram marcadas pela crítica ao liberalismo e às instituições parlamentares (das quais fazia parte) e pela tendência centralizadora e estatista. Durante um discurso sobre autonomia municipal, no Congresso mineiro, foi aparteado pelo deputado Bias Fortes:

"sinto que V.Excia., tão moço e com seu talento, sustente uma idéia tão centralizadora".

Imediatamente Francisco Campos respondeu que,

"centralistas somos por índole, por educação colonial e imperial; centralistas por toda a nossa formação constitucional, pelos nossos costumes políticos e pelos nossos processos administrativos". (40)

Foi também marcante o seu posicionamento como intransigente defensor da ordem social e da autoridade política

*evidentemente, as naturais diferenças decorrentes da evolução histórica do modelo. Isto quer dizer que, entre nós, a modernização institucional, o autoritarismo político, o elitismo social, a tecnocracia corporativista, o intervencionismo governamental e as políticas de integração nacional, assim como o paternalismo ideológico e o nacionalismo associativo (às potências ocidentais hegemônicas), nasceram todos juntos, juntos se reforçaram ao longo do tempo, constituindo-se, afinal, como os vemos hoje, em um só complexo e um só conglomerado político e ideológico". Francisco Campos, o autoritário". *Jornal da Tarde*, São Paulo, 18/XI/1978. p.1. ver também MEDEIROS, Jarbas, *Francisco Campos, ontem e hoje*". Cadernos DCP = nº 6, Belo Horizonte, Univ. Fed. de Minas Gerais, 1980. p.33/53.*

(40) CAMPOS, Francisco, *Opiniões e Debates*. Belo Horizonte, Tipografia Ariel, 1921. p.293.

ca constituída. Atacava violentamente o programa da Aliança Libertadora, elaborado por Assis Brasil, bem como as rebeliões destes liberais e as sublevações tenentistas, apoiando as medidas de exceção tomadas pelo repressivo governo Bernardes, que dirigiu o país durante quase todo seu mandato de quatro anos, sob Estado de Sítio. Os seus discursos desta fase já mostravam a clara consciência que Campos possuía das transformações que, a nível internacional, corroíam os fundamentos do liberalismo político e econômico, conduzindo o mundo a uma grave crise, que necessitava ser superada mediante uma nova ordem social e política (autoritária).

Em 1926, Francisco Campos muda seu campo de atuação política, sendo nomeado secretário do Interior do estado de Minas Gerais, pelo governador Antonio Carlos. No exercício deste cargo, que ocupou até 1930, promoveu a Reforma do Ensino neste estado. Esta reforma, apesar da defasagem existente entre sua proposta e suas possibilidades efetivas de realização, lançou as bases de um sistema de ensino no âmbito estadual, ao nível do ensino primário, secundário e criando a primeira Universidade mineira (41). A reforma do ensino mineiro constituía ainda uma antecipação ao que seria posteriormente a Reforma Francisco Campos de 1931, transformando radicalmente o ensino brasileiro em todos os níveis. Com estas políticas, Campos criava novos mecanismos institucionais e ideológicos, ou transformava os já existentes, visando responder às transformações por que passava a sociedade, mais precisamente, a emergência de uma sociedade de massas. Neste processo, mostrou-se um profundo conhecedor dos problemas educacionais e, especialmente, da fundamental importância sócio-po-

(41) Ver FERREIRA, Maria Elisabete. *Poder Regional e Modernização Educacional: Minas (1927/28)*. Brasília, Dep. de C. Sociais do Inst. de C. Humanas da Univ. de Brasília, 1976 (tese de mestrado).

lítica que o ensino possuía, seja como arma ideológica de controle da sociedade, seja como instrumento indispensável no processo de modernização sócio-econômica.

Como Secretário do Interior do governo Antonio Carlos, participou da campanha política da Aliança Liberal e da Revolução de 1930, quando o governo (e a oligarquia) de seu estado, associaram-se ao Rio Grande do Sul e à Paraíba na contestação, primeiro eleitoral, depois armada, das instituições da República Velha e da hegemonia de São Paulo. O que levou um pensador autoritário, crítico da ideologia liberal a participar de um programa político do qual certamente discordava, em tese? O que o fez apoiar um movimento que fazia frente com os tenentes e com os liberais, os quais combateu anteriormente com tanta veemência? Esta é uma questão difícil e complexa. Entretanto, considere-se que ele mantém sua coerência de respeito à hierarquia e ao poder constituído, ao aderir a um movimento em que o governo em que participava, apoiava. Pode-se especular também que Campos provavelmente deve ter percebido o caráter tático do programa da Aliança Liberal, especialmente porque o movimento era liderado pelo Rio Grande do Sul. Certamente admirava o sistema político autoritário, centralizador e anti-liberal, de influência positivista, vigente na República Velha Gaúcha. Talvez já percebesse no movimento, o embrião de um "novo Estado", de semelhantes características, que substituiria as instituições "desatualizadas" e "desagregadoras" da Velha República brasileira. Campos diria mais tarde:

"Não é apenas o quadro político que se tornava incompatível com o nosso coração e com as necessidades e tendências do nosso espírito. Em todos os grandes quadros da vida brasileira se processava o mesmo fenómeno de calcificação e anquilose. Alargava-se, dia a dia e a olhos vistos, a área de algidez, de irresponsabilidade e de ausência"
(42).

De qualquer forma, é problemático explicar como um intelectual e político que pautou toda sua atuação pelo *situacionismo*, atuou com destaque num movimento contra o poder estabelecido.

Uma vez vitoriosa a Revolução de 30, Getúlio Vargas, chefe do Governo Provisório, empossou Francisco Campos no recém-criado Ministério da Educação e Saúde Pública. Como primeiro ocupante desta pasta, organizou a estrutura administrativa e os laços políticos do novo órgão de governo. A seguir, trabalhou com afinco, elaborando uma profunda reforma na estrutura educacional brasileira, aproveitando sua experiência anterior em Minas Gerais, conhecida como Reforma Francisco Campos de 1931, atingindo desde o nível primário, até o Universitário. (43)

Em sua reforma, fica clara a percepção da importância da educação como "aparelho ideológico de Estado" e como elemento indispensável no processo de desenvolvimento econômico e social. Também fica evidente a influência de filósofos da educação como Dewey, Decroly, Claparède, Kilpatrick, entre outros, que no Brasil encontravam expressão também em Fernando de Azevedo, todos adeptos da Escola Nova. (44)

Ainda durante o exercício do Ministério da Educação e Saúde Pública, tenta fundar em Minas uma organização cívico-paramilitar, nos moldes nazi-fascistas, conhecida como Legião Revolucionária ("camisas cáquis"). Esta era uma ten

(42) CAMPOS, Francisco. *Educação e Cultura*. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1940. p.117.

(43) ver ROMANELLI, Otaiza de Oliveira. *História da Educação no Brasil: 1930/1973*. Petrópolis, Ed. Vozes, 1978. p.127 em diante.

(44) ver VIZENTINI, Paulo Fagundes. *Francisco Campos e a Educação no Pensamento Político Autoritário-Corporativo*. Porto Alegre, Curso de Pós-Graduação em Ciência Política da Univ. Federal do Rio Grande do Sul, 1981 (monografia não public.)

tativa de criar em todos os estados, uma organização política de apoio ao Governo Provisório.

Em 1932, Francisco Campos ocupou interinamente o Ministério da Justiça, onde pode exercer outra de suas especialidades, como jurista. Tentando, sem êxito, obter um mandato parlamentar federal em 1933 passou a ocupar então as funções de Consultor-Geral da República. Dois anos depois, em 1935, foi nomeado Secretário da Educação do Distrito Federal (Rio de Janeiro), onde pode implementar as reformas por ele mesmo planejadas. Convém ressaltar que este cargo possuía uma influência nacional pois o Rio de Janeiro era o centro educacional do país, cuja estrutura centralizada obrigava os estados a adotar o modelo do Distrito Federal, em todos os níveis.

Em 1937, foi nomeado Ministro da Justiça, assim que Vargas implantou o Estado Novo, via golpe de Estado. Este foi outro grande momento da atuação de Campos como homem de Estado, pois foi encarregado de elaborar o arcabouço político e jurídico-institucional do novo regime, de características autoritárias, plebiscitária e corporativa. Neste sentido, redigiu a Constituição do Estado Novo, explicitamente influenciada pela Constituição autoritária e corporativa da Polônia (tanto que a Constituição estonovista ficou conhecida pelo apelido de "polaca"). O conteúdo da Constituição de 1937 apresenta o pensamento de Campos de forma explícita e elaborada (ver sub-capítulo "pensamento político"). Além de, num nível mais amplo, evidenciar o caráter autoritário-corporativo do regime, via constituição, Francisco Campos procedeu a uma reforma estrutural no aparato jurídico-administrativo do país. Concretamente, as reformas consistiram no seguinte: racionalização (via modernização e uniformização) da administração pú-

blica nacional; centralização de poderes no Executivo Federal; uniformização da legislação processual, civil, penal e financeira; regulamentação da intervenção estatal, no impulso do desenvolvimento capitalista; controle de forças sociais, através da burocratização e oficialização dos sindicatos e da legislação trabalhista; eliminação das instituições políticas liberais, limitando o legislativo a um "departamento administrativo do Estado" (concepção que já revelara como parlamentar na década de 20); e, regulamentação da vida urbana, comercial e industrial do país. (45)

Em 1942 Campos afasta-se do governo, sendo então nomeado representante do Brasil na Comissão Jurídica Interamericana, cargo que ocupará até 1955. Sua saída do governo do Estado Novo, regime autoritário que ajudara a organizar, está ligada ao rompimento e posterior declaração de guerra ao Eixo. Desde 1938 há uma gradativa aproximação do Brasil com os Estados Unidos e um esfriamento das relações com o Eixo, que atinge seu apogeu em 1942. Nesta ocasião, Campos e outros membros mais "ideológicos" do governo, afastam-se devido a atitude de Vargas (46). Também é importante refletir sobre o fato de que o presidente não implementa importantes pontos da Constituição de 1937, seja por seu pragmatismo, tanto frente à política interna como à mudança que está ocorrendo no quadro internacional, que a torna um pouco "inoportuna". Em 1945, Campos acusa Vargas de haver transformado o regime do Estado Novo "em uma ditadura pessoal arbitrária, a exemplo das ditaduras caudilhescas Sul-americanas" (46a). Assim, também o comportamento oportunista de Vargas, utilizando instrumentalmente, em certo sentido, o regime e a cons-

(45) Ver MEDEIROS, Jarbas. *Ideologia Autoritária no Brasil*. op. cit., p. 34/35.

(46) É interessante lembrar que ainda em 1940 Vargas discursa, após a queda da França, destacando a morte da democracia liberal. Ver SEITENFUS, Ricardo. *O Brasil de Getúlio Vargas*

tituição em que Campos deposita sua fê, pois Vargas jamais convocou o plebiscito, além de não efetivar outras medidas, desgostou o Ministro da Justiça. Após a queda do Estado Novo, este foi um dos seus poucos participantes a admitir sua crença no regime, *criticando apenas os seus desvios*, embora justificasse que, em função do novo quadro internacional pós-segunda Guerra-Mundial, o regime não seria mais o ideal.

Durante toda a fase 1945-64, mas especialmente após 1955, foi crítico do populismo, da reforma agrária e de reformas de base do Governo João Goulart, além de defender a expulsão de Cuba da Organização dos Estados Americanos, após a implantação de um regime de orientação socialista neste país (47). Ainda neste período, retomou suas atividades de advogado e jurista, de professor catedrático de Filosofia do Direito e de fazendeiro em Minas Gerais, mantendo-se afastado da vida política. Com o golpe militar de 1964, volta a atividade política como principal autor do Ato Institucional nº 1. Morreu em novembro de 1968, em Belo Horizonte, poucos dias antes de completar 77 anos.

A par desta participação política direta, foi autor de várias obras, em sua grande maioria escritas na condição de parlamentar ou, principalmente a partir de sua visão interna do aparelho de Estado, ou seja, como participante do poder. Seus escritos exerceram uma grande influência sobre a elite brasileira, que transcendeu sua atuação política e jurídica.

As obras de Francisco Campos apresentam, infelizmente, um caráter pouco sistemático. Constituem em sua grande maioria uma coletânea de artigos, de discursos políticos e pareceres jurídicos. Da mesma forma, a quase totalidade de

e a Formação de Blocos. op. cit. e HILTON, Stanley. *O Brasil e as grandes potências: 1930-1939*. op. cit.

(46a) MEDEIROS, Jarbas. *Ideologia Autoritário no Brasil*. op. cit. p. 35.

(47) Ver CAMPOS, Francisco. "Cuba e América". *Digesto Econômico*. XIX (164). mar-abr, 1962.

seus trabalhos foi elaborada na condição de homem de Estado . Dentro desta perspectiva, pode-se considerar a maioria de seus escritos como uma aplicação específica e prática de suas idéias. A análise do pensamento político de Francisco Campos requer, portanto, uma leitura cuidadosa de seus escritos, recolhendo-se informações fragmentadas e princípios muitas vezes implícitos, que devem ser interpretados levando-se em consideração o momento político em que foram escritos e a posição específica de seu autor no contexto considerado.

Apesar destas ressalvas, e de suas contradições aparentes, as obras de Francisco Campos apresentam uma rigidez filosófica, baseada em certo número de princípios que coesionam suas idéias acerca da política, da sociedade e do processo histórico de seu tempo. Quanto às relações internacionais, estas não constituem uma preocupação central na obra de Francisco Campos e dos demais pensadores autoritários brasileiros, interessados primordialmente em influenciar os rumos da política nacional. Entretanto, a todo o momento estão presentes passagens, idéias implícitas e existem, mesmo, alguns ensaios onde a percepção autoritária da crise internacional do período entre-guerras surge como fundamento histórico-filosófico da ideologia autoritário-corporativa brasileira. Assim, apenas parte de sua obra constitui material de interesse para este trabalho.

Na obra intitulada *Doutrina da População* (48), Francisco Campos analisa a relação existente entre a população e a demografia, por um lado, e o Direito por outro. O estudo estabelece a íntima dependência entre a economia e o sistema jurídico, no campo da repartição dos bens. Em *Introdução Crítica à Fi*

(48) CAMPOS, Francisco. *Doutrina da População*. Rio de Janeiro, Tipografia do Jornal do Comércio, 1916.

losophia do Direito (49) analisa cientificamente a Filosofia do Direito, baseando-se no pensamento de Kant. Procura relacionar esta área específica de conhecimento com as demais ciências humanas, propondo finalmente a sua inclusão como disciplina do currículo dos cursos de Direito. Este trabalho constitui a publicação de sua tese, elaborada para concurso de cátedra da Faculdade de Direito de Belo Horizonte. No livro *O "Animus" na Posse* (50), o autor discute os pontos de vista de Savigny e Ihering, posicionando-se favoravelmente ao lado das concepções do segundo, no que se refere à teoria objetiva do Direito.

Estes livros não apresentam conteúdo de interesse específico dos problemas internacionais. Esse tema começa indiretamente a aparecer nas obras de Francisco Campos a partir do livro *Opiniões e Debates* (51), obra constituída de uma coletânea de pareceres e discursos proferidos na Câmara dos Deputados ao Congresso Mineiro, no período legislativo de 1919 e 1920. Particularmente os discursos sobre a Autonomia Administrativa dos municípios, já revela a visão centralizadora de Francisco Campos, a crítica severa às posições do liberalismo e do discurso bacharelesco tradicional. *Pela Civilização Mineira* (52) constitui um livro composto de documentos do período de 1926 a 1930, em que Campos ocupou o cargo de Ministro (secretário) do Interior de Minas Gerais e promoveu a reforma do ensino neste Estado (53). Nesta, em grande parte, encontra-se a antecipação prática e filosófica da reforma do ensino pro

-
- (49) CAMPOS, Francisco. *Introdução Crítica à Filosofia do Direito*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1918.
- (50) CAMPOS, Francisco. *O "Animus" na Posse*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1918.
- (51) CAMPOS, Francisco. *Opiniões e Debates*. Belo Horizonte, Tip. Ariel, 1921.
- (52) CAMPOS, Francisco, *Pela Civilização Mineira*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1930.

movida a nível nacional no ano seguinte, após o triunfo da Revolução de 1930, quando ocupará o cargo de Ministro da Educação e Saúde Pública, órgão criado em 1930.

Na obra *Pareceres* (54), Francisco Campos reúne uma coletânea de pareceres jurídicos apresentados enquanto relator da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados no período 1923/1930 e outros pareceres elaborados entre 1930 e 1934. Em *Pareceres - 2ª série* (55), outros pareceres jurídicos nas áreas do Direito Comercial, Administrativo, Civil, Constitucional e Internacional Privado são agrupados sob a forma de livro. Este também é o caso de *Antecipações à Reforma Política* (56), que reúne pareceres apresentados na qualidade de Deputado Federal por Minas Gerais, incluindo ainda um discurso da época em que era acadêmico da Faculdade de Direito de Belo Horizonte. Esta obra possui alguns elementos interessantes sob o ponto de vista da realidade contemporânea, em contraposição ao caráter predominantemente "técnico" das duas anteriores.

Os vários discursos, pareceres e exposições de motivos que compõe *Educação e Cultura* (57) apresentam importantes passagens do pensamento político de Campos e, especialmente, da realidade histórico-social do período entre-guerras. Parte dos trabalhos foram apresentados quando era Ministro (secretário) do Interior de Minas Gerais, entre 1928 e 1930, e pro

-
- (53) Ver FERREIRA, Maria Elisabete. *Poder Regional e Modernização Educacional: Minas (1927/28)*. Brasília, Dep. de C. Sociais do Inst. de C. Humanas da Univ. de Brasília, 1976 (Dissertação de Mestrado).
- (54) CAMPOS, Francisco. *Pareceres*. Rio de Janeiro, Tipografia do Jornal do Comércio, 1934.
- (55) CAMPOS, Francisco. *Pareceres - 2ª série*. Rio de Janeiro, Livraria Editora José Olympio, 1936.
- (56) CAMPOS, Francisco. *Antecipações à Reforma Política*. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1941. 271 pp.

moveu a reforma de ensino naquele estado. Entretanto, a maioria deles foram elaborados por Francisco Campos enquanto ocupava o cargo de Ministro da Educação e Saúde Pública, instituição criada em 1930 como um dos primeiros atos do Governo Provisório, que o jurista mineiro organizou. A importante reforma de ensino que implementou em 1931 foi fortemente marcada pela sua concepção política, que neste aspecto particular (do papel histórico-social da educação), apresenta uma grande influência de Mihail Manóflesco (58). A visão de uma transição internacional, de aspectos "trágicos", está presente de forma explícita nesta obra (59).

Outra obra fundamental para o estudo da percepção que Francisco Campos tem da crise internacional do período entre-guerras é o *Estado Nacional: Sua estrutura, seu conteúdo ideológico* (60). As conferências, discursos, exposições de motivos e pareceres que compõe este livro, constituem o material mais importante para a interpretação do pensamento político de Campos e, especialmente, de sua visão do confuso período histórico de que foi contemporâneo. Particularmente, a extensa conferência "A Política e o Nosso Tempo", aborda de forma direta e profunda a transformação histórica por que passavam as relações internacionais e a sociedade da época. Esta obra constitui uma espécie de fundamentação ideológica do Estado Novo, de sua estrutura política e seu conteúdo ideológico, como indica o título.

-
- (57) CAMPOS, Francisco. *Educação e Cultura*. Rio de Janeiro, Livraria Editora José Olympio, 1940. 202pp.
- (58) Ver MANOILESCO, Mihail. *O Século do Corporativismo*. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1938. 292pp.
- (59) Ver VIZENTINI, Paulo Fagundes. *Francisco Campos e a Educação no Pensamento Político Autoritário-Corporativo*. Porto Alegre, Curso de Pós-Graduação em Ciência Política da Univ. Fed. do Rio Grande do Sul, 1981. (monograf. n/pub.)
- (60) CAMPOS, Francisco. *O Estado Nacional. Sua Estrutura, seu conteúdo ideológico*. Rio de Janeiro. Livraria José Olympio Editora, 1940. 258pp.

Finalmente, os livros *Direito Constitucional* em 2 volumes (61) e *Direito Administrativo*, também em 2 volumes (62), não possuem maior importância para o estudo proposto, devido especialmente ao caráter excessivamente "técnico" dos pareceres que compõe (muitos dos quais são reedições). Entretanto, alguns pareceres de *Direito Constitucional*, ou discursos, apresentam passagens interessantes, confirmando e repetindo alguns postulados de sua visão política.

Dentre os inúmeros artigos publicados em periódicos, destacam-se, segundo a perspectiva deste estudo: "Seis meses de Estado Novo", "A atualidade de D.Quixote", "Cuba e América", "A Aliança Liberal e a Revolução de 30", "Discurso sobre o atentado comunista" e "10 de Novembro". No artigo "A atualidade de D.Quixote" (63), o autor retoma muitos elementos de "A Política e o Nosso Tempo", no que se refere às transformações por que passava o mundo. Apesar de Campos ter reavaliado, com o final da Segunda Guerra Mundial, alguns de seus pontos de vista, o artigo escrito em 1948 mantém a mesma "filosofia da história", ou "visão de mundo", que caracteriza seu pensamento político.

3.2. O Pensamento Político:

O pensamento de Francisco Campos abarca diversas áreas do conhecimento, especialmente o campo jurídico, político e educacional. Pelos limites e propósitos deste trabalho,

-
- (61) CAMPOS, Francisco. *Direito Constitucional*. Rio de Janeiro, Livraria Freitas Bastos, 1956 (2 volumes).
 (62) CAMPOS, Francisco. *Direito Administrativo*. Rio de Janeiro, Livraria Freitas Bastos, 1966 (2 volumes).

a análise será concentrada no aspecto político, e também, na concepção de sociedade e de história, implícitas em seu pensamento jurídico e educacional.

O que se observa é que possuía um sólido conhecimento nestas áreas, das quais Campos acompanhava a evolução e as principais correntes. O intelectualismo constituía um traço marcante de sua personalidade, possuidor que era de uma biblioteca de mais de vinte mil volumes. Altivo, distante, introspectivo, autêntico, apegado a princípios, pouco dado à popularidade, são algumas das características deste que foi sempre mais um intelectual e burocrata, do que propriamente um político. (64)

Jarbas Medeiros divide a vida intelectual e política de Francisco Campos em três fases: a) 1914-1930, quando exerceu atividades legislativas a nível estadual mineiro. Nesta fase, Campos já apresentaria as bases do pensamento autoritário, que viria a ser explicitado na fase seguinte; b)

(63) CAMPOS, Francisco. "A atualidade de D.Quixote". IV (39), 1948.

(64) Segundo Fernando de Azevedo, "faltavam-lhe para o político que nunca foi ou nunca realmente o desejou ser, a capacidade, tão triste e lamentável, de adaptação às circunstâncias mais adversas; a tolerância em relação aos homens, aos hábitos e aos processos mais rotineiros e enraizados; a disposição de imolar o que tinha de mais autêntico, na sua poderosa personalidade, aos reclamos míseros de uma política sem programas e de baixo nível; o gosto da publicidade e da promoção, pela qual tinha uma repugnância invencível. O que, na verdade, queria Francisco Campos, - se é que alguma coisa ele o queria com toda a sua força, - era ser ele mesmo - esse homem excepcionalmente dotado pela natureza e enriquecido pela leitura, meditação e experiência. (...) O homem de ação desse mundo, do mundo real, tem apenas visões parciais e aplica toda sua atenção em um de seus setores, julga-se capaz de transformar o todo pela intervenção em algumas de suas partes. Ele confia muito em si e na eficiência de sua intervenção. Parece-me que, nesta idéia que ele faz do homem de ação, Francisco Campos quer exprimir, também, senão sobretudo, sua incompatibilidade com esse tipo de homem". AZEVEDO, Fernando de. "Como eu via Francisco Campos" XXIV, (205), jan/fev - 1969. p.37.

1930-1942, atuou no executivo federal, implementando as reformas educacionais e jurídico-políticas, utilizando-se plenamente dos princípios políticos que caracterizaram sua ideologia; c) 1945-1968, sem atuação direta no governo, a não ser em seu final de vida (1964-68), em que reavalia uma série de princípios políticos, em face da nova realidade mundial. (65)

Quais são as principais influências filosóficas absorvidas por Francisco Campos? Sua primeira grande influência ideológica é a do filósofo inglês do século XVII, Thomas Hobbes. Em inúmeras passagens de suas obras, aparecem explícitas ou implícitas, as idéias contidas no "Leviatã". A intransigente defesa da ordem social, do poder constituído e do exercício concentrado, vertical e hierárquico da autoridade. Campos é antes de tudo um hobbesiano. De Vilfredo Pareto, extraiu a teoria das elites, tanto como agentes do poder político, como agentes transformadores da história. Em "A Decadência do Ocidente", do historiador alemão Oswald Spengler, apreendeu um sentido da história e da crise ocidental (66). Por outro lado, Medeiros observa que Campos procurava *"conciliar em sua formação profissional jurídica positivista e pragmática com sua formação filosófica neokantiana, agnóstica e intuicionista-função última de seu pensamento político de homem de Estado que buscava, em meio à 'crise contemporânea', uma conciliação 'objetiva' entre conservadorismo e modernização, entre tradição e inovação, entre o passado e o futuro, com a condição subjacente de*

(65) MEDEIROS, Jarbas. *Ideologia Autoritária no Brasil*. Op.cit.

(66) Já uma das origens de seu antiliberalismo: "Possivelmente posto sob o influxo imediato das teses sedutoras e aliciantes de Oswald Spengler, o publicista mineiro profetizava a ruína dos sistemas liberais e democráticos, que arrastariam em sua queda toda a cultura política do Ocidente". BONAVIDES, Paulo. "Francisco Campos: o anti-liberal". *Francisco Campos: Discursos Parlamentares*. Brasília e Rio de Janeiro, Ed. Universidade de Brasília e Ed. José Olympio, 1979. p.21.

que ela, conciliação, não ultrapasse os limites da ideologia metafísica e idealista e de uma prática política que não rompesse com os padrões da hierarquia social vigente" (67). Medeiros encontra íntima semelhança também entre a obra de Francisco Campos e do jurista fascista italiano Del Vecchio, na justificativa do caráter nacional do regime autoritário.

Quanto ao corporativismo, identificou-se grande número de argumentos comuns entre a obra "O Século do Corporativismo", do Ministro romeno Mihail Manoilescu com a de Campos, inclusive na caracterização da crise internacional do período entre-guerras (ver capítulo IV e V). Outro pensador europeu cuja obra apresenta bases comuns com a de Francisco Campos é o ideólogo fascista italiano Giovanni Gentile, especialmente na filosofia da reforma educacional de 1931. De Georges Sorel e sua obra "Reflexões sobre a Violência", incorpora o conceito de irracionalidade do processo político. Quanto ao livro "A Rebelião das Massas", de José Ortega y Gasset, exerceu certamente influência no que se refere à questão da emergência da sociedade de massas e os problemas que esta trazia à evolução histórica. Finalmente, são perceptíveis ainda traços de influência de Nietzsche e Bergson, críticos do racionalismo liberal do século XIX.

O pensamento político de Francisco Campos, pode, para fins de compreensão, ser sintetizado em três núcleos principais: uma filosofia da história elitista e apocalíptica; uma concepção sociológica da emergência das grandes massas humanas no cenário social (Sociedade de Massas); e uma concepção política autoritária, elitista, desmobilizante e ainda irracional do processo político. (68)

(67) MEDEIROS, Jarbas. *Ideologia Autoritária no Brasil*. op.cit, 40.

(68) Constituíram obras básicas de consulta nesta unidade, além dos trabalhos de Francisco Campos: MEDEIROS, Jarbas. *Ideo-*

No que se refere à sua concepção histórico-social, em primeiro lugar evidencia-se a forte influência de Hobbes, quando Campos mostra-se um intransigente defensor da ordem social e do poder constituído, num conteúdo fortemente anti-revolucionário:

"[...] deve predominar, sobre o espírito inorgânico das revoluções, o espírito de ordem e organização que constitui exatamente a garantia de estabilidade e de respeito às liberdades e aos direitos conquistados à custa de tantos sacrifícios. Da regulamentação e da organização jurídica vivem as liberdades que, sem elas, se veriam destituídas das garantias essenciais ao seu exercício pleno, seguro e desassombrado de ameaças.

"É necessário, pois, sr. presidente, que abandonemos de vez, esse recurso de desprezo, que consiste em apelar para a liberdade contra a regulamentação, pois se não concebe, em sociedade organizada, liberdade que não seja regulada, disciplinada e preceituada, como função que é de necessidade ou exigências sociais [...]" (69)

Especialmente a fase do início do século, em que tem lugar a crise do liberalismo, é vista por Campos de uma forma apocalíptica. Entretanto, esta é uma visão que permanece, de certa forma, até o fim de sua vida (70). Nas épocas de transição isto é particularmente visível, pois, segundo ele, "o que chamamos de época de transição é exatamente esta época profundamente trágica, em que se torna agudo o conflito entre as formas tradicionais de nosso espírito, aquelas que fomos educados e de cujo ângulo tomamos a nossa perspectiva sobre o mundo e as formas inéditas sobre as quais os acontecimentos apresentam a sua configuração desconcertante". (71) É também de fundamental impor

logia Autoritária no Brasil: 1930/1945. op.cit. ROSEMBERG, Martha. *Ariel Vencido? Opensamento Político de Francisco Campos*. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica, 1979 (Tese de Mestrado); e BONAVIDES, Paulo: "Francisco Campos: o antiliberal". *Francisco Campos: Discursos Parlamentares*. op.cit. A perspectiva adotada nesta unidade, coincide em grande parte com a de Jarbas Medeiros. *Ideologia Autoritária no Brasil*. op.cit.

tância para a compreensão de sua visão sobre o processo de mudança histórica, o papel das elites. Para Campos, elas são o principal agente da história e da política, pois, segundo afirma, "as elites políticas, se querem sobreviver, devem participar das preocupações quotidianas do povo. (...) Da sua inteligente solução dependerá o futuro das nossas instituições políticas, o regime de ordem e de liberdade. (...) Já começam apontar no horizonte, carregadas na crista das agitações populares, as novas elites, ainda rescendendo ao cheiro da terra e ao suor do povo". (72)

Entretanto, apesar de sua concepção elitista da transformação social, Campos não deixa de perceber também as influências e determinações subjacentes ao processo histórico, quando afirma que "as forças silenciosas e profundas continuam a atuar enquanto os líderes e as multidões fanáticas figuram de criadoras da história (73). A ação destas "forças", detectadas pelo caráter muitas vezes intuitivo de sua análise sócio-histórica, constitui-se num dos marcos fundamentais de seu pensamento: o ingresso de grandes massas populares na vida sócio-política quebrando um equilíbrio anterior, visto por Campos como a sociedade liberal "tradicional". A emergência da sociedade de massas, condicionará toda a vida política, social e econômica do século XX, segundo entende. A este propósito, é elucidativa sua visão, partindo da crítica ao sistema liberal-parlamentar:

"Durante algum tempo, o sistema pode funcionar segundo as regras do jogo, porque o processo político se limitava a reduzidas zonas huma-

(69) CAMPOS, Francisco. *O Estado Nacional*. op. cit. p.5

(70) ver, por exemplo, num período posterior à crise do liberalismo, "A Atualidade de Dom Quixote". *Digesto Econômico*. IV (39), 1948.

(71) CAMPOS, Francisco. *Direito Constitucional* - vol. II. Rio de Janeiro, Liv. Freitas Bastos, 1956. p.418.

(72) CAMPOS, Francisco. "Problemas cruciais da Economia Brasileira". *Digesto Econômico* IX. (102). 1953. p.17.

(73) CAMPOS, Francisco. *Educação e Cultura*, op.cit. p. 176.

nas e o seu conteúdo não envolvia senão estados de tensão ou de conflito entre interesses mais ou menos suscetíveis, portanto, ao tratamento acadêmico das discussões parlamentares. De repente, porém, amplia-se o quadro: o controle político abrange massa cada vez mais volumosa de interesses, entre os quais o estado de conflito tende a assumir a forma de tensão polar, refratários aos processos femininos de persuassão da sofística forense, e as zonas humanas do poder veem aumentadas, em escala sem precedentes, a sua área, a sua densidade, e sobretudo a sua inquietação conseqüente à instabilidade das relações dinâmicas entre os centros de interesses de cujo contato resulta, efetivamente, a centelha das decisões políticas" (74).

Quais as conseqüências deste processo, que o corria a nível internacional, sobre as coletividades humanas e suas estruturas de poder político? De que maneira constituía uma ameaça para a estabilidade sócio-política? Sem dúvida, uma das primeiras implicações deste amplo movimento de acentuada irracionalidade do processo político e de crescente mitificação da vida ideológica, é a ascensão de um "César", de um ditador desejado pela massa, capaz de restaurar a ordem. A necessidade de conduzir o processo de modernização com estabilidade em meio à emergência de uma sociedade de massas, evitando o "personalismo de César", era uma tarefa para um Estado forte. Assim, estava montado o cenário sócio-político para a emergência do Estado autoritário, o qual terá no antiliberalismo uma de suas principais características. A este respeito, Francisco Campos afirma que

"os estados autoritários não são criação arbitrária de um reduzido número de indivíduos: resultam ao contrário, da própria presença das massas. (...) A entrada das massas no cenário político (...) traduz-se (...) pelo divórcio, hoje confessado, entre a democracia

(74) CAMPOS, Francisco. *O Estado Nacional*. op. cit. p.19.

(75) CAMPOS, Francisco. *O Estado Nacional*. op. cit. página 17 e seguintes.

(76) *Ibid*, p.12.

e o liberalismo, (...) O clima das massas (...) não obedece às regras do jogo parlamentar e desconhece as premissas racionalistas do liberalismo. (...) As decisões políticas fundamentais são declaradas tabu e integralmente subtraídas ao princípio da livre discussão". (75)

Quanto à irracionalidade e o mito, elementos fundamentais do processo político em uma sociedade de massas, em fase de constituição, como era a do período entre-guerras, acrescentava ser "o irracional o instrumento da integração política total, e o mito, que é sua expressão mais adequada, a técnica intelectualista de utilização do inconsciente coletivo para o controle político da nação. Não há para esta teologia processos racionais de integração política" (76). Assim, nesta perspectiva, assentavam-se as bases do Estado autoritário, que também caracterizava-se por um forte conteúdo centralista, anti-comunista e corporativo.

A crescente centralização do sistema político, sob a forma da concentração cada vez maior do poder no aparelho estatal, em especial no executivo, era vista por Campos como uma necessidade vital. Era necessário, desta forma, eliminar o regionalismo, o partidarismo e o individualismo. Como dizia Campos, "emancipemos (...) o executivo [das] contingências partidárias, colocando-o em uma situação superior, de onde possa descortinar os interesses comuns, (...) [pois] realizações práticas eficazes (...) só se tornam possíveis com uma administração emancipada de prevenção e de individualidades, isenta de pontos de vista mais ou menos pessoais com que a preocupação partidária costuma iniquar e deformar os altos intuitos da administração" (77). Note-se, entretanto, que esta centralização, uniformização

(77) CAMPOS, Francisco. *Direito Constitucional - vol.II*. op.cit. p. 446 e 447.

e caráter monolítico das instituições não se limitava ao plano político, mas também ao nível ideológico. Neste, observava a necessidade da preservação de alguns princípios básicos, que estivessem acima de qualquer discussão. Estes elementos seriam um fator de integração social e ideológica. A este propósito, afirmava que *"há três laços que reúnem os homens - a religião, a família e a pátria. (...) Há uma indissolúvel solidariedade entre aqueles três vínculos eternos. (...) A religião, que outra coisa é senão a sagrada família e a única sanção da família? E a pátria, senão uma afinidade de famílias reunidas pelos laços comuns de sangue e do espírito dos que os de crença comum?"* (78). Para Francisco Campos, quais eram os inimigos destes valores, dos quais deveriam ser preservados? Constituíam uma arma ideológica eficaz contra o que?.

Em primeiro lugar, demonstravam possuir um fundamento comum embasado numa espécie de "espiritualismo", contra o qual atuavam dois "materialismos": o materialismo caótico do liberalismo do século XIX, e o materialismo marxista, que no século XX expandia-se, ameaçando o "ocidente cristão". Neste sentido, a continuidade do liberalismo político e econômico, conduziria a sociedade a um caos, do qual o marxismo tiraria proveito, implantando um regime comunista. Era necessário reagir com rapidez e proteger a sociedade destas ameaças, salvando os três valores "sagrados" da religião, da família e da pátria e sobretudo reorganizar organicamente a sociedade sob a forma do *corporativismo*, o remédio para todos os males da angustiante e perigosa época de transição que viviam. Neste sentido, argumentava claramente que

"o liberalismo político e econômico conduz ao comunismo. (...) Toda a dialética de Marx

(78) CAMPOS, Francisco. *Educação e Cultura*. op.cit., p.154

tem por pressuposto esta verdade: a continuação da anarquia liberal determina, como consequência necessária, a instalação final do comunismo. (...) O corporativismo mata o comunismo como o liberalismo gera o comunismo. (...) O corporativismo, inimigo do comunismo e, por consequência, do liberalismo, é a barreira que o mundo de hoje opõe à inundação moscovita" (79)

Por último, é interessante destacar que para Francisco Campos, o Estado autoritário-corporativo, do qual o Estado Novo brasileiro era um exemplo, era considerado como uma fórmula intermediária entre o nazi-fascismo totalitário e o liberalismo democrático. O regime, por ele classificado de democrático-autoritário, atendia não só às características e particularidades histórico-sociais nacionais, como ainda representava a melhor forma de regime político para a época de crise que o mundo atravessava.

(79) CAMPOS, Francisco. *O Estado Nacional*. op. cit. p.61 e 62.

IV - A PERCEPÇÃO AUTORITÁRIA DA CRISE INTERNACIONAL

"Hã, na história, épocas de inquietação e insegurança, de intranquilidade e de perigos, épocas em que os homens sentem que a sua nação, o seu país, a sua pátria, para que continue a ser construída e defendida exige vigilância, (...) severa disciplina, exemplar de votamento (...) e, sobretudo, ordem e paz interiores, a fim de que do interior da própria casa não se abra a fenda destinada a minar os alicerces do edifício"

FRANCISCO CAMPOS - O Estado Nacional

IV - A PERCEPÇÃO AUTORITÁRIA DA CRISE INTERNACIONAL

As propostas do pensamento autoritário, e de Francisco Campos em particular, encontram seus fundamentos e sua justificativa num conjunto de observações sobre a realidade histórica do período entre-guerras. Estas observações constituem, a partir de uma dada perspectiva ideológica, a percepção autoritária da crise internacional daquele período. Embora a realidade internacional não constitua o objetivo central das análises e trabalhos de Francisco Campos e dos demais pensadores autoritários, a todo momento encontra-se em seu discurso, referências a um quadro mais amplo de transformações, no qual está inserida sua proposta política.

É precisamente neste ponto que a análise da percepção autoritária da crise mundial adquire importância. Trata-se da nítida consciência de que o mundo passa por uma importante etapa de transformações, e que a problemática política deve ser enfocada levando em consideração estas tendências históricas. Especificamente, o ponto de partida desta percepção encontra-se no marco histórico da crise do liberalismo. Os postulados políticos, econômicos e culturais da sociedade liberal do Século XIX são atacados, uma vez que sua compreensão pela ideologia autoritária dá-se sob o prisma de uma forma de organização da sociedade em nítido declínio, além do momento histórico clamar por uma reação enérgica. O liberalismo, nesta perspectiva, constitui, além de uma escrescência histórica, um perito, devido à sua "negligência" frente aos problemas do mundo moderno (na verdade, a formação de uma socieda

de de massas).

Raro era o discurso autoritário daquele período que não justificasse o seu modelo político em contraposição ao liberalismo (responsabilizado pela crise mundial) e como alternativa ao socialismo. Também encontra-se sempre presente o temor frente à possibilidade revolucionária popular. O ingresso de grandes massas populares no cenário político e econômico é percebido com muita acuidade. E a modernização necessária para integração deste contingente humano às estruturas sócio-políticas, sem uma ruptura da ordem vigente, constitui uma das preocupações centrais do pensamento de Francisco Campos e da ideologia autoritário-corporativa.

Neste ponto estabelece-se uma segunda ponte entre a realidade nacional e internacional: além do liberalismo ser um regime "superado e perigoso" para ambas realidades, as potencialidades revolucionárias e de convulsão social marcaram a conjuntura internacional, caracterizada pelo ingresso das massas populares na vida sócio-política. Este mundo "não organizado", devido à própria essência "negligente" do liberalismo, não possui mecanismos de defesa e reação frente ao "*caráter trágico das épocas de transição*" (Francisco Campos), ou seja, da época de crise causada pela emergência da sociedade de massas e, ainda, da formação de um Estado "anômalo" (socialismo soviético). Este Estado, embora não represente uma ameaça militar, torna-se perigoso em face da tentativa ideológica de capitalizar politicamente a crise e a "desorganização" em que se encontra a sociedade "ocidental-cristã". Desta forma, esta sociedade "não organizada", enfraquecida pelas "facções partidárias" e pela ausência do Estado em relação a vida sócio-econômica, torna-se vulnerável à ameaça revolucionária e à agitação social, nesta conjuntura de crise e de transição (afinal,

a história demonstra ser possível o triunfo e a consolidação de uma revolução socialista!).

Em que consiste então, o perigo desta transição? A possibilidade da perda do controle da "modernização conservadora" por parte das elites dominantes, através do acirramento da luta de classes e, com isto, da alternativa revolucionária, constitui o risco principal da conjuntura de crise e do processo de transição. Visto de outra perspectiva, o desafio e o risco deste processo, encontra-se na dificuldade em derrubar e substituir as elites liberais, sem que a renovação interna ao nível dos grupos dominantes implique na abertura de um "flanco" que dê margem a uma revolução ou grande agitação popular (isto devido, sobretudo, a proposta *desmobilizante* da ideologia autoritária).

4.1 - O declínio do liberalismo: a consciência da transição

Para a compreensão do pensamento de Francisco Campos no que se refere ao amplo processo de mudança, que a nível internacional significa o declínio do liberalismo, é necessário enfocar o problema da transição histórica. Nesta perspectiva, o próprio Francisco Campos questiona-se:

"O que é a época de transição? A época de transição é precisamente aquela em que o passado continua a interpretar o presente, em que o presente ainda não encontrou as suas formas espirituais, e as formas espirituais do passado, com que continuamos a vestir a imagem do mundo, se revelam inadequados, obsoletas ou desconformes, pela rigidez, com um corpo de linhas ainda indefinidas ou cuja substância ainda não fixou os seus pólos de condensação. (...) O que chamamos de época de transição é exatamente esta época profundamente trágica, em que se torna agudo o conflito entre as formas tradicionais do nosso espírito, aquelas em

que fomos educados e de cujo ângulo tomamos a nossa perspectiva sobre o mundo e as formas inéditas sob as quais os acontecimentos apresentam a sua configuração desconcertante. (...) Acelerado o ritmo da mudança, toda a situação passa a ser provisória, e a atitude do espírito há de ser uma atitude de permanente adaptação, não a situações definidas, mas simplesmente de adaptação à mudança. A função normal do espírito (...) passou a ser precisamente o oposto, isto é, a de mudar perpetuamente o seu sistema de referências, em função de posições em movimento" (80).

Esta passagem, retirada do discurso "a política e o nosso tempo", escrito em 1935, procura analisar as transformações mundiais expressas pela crise iniciada com a Primeira Guerra Mundial. Embora calcado sobre uma visão "superestrutural" da transição, revela muito bem o impacto causado pela mudança histórica acelerada, sobre a concepção de mundo vigente. A inadequação dos meios destinados a compreender e interpretar uma realidade que se transforma, é uma preocupação básica em seu pensamento. A crise contida nesta transição, é vista sob a perspectiva de uma ampla transformação histórica. Não apenas a economia e as relações sócio-políticas passam por substanciais alterações, mas sobretudo, para o autor, trata-se de uma crise de valores, uma crise filosófico-cultural. É uma sociedade que desaparece, para dar lugar a outra, de perfil ainda pouco definido.

Como posicionam-se os indivíduos frente a uma realidade confusa e complexa? De que maneira, no período entre-guerras, estes indivíduos percebem o mundo em que vivem, segundo Campos?

(80) CAMPOS, Francisco. *O Estado Nacional*. Op. cit, p. 5 e 6.

"A problemática de hoje envolve todos os aspectos da vida. A nossa substância espiritual se se pode chamar de substância o movimento, é toda ela constituída do passado e não constituímos ainda novo patrimônio. Um patrimônio espiritual é um conjunto de valores organizados segundo um sistema mais ou menos coerente de referências, em que cada um tem a sua posição definida em relação a dos demais. Pois bem, desarrumamos o sistema de valores que constituía a nossa herança espiritual. Não há mais uma relação fixa ou constante entre os valores. Todos eles tornara-se relativos, e não apenas no sentido de serem relativos entre si, ou a um valor fundamental, mas de serem relativos simplesmente, isto é, de não guardarem entre si nenhuma relação"(81).

Assim, a transição apresenta-se como uma crise total abarcando todas as instâncias da sociedade. Esta aparece como uma estrutura "desorganizada", onde os indivíduos nem ao menos possuem um sistema seguro de referências. Este constitui um dos aspectos "caóticos" e "dramáticos" daquele período histórico, na percepção do pensamento autoritário. O processo parece conduzir-se em completa independência em relação aos indivíduos que dele são protagonistas, pois segundo Campos, "*este mundo está mudando à nossa vista, e mudando sem nenhuma atenção para com as nossas idéias e os nossos desejos*"(82). Esta percepção da crise do entre-guerras possui uma conotação de visão "apocalíptica" deste período.

Onde deve ser buscada a explicação para este processo? Campos demonstrou, em muitas oportunidades, uma penetrante acuidade em identificar os fundamentos históricos e sociais desta "crise de valores". Segundo ele,

(81) Ibid, p. 6 e 7.

(82) Ibid, p. 3.

"O desenvolvimento das ciências físicas e naturais desencadeou no século passado a revolução industrial; da revolução industrial se originou um regime político, a democracia (...); da revolução industrial e da democracia continuam a surgir problemas os mais complexos e os mais graves, uns resultantes do próprio processo de transformação, outros da dificuldade de ajustamento da mentalidade anterior às novas condições de vida e de atividade na indústria e nas funções de governo. (...) A matéria social cresceu de volume e de complexidade, sem que o volume e a complexidade do governo houvessem crescido em proporção. De onde, a crise universal de governo. Crise de autoridade? Não, crise de inteligência. Se o governo é um processo de interpretação da realidade, o que efetivamente é, pois que ele se destina a operar na realidade e sobre a realidade, se esta se alarga e se diferencia, o governo, para abrangê-la e investigá-la, tem necessidade de alargar os seus processos, de aperfeiçoar os seus instrumentos, de rever e melhorar os seus métodos. Ao invés, porém, de fazê-lo, o governo não mudou de processos, de métodos e de instrumentos" (83).

Baseando-se nesta análise das transformações sócio-políticas contidas no processo da revolução industrial, Francisco Campos diagnostica um importante aspecto da crise do liberalismo, nos conturbados dias do período entre-guerras. Nesta época, efetivamente, o sistema parece não mais responder eficazmente às novas demandas sócio-políticas de uma sociedade que sofre uma transformação qualitativa. É a seguinte a sua conclusão.

"Daí a sua inadequação com a realidade. Se o governo está em crise, não é uma crise, não é uma crise de autoridade, mas uma crise de capacidade. Se o mundo resiste às suas ordens e aos seus imperativos é porque estas ordens e imperati-

vos se dirigem a um mundo que não é o atual, mas o anterior às profundas modificações sociais e políticas ocorridas na sua substância e nos seus processos. (...) A interpretação que os governos constroem do mundo já não corresponde à realidade; ao invés de mudar a interpretação, os governos pretendem mudar o mundo. Esta a explicação dos fenômenos de reação e de regressão política que se multiplicam e enxameiam pela terra. Impossível, porém, operar a reversão no curso das coisas. As forças silenciosas e profundas continuam a atuar enquanto os leaders e as multidões fanáticas figuram de criadoras da história" (84).

De que forma se processa a crise do liberalismo (e seu declínio), dentro deste quadro histórico? Segundo Campos, o liberalismo não responde mais aos problemas de um "mundo dia a dia mais complexo, mais rico em relações, mais diferenciado, mais sensível, mais perigoso, no sentido de Nietzsche, porque mais ampla, mais delicada e mais profunda a sua caixa de ressonância e de repercussão(...)" (85). Todos os seus textos estão repletos de críticas ao liberalismo como um todo e à cada instituição da sociedade liberal em particular. A todo momento se faz presente a denúncia da falência do liberalismo, sua total inadequação frente aos problemas do mundo moderno, a profunda distorção de suas estruturas políticas e a falsidade de seus postulados ideológicos. O liberalismo é atacado não apenas em relação à crise do período entre-guerras, mas mesmo como filosofia política do final do século XVIII e do Século XIX, na medida em que considera equivocados seus postulados filosóficos. Afirma causticamente, quanto à situação do parlamento, que

(84) Ibid, p. 175 e 176.

(85) Ibid, p. 167.

"do último quartel do Século XIX para cá, as assembléias legislativas vem perdendo, aos poucos, a sua importância política, despidendo as suas aptidões representativas para revestir o caráter funcionalista ou administrativo, que faz, hoje, dos Congressos, departamentos descentralizados da administração. Essa transformação se explica pelo aparecimento de outros órgãos de expressão do sentimento das tendências populares, com a florescência do espírito de associação e reunião, a prosperidade da imprensa e o surto quase repentino das organizações sindicalistas, como órgãos diretos e imediatamente autorizados da opinião coletiva, dispostos, sobretudo, de uma estrutura mais flexível e maleável do que os parlamentos" (86).

Nesta perspectiva, o parlamento, instância legislativa do liberalismo, constitui uma entidade esvaziada de significação. As funções sobre as quais o parlamento deixa de deliberar, são cada vez mais absorvidas pela administração estatal. Esta é considerada mais capaz, melhor aparelhada e mais condizente com a complexidade da vida moderna. Trata-se, na verdade, de um processo lento e gradativo de crescimento do aparelho estatal, a que corresponde, inversa e reciprocamente, um recuo e esvaziamento das funções dos parlamentos. Desta forma, o poder legislativo torna-se um local de discussão vazia, de mero "ritual" político, pois sua ação social carece de conteúdo. Está presente, nesta concepção, o fundamento da idéia autoritário-corporativa de um parlamento reduzido a meras funções "técnico-administrativas", com atribuições delimitadas. A este propósito Campos afirma que, historicamente,

"desapareceu a razão de ser dos parlamentos como órgãos políticos ou representativos, sendo manifesta a sua tendência de se transformarem em departa-

(86) CAMPOS, Francisco. *Direito Constitucional* - vol. II, op. cit. p. 460.

mentos com uma função específica, qual a de elaboração legislativa e, de certa maneira, assimilando o espírito da administração, de que passaram a copiar a técnica e os métodos de trabalho. Nos próprios países de regime parlamentar, a função política, que devia ser primordial, se acha em franca decadência; as interpelações, que representam uma função essencial e eminentemente política, se acham de tal maneira cortadas, que passaram a ser um mecanismo absolutamente ineficaz. Os regimentos das assembleias dos países de regime parlamentar registram prescrições regulando de tal arte o jogo das interpelações, que se podem dar por abolidas. (...) A própria iniciativa dos membros do parlamento tende a anular-se definitivamente, por não disporem eles de fontes de informações que lhes forneçam os dados indispensáveis à elaboração de seus projetos" (87).

Este amplo processo de burocratização dos parlamentos, que implica na redução de sua influência política, terá para Campos a seguinte consequência:

"A administração que, de certa maneira, dispõe de todas as fontes de informação, passa a exercer a faculdade de iniciativa ou sugestão nos trabalhos legislativos, colocando, assim, em situação privilegiada, os seus projetos de leis, passando os projetos, apresentados ou sugeridos pela administração, a gozar de preferência sobre os de iniciativa da Câmara. A administração tende, portanto, a absorver a função legislativa, com grandes vantagens para a sua simplicidade e regularidade" (88).

Estas palavras podem parecer estranhas, partindo de um deputado (ã época deste discurso). Realmente, Francisco Campos notabiliza-se, mesmo quando integra o legislativo, pela defesa da

(87) Ibid, p. 460.

(88) Ibid, p. 460.

centralização político-administrativa e pelo fortalecimento do aparelho estatal. Segundo ele, este é um fenômeno mundial, que decorre da transformação interna por que passam as nações em processo de modernização.

Francisco Campos não se cansa de criticar os fundamentos do liberalismo, como falsos e mistificados, além de inadequados ao grave momento histórico do entre-guerras. Ataca particularmente com vigor a concepção liberal de modelar o mundo político segundo os mesmos moldes de um processo jurídico. A este respeito, afirma:

"o sistema intelectual, que constitui o pressuposto (...) do liberalismo do século passado, construiu o mundo político à imagem do mundo forense, ampliando ao plano ou ao teatro da ação política as categorias formalísticas do processo do foro, no quadro dos quais se resolvem, por uma balança de argumentos ou uma dialética de idéias e razões, de acordo com as premissas ou presunções infantis do pensamento jurídico, os conflitos submetidos à uma arbitragem do juiz. Para essa psicologia intelectualista, as decisões resultam exclusivamente de elementos intelectuais, a substância irracional da vontade representando apenas um instrumento passivo destinado a obedecer os decretos da razão e a executá-los. (...) Há, de certo, no processo democrático, um irreduzível momento de irracionalidade, que é, precisamente, o da formulação da vontade geral mediante o voto. (...) A eleição, que é um julgamento de Deus, vem, assim, a revestir-se como a decisão do juiz no processo forense e a dos representantes do povo no processo parlamentar, de uma aparência de racionalidade, que satisfaz plenamente às modestas exigências intelectuais do sistema" (89).

Também nesta perspectiva, é observada a inadequação

(89) CAMPOS, Francisco. *O Estado Nacional*. op. cit. p. 18.

da atividade partidária para o "bem estar geral", e sobretudo o perigo que representa para a sociedade. A sua ação danosa "é, aliás, o resultado infalível da democracia de partidos, que nadamais são virtualmente do que uma guerra civil organizada e codificada. Não pode existir disciplina e trabalho construtivo num sistema que, na escala dos valores políticos, subordina os superiores aos inferiores e o interesse do Estado às competições dos grupos"(90). Na visão de Francisco Campos, toda a competição política parece danosa, seja partidária ou pessoal, bem como a fragmentação regionalista e todas as formas políticas que limitassem a autoridade do Estado Nacional. Em face da mudança de ênfase nos problemas contemporâneos, o liberalismo não se adequa como solução política. Aliás, a mudança ocorrida na própria natureza do processo político, reforça esta posição. Segundo este autor, para a solução

"dos conflitos sociais e econômicos do mundo contemporâneo, as formas parlamentares da vida política são hoje resíduos destituídos de qualquer conteúdo ou significação espiritual. As próprias massas já perceberam que as tensões políticas se deslocam para outro plano de dimensões proporcionais as das forças em conflito, e que não se trata, no processo político, de resolver uma divergência de idéias ou de pontos de vista intelectuais, mas de compor um antagonismo de interesses, cada um dos centros em conflito fazendo o possível para reunir a maior massa de forças, a fim de que a decisão final lhe seja inteiramente favorável"(91).

Assim, a falência do liberalismo é manifesta, no período entre-guerras. Comentando um conto chinês, sobre a ineficácia do parlamento daquele país, Campos destaca que "nada acontecia

(90) Ibid, p. 39.

(91) Ibid, p. 27.

em nenhum parlamento do mundo, porque um parlamento é, precisamente, o lugar onde nada acontece e nada se decide"(92). Dentro desta visão de realismo político, procura citar um caso concreto, que demonstra a ineficácia política do parlamento frente aos problemas suscitados pela sociedade de massas e pela mudança havida no processo político:

"Na Alemanha, enquanto um parlamento em que já houve o maior número de partidos procurava inutilmente chegar a uma decisão política mediante os métodos discursivos da liberal-democracia, Hitler organizava nas ruas, ou fora dos quadros do governo, pelos processos realistas e técnicos, por meio dos quais se subtrai da nebulosa mental das massas, uma fria, dura e lúcida substância política, o controle do poder e da nação"(93).

Todas estas constatações sobre a falência do liberalismo conduzem a uma outra idéia-chave no pensamento de Francisco Campos e da ideologia autoritária: "o divórcio hoje confessado, entre a democracia e o liberalismo"(94). Isto, apesar de todas as tentativas feitas, de corrigir os "desvios" do liberalismo. Mas todas estas tentativas falham, devido ao que considera falhas intrínsecas deste regime político. A este respeito, tece as seguintes considerações:

"Em cem anos de tentativas e de experiências democráticas, multiplicaram-se os mecanismos destinados a tornar efetiva a democracia: o sufrágio universal, o sistema parlamentar, o voto secreto, o sufrágio feminino, a iniciativa, o 'referendum' a legislação

(92) Ibid, p. 28.

(93) Ibid, p. 29.

(94) Ibid, p. 17. O significado de democracia para o pensamento autoritário será abordado mais adiante.

direta, o 'recall', o princípio de rotatividade nos cargos eletivos e muitos outros expedientes, artifícios e combinações. Nenhum desses métodos, porém, deu como resultado a abolição de privilégios (...) ou infundiu nos governos maior sentimento de honra, de dever ou de retidão, elementos essenciais do ideal democrático"(95).

Ao comentar a mudança de eixo nas grandes questões do mundo contemporâneo, observa que "cada vez mais os problemas em torno dos quais se fere a luta dos partidos tendem a ser problemas técnicos". E de que maneira isto ocorre? Segundo Campos, "no mundo de hoje, essas grandes questões não se encontram mais na ordem do dia. As questões econômicas e financeiras, as de organização da economia nacional, as do comércio interno e externo, questões sobretudo técnicos, e, por sua natureza, incapazes de despertar emoção, passaram ao primeiro plano"(96). Nesse ponto, a interpretação que Francisco Campos dá da crise do liberalismo, agregam-se os componentes econômicos. Estes componentes possuem um forte impacto internacional, uma vez que a alocação dos fatores de produção, já no capitalismo liberal, ocorre em escala mundial. Um modelo de organização econômica internacionalizada, baseado na livre concorrência, é um dos elementos essenciais responsabilizados pela profunda crise, que sacode os fundamentos da sociedade liberal. Em um discurso sobre a crise do Direito Internacional, Campos percebe um processo mais amplo de crise, no qual as relações internacionais encontram seus fundamentos, e a crise do liberalismo econômico ganha sentido. Argumenta que

"a crise, portanto, não é do Direito

(95) Ibid, p. 78.

(96) Ibid, p. 48.

Internacional apenas, mas, sobretudo e em primeiro lugar, do Direito Interno, e a crise de ambos é tão somente o aspecto parcial de uma crise mais extensa e mais profunda, ou da crise de estrutura política, econômica, social e jurídica, a qual se abateu sobre o mundo ao iniciar-se em 1914 a era dos conflitos intercontinentais, ou das guerras de envergadura planetária" (97).

O caráter caótico e desastroso da concorrência econômica dentro dos princípios liberais, constitui um dos elementos centrais na análise que Campos faz da crise do período entre-guerras. A situação crítica criada por este fenômeno econômico é, nesta perspectiva, atribuída tanto aos fundamentos inconsistentes da teoria liberal, como também ao início de uma nova fase histórica, cujas características excluem o liberalismo como uma doutrina aceitável. O caráter distorcivo do "*laissez faire, laissez passer*" é objeto de críticas severas:

"A vida econômica não tinha outro regulador a não ser a vontade dos fortes, isto é, daqueles que, graças à exploração ou às conjunturas favoráveis do livre jogo econômico, lograram constituir o seu feudo. A livre concorrência era uma corrida sem fim para objetivos puramente individuais. (...) Agravado os males da concorrência anárquica, os poderes financeiros, interessados exclusivamente na especulação, estimulavam, com a mira tão somente nos resultados imediatos, a inversão de capitais, sem atenção às necessidades reais da produção, e, assim, distribuíam o crédito não na conformidade dos interesses da economia nacional, mas na dos seus próprios interesses" (98).

(97) CAMPOS, Francisco. "A crise do Direito". *Digesto Econômico*. vl.(67), 1950. p. 63.

(98) CAMPOS, Francisco. *O Estado Nacional*. op. cit. p. 63.

E quais os desdobramentos deste processo? Que componentes políticos a ele se agregam e qual a participação do Estado?

"A livre concorrência transformava-se, dessa maneira, numa corrida desordenada para a crise. Sobrevinda esta, os poderes financeiros, cuja assistência se tornava então mais necessária, retraiam-se e procuravam liquidar as suas carteiras. O capital fixo, porém, não se podia desinvestir com a mesma facilidade com que se investira. No momento do pânico, aqueles que o produziram e que se mostram intransigentes em relação ao dogma da livre concorrência, voltavam-se para o Estado e entregavam-se à sua tutela improvisada, pedindo o ressarcimento, à custa da Nação, dos prejuízos de uma aventura em que, para embarcar, não se lembram de pedir ao Estado os competentes passaportes. Sob a pressão dos interesses políticos e eleitorais, estreitamente ligados à finança, o Estado tomava sobre si os prejuízos, distribuindo pela economia nacional as consequências das loucuras individuais de alguns aventureiros" (99).

Em síntese, para Francisco Campos, o caráter anárquico do liberalismo econômico e político é um dos dados fundamentais da crise que acompanha a fase de transição do período entre guerras. O liberalismo é um sistema fundamentado em premissas equivocadas, mas que possuía na sociedade ainda dispersa e pouco diferenciada do fim do século XVIII e XIX, um relativo sentido histórico. Com a revolução industrial e a grande complexidade social, política, econômica e cultural que acompanha a formação da sociedade de massas, o liberalismo torna-se irremediavelmente anacrônico. Após a Primeira Guerra Mundial, a situação torna-se

(99) Ibid, p. 63.

confusa ideologicamente; uma profunda crise econômica ocasiona uma forte e perigosa instabilidade social e política; a burocratização de diversas instâncias da sociedade, consubstanciada no avanço e centralização do poder do Estado; o predomínio das questões "técnico-administrativas" sobre as políticas, além de uma série de outros elementos indicam para o pensamento autoritário, o declínio do liberalismo e sua inadequação na resolução dos grandes problemas do mundo contemporâneo. E mais: sua "negligência" torna-se um perigo, pois *"a continuação da anarquia liberal determina, como consequência necessária, a instauração final do comunismo"*(100). Desta forma, se num primeiro momento a crise do liberalismo é percebida por Francisco Campos como uma questão histórica, na medida em que constitui o elemento indicador de que um amplo processo de mudança está em curso, antevendo o início de uma nova era, num segundo momento constitui uma questão política, evidenciando os graves riscos nela contidos.

4.2. A ameaça revolucionária: os riscos da transição

Antes de buscar-se no discurso político de Francisco Campos os elementos que fundamentam sua concepção acerca do perigo revolucionário na sociedade em crise, em especial da ameaça comunista, é necessário atentar para o caráter de intransigente defensor da ordem, que marca seu pensamento. Em primeiro lugar, posicionava-se moralmente contra os processos revolucionários, pois *"antes da revolução tudo são aspirações, depois, apetites. Os ideais da revolução"*, segundo ele, *"são sempre máscaras mais, ou menos harmoniosas destinadas a dissimular os seus apetites"*(101).

(100) *Ibid.*, p. 61.

(101) CAMPOS, Francisco. *Discursos Parlamentares*. op. cit. p. 93 e 94.

Mesmo o apelo à liberdade, quando considerado em oposição à ordem, é causticamente criticado, como algo ligado ao espírito revolucionário. A influência do pensamento de Thomas Hobbes é marcante em suas idéias, caracterizadas por um forte espírito anti-revolucionário. Afirma, por exemplo, num discurso:

"Já é tempo, senhor presidente, de justificar toda essa fraseologia romântica, que tem um valor puramente histórico como instrumento de sedição e de levante contra o absolutismo e todas as formas de opressão social; realizada, porém, essa função histórica, é necessário restituí-la ao museu de antiguidades políticas, como espécime de um estado de espírito transitório e efêmero, incompatível com as situações normais da vida, em que deve predominar, sobre o espírito inorgânico das revoluções, o espírito de ordem e de organização, que constitui, exatamente, a garantia de estabilidade e de respeito às liberdades e aos direitos conquistados à custa de tantos sacrifícios. Da regulamentação e da organização jurídica vivem as liberdades que, sem elas, se veriam destituídas das garantias essenciais ao seu exercício pleno, seguro e desassombrado de ameaças" (102).

A estas considerações, acrescenta que num regime democrático, as revoluções tornam-se ainda mais ilegítimas, pois "a revolução, em regime democrático, é o inequívoco testemunho de que os seus chefes não contam com a Nação, antes dispensam a sua audiência, tentando não restaurar o regime democrático, que só se instaura e se restaura por obra da Nação (...)" (103).

O pensamento político de Francisco Campos é, em sua totalidade, caracterizado por uma averção às revoluções de qual-

(102) CAMPOS, Francisco. *Discursos Parlamentares*. op. cit. p.105.

(103) CAMPOS, Francisco. *Opiniões e Debates*. op. cit. p.93 e 94.

quer tipo. Entretanto, a crise do período entre-guerras, introduz problemas novos à esta concepção. Além da agitação social que marca a constituição da sociedade de massas, e que possibilita a eclosão de rebeliões populares, uma certa perspectiva de pânico é percebida pelas elites e pelo pensamento autoritário, em particular. A Revolução Mexicana de 1910 e a Revolução Soviética de 1917, especialmente - com o triunfo e consolidação de um regime socialista -, além da referida transformação porque passam internamente as diversas nações, são responsáveis por esta perspectiva pânica, como se algum tipo de perigo rondasse a sociedade. Esta perspectiva é assim expressa por Campos:

"Hã, na história, épocas de inquietação e de insegurança, de intranquilidade e de perigos, épocas em que os homens sentem que a sua nação, o seu país, a sua pátria, para que continue a ser construída e defendida, exige vigilância, (...) severa disciplina, exemplar devotamento (...) e, sobretudo, ordem e paz interiores, a fim de que do interior da própria casa não se abra a fenda destinada a minar os alicerces do edifício. No nosso tempo, as pátrias estão em perigo. Sopra sobre elas, principalmente sobre as fracas e pequeninas pátrias, o vento da inquietação e da ameaça. (...) Esta a advertência e a lição do nosso tempo: as pátrias estão em perigo. A hora não é das dissensões, das agitações e das discórdias internas" (104).

Esta ameaça, aqui expressa de maneira abstrata, em outras oportunidades é definida com mais precisão. Tem a forma, sobretudo, de uma infiltração externa destinada a cindir a sociedade e estimular as lutas de classe. Segundo Campos, *"defender a vitória da revolução brasileira [de 1930] é combater contra to*

(104) CAMPOS, Francisco. *O Estado Nacional*. op. cit. p.256 e 257.

dos os seus inimigos, que são de três categorias: inimigos oriundos do velho regime (...); inimigos existentes no seio da própria revolução (...); inimigos de origem externa (todos os propagandistas, pregoeiros e apóstolos de doutrinas políticas exóticas e inaplicáveis à solução dos problemas brasileiros.)"(105).

Qual é esta ideologia "exótica", interessada em semear a discórdia no interior da sociedade nacional? E qual sua origem e significado na época? Francisco Campos era um intelectual muito bem informado e atualizado, grande conhecedor das correntes de pensamento que, oriundas do século XIX, desembocam na crise internacional do período entre-guerras. A partir de uma oportuna avaliação dos problemas políticos ligados ao advento da sociedade de massas, situa o papel que a ideologia marxista detém no processo. Também é importante a idéia buscada em Sorel, sobre o mito, e sua instrumentalização pelo marxismo. Uma sociedade de massas, segundo Campos, é dominada pela irracionalidade, no plano do processo político. Daí a utilização do mito como instrumento eficaz da ação política. Assim compreende a questão:

"Do estudo das condições do mundo moderno, Sorel chegou à conclusão de que só uma revolução total mudará o sistema de posições de forças econômico-políticas, cujas injustiças tanto o impressionaram. No seu entender, porém, aquela revolução não resultará fatalmente das condições internas do regime capitalista, como queria Marx, pois a estrutura social é mais complexa do que a descrita pelo marxismo, que a reduziu à oposição entre duas classes. A idéia de Marx não é verdadeira, mas, a creditada como verdade, constitui o ú

(105) CAMPOS, Francisco; CAPANEMA, Gustavo; e LANARI, Amaro. *Legião de Outubro - Manifesto aos Mineiros*. Belo Horizonte, s/ed. 1931, p. 13 (o grifo é nosso).

nico instrumento capaz de conduzir à grande revolução. Convém, portanto, cultivar a idéia da luta de classes e forjar um instrumento intelectual ou, antes, uma imagem dotada de grande carga emocional, destinada a servir de polarizador das idéias, ou melhor, dos sentimentos de luta e de violência, tão profundamente ancorados na natureza humana. Esta imagem é um mito. Não tem sentido indagar, a propósito de um mito, do seu valor de verdade. O seu valor é de ação. O seu valor prático, porém, depende de certa maneira, da crença no seu valor teórico, pois um mito que se sabe não ser verdadeiro deixa de ser mito para ser mentira. Na medida, pois, em que o mito tem valor de verdade, é que ele possui um valor de ação, ou um valor pragmático" (106).

A tendência espontânea, na perspectiva de Campos, da sociedade de massas, conduz à utilização do mito personalista. Para ele, a sociedade em crise clama pela ditadura de César. Este é o fenômeno que tornava possível a compreensão do estado de espírito das massas, e a aparição de regimes ditatoriais pelo mundo. A este respeito, afirma que

"as massas encontraram no mito da personalidade, que é constituído de elementos de sua experiência imediata, um poder de expressão simbólica maior do que nos mitos em cuja composição entram elementos abstratos ou obtidos mediante um processo, mais ou menos intelectual de inferências e ilações. Daí a antinomia, de aparência irracional, de ser regime de massas o clima ideal da personalidade, a política das massas a mais pessoal das políticas, e não ser possível nenhuma participação ativa das massas na política, da qual não resulte a aparição de César. (...) As massas encontram-se sob a fascinação da personalidade carismática. Esta é o centro da integração po-

lítica. Quanto mais volumosas e ativas as massas, tanto mais a integração política se torna possível mediante o ditado de uma vontade pessoal. O regime político das massas é o da ditadura. (...)

Essa relação entre o cesarismo e a vida, no quadro das massas, é hoje um fenómeno comum. Não há, a estas horas, país que não esteja à procura de um homem, isto é, de um homem carismático, ou marcado pelo destino para dar às aspirações da massa uma expressão simbólica, imprimindo a unidade de uma vontade dura e poderosa ao caos de angústia e de medo de que se compõe o pathos ou a demonia das representações coletivas. Não há hoje um povo que não clame por um Cesar" (107).

Estas passagens fornecem algumas indicações a propósito das origens ideológicas, tanto em Francisco Campos como no pensamento autoritário em geral, do princípio desmobilizador das massas. Ainda neste sentido, percebe-se em seu discurso, uma forte rejeição à competição partidária, especialmente no período crítico do entre-guerras. É perceptível o seu temor ante um processo gradativo de radicalização política, que observa então. Vê nesta radicalização um perigoso elemento para a manutenção da ordem social. Em muitas ocasiões, classifica explicitamente esta radicalização, entre a extrema direita e a extrema esquerda, como uma face da luta de classes, ou mesmo como uma guerra civil. Neste sentido, o discurso e o projeto autoritário de Campos sempre insistem na necessidade de harmonizar-se as relações entre o capital e o trabalho, para evitar o choque social que observa em todo o mundo. É particularmente perceptível sua preocupação com a destruição que está ocorrendo com as estruturas políticas des-

(107) Ibid, p. 15 a 17.

tinadas a arrefecer ou mesmo impedir o confronto entre os grupos sociais ou forças políticas. Mais uma falha do liberalismo "imprevidente". A utilização, cada dia mais comum, da violência política, num conflito político-ideológico polarizado, certamente pesa bastante em sua tentativa de pensar e construir um regime político que evite todos estes problemas. A propósito desta situação, pondera que

"se a democracia de partidos já não comportava a luta política própria da época democrática e liberal, as novas formas de antagonismo político, peculiares ao nosso tempo, agravaram, de modo impressionante, os perigos que a democracia de partidos representa para a ordem e a paz pública. (...) O antagonismo entre as novas formações partidárias do nosso tempo reveste-se de um caráter polar ou absoluto, não existindo terreno comum de mediação ou entendimento entre a extrema esquerda e a extrema direita.

O uso da violência, como instrumento de decisão política, passou para o primeiro plano, relegando os processos tradicionais de competição, e onde quer que se abra a perspectiva dessa luta, torna-se imprescindível reforçar a autoridade executiva, única cujos métodos de ação podem evitar o conflito ou impedir que ele assuma a figura e as proporções da guerra civil" (108).

Bem, mas de qualquer forma, nos países onde o fortalecimento do executivo, ou mais precisamente, onde ainda não se instalara o regime autoritário, a tendência era de aprofundamento da crise. E o liberalismo é diretamente apontado como responsável por este processo. Assim, para Campos, "o liberalismo político e econômico conduz ao comunismo. O comunismo funda-se,

(108) Ibid, p. 41.

precisamente, na generalização à vida econômica dos princípios, das técnicas e dos processos do liberalismo político. Toda a dialética de Marx tem por pressuposto essa verdade: a continuação da anarquia liberal determina, como consequência necessária, a instauração final do comunismo" (109). Evidentemente, trata-se de uma representação esquemática de seu pensamento. Mesmo assim, esta breve passagem contém os elementos básicos na análise das perspectivas de revolução comunista: ela origina-se do "caos" do liberalismo "imprevidente", e só pode ser impedida pelo autoritarismo corporativo. Uma interessante passagem, procura justificar o repúdio tanto do liberalismo como da "ditadura comunista", associando-os dialeticamente:

"A teoria do Estado liberal reivindica para si a exclusividade do pensamento democrático, fazendo crer que, se um regime político não consagrar os princípios liberais, há de ser fatalmente uma autocracia, uma ditadura, um regime absolutista. Mas isto é falso. Do molde feito pelo liberalismo saíram, até hoje, apenas democracias deformadas: para evitar-se a ditadura, abriu-se a porta aos males muito piores da demagogia, da luta de partidos e da luta de classe. Se identificarmos a democracia com o Estado liberal, chegaremos à conclusão absurda de que a democracia é um regime nocivo aos interesses sociais, porque do liberalismo nasceu a antítese marxista. O marxismo é inegavelmente um fruto espiritual do liberalismo, que, para realizar uma pretensa democracia, bradou o 'slogan' contra o Estado autoritário. Da guerra ao Estado autoritário surgiu a democracia liberal, que deu origem ao comunismo, cujo desfecho necessário, do ponto de vista teórico, será a ditadura do proletariado, e, do ponto de vista prático, é a ditadu

(109) Ibid, p. 61.

ra sangrenta de Stalin. Se a democracia fosse o liberalismo, teríamos de combatê-la, para assim combater o comunismo e o stalinismo" (110).

Não é necessário um profundo conhecimento histórico para perceber-se o caráter falacioso do argumento de Francisco Campos. Sua argumentação segue, neste caso, o plano teórico, pois não poderia citar uma só nação de regime liberal que se tivesse tornado comunista. Embora o temor a uma revolução comunista tenha constituído sempre um dado essencial do pensamento autoritário, este argumento acaba, na prática, servindo sempre de justificativa para a derrubada de regimes liberais (ou "pseudo-liberais"). Era como se, necessariamente, a continuação do liberalismo, nos anos entre-guerras, fosse desembocar num regime comunista. Até que ponto é uma crença ou uma justificativa? Tentar-se-á, mais adiante, discutir mais cuidadosamente esta questão.

O homem do mundo contemporâneo, para Campos, é um ser angustiado, amedrontado e confuso frente aos tempos caóticos que vive. É, acima de tudo, uma criatura cujas emoções encontram-se inaproveitadas, portanto disponíveis para ser influenciadas e denominadas pelas ideologias "exógenas". No interessante ensaio "a atualidade de D. Quixote", Campos a conclui que

"o potencial emotivo do homem contemporâneo se encontra em disponibilidade. O grave, porém, é que o mundo chthonico ou subterrâneo ronda as nossas casas, as nossas cidades, a nossa civilização, esperando a oportunidade para se apossar do poder, da cultura e da técnica para voltá-la contra nós e escravizar-nos (...) O Estado totalitário, comunista ou nazista, as ideologias políticas do nosso tempo,

(110) Ibid, p. 75.

são o resultado dessa crise de desemprego da emoção. O mundo subterrâneo afi-
velou, sob o muito sábio nome de ideologia, a máscara do ideal (...). (...) O que o homem de nossos dias pede e reclama, o que ansiosamente espera, - é o retorno de D. Quixote" (111).

Neste ponto acresce-se ao perigo político - social representado pela ameaça revolucionária, especialmente comunista, a questão do conflito ideológico. O comunismo, para Francisco Campos, tem o seu primeiro meio de ação através da infiltração ideológica. Somente após "dominar as mentes", em uma sociedade socialmente convulsionada, o comunismo pode constituir uma ameaça política. Por isso, a necessidade da formulação de uma unidade ideológica em torno dos princípios "família, religião e pátria" (nação), como forma de defesa filosófica contra o materialismo dialético. Neste sentido, afirma:

"Há três laços que reúnem os homens - a religião, a família e a pátria. Mais do que ninguém, o comunismo sabe disso. Ele combate os três ao mesmo tempo e em cada um deles combate os dois outros. Há uma indissolúvel solidariedade entre aqueles três vínculos e ternos. Se o bolchevismo combate a religião é porque combate a família e a pátria. A religião que outra coisa é senão a sagrada família e a única sanção da família? É a pátria, senão uma afinidade de famílias, reunidas pelos laços de sangue e do espírito, e que laços mais fortes de espírito do que os de crença comum?" (112).

É sobretudo como um confronto ideológico que - na medida em que vencido - impede a revolução social, concebe a lu-

(111) CAMPOS, Francisco. "A atualidade de D. Quixote". *Digesto Econômico*. IV (39), 1948. p. 42 e 43.

(112) CAMPOS, Francisco. *Educação e Cultura*. op. cit. p. 154.

luta com contra o comunismo. O comunismo constituia o grande inimigo do autoritarismo corporativo principalmente ao incitar as massas à revolução social, destruindo a hierarquia e a ordem estabelecidas. Mas há outras razões para o repúdio desta ideologia. Uma das mais fortes, sem dúvida, é o internacionalismo. Para o autoritarismo corporativo, um dos mais caros princípios é o nacionalismo, e sendo este atacado pela ideologia comunista, então também neste aspecto constitui-se num inimigo de primeira ordem. Para Francisco Campos,

"não há mais falsa universalidade, mais perigosa e mais nociva do que a que coloca acima do nacional o internacional, da pátria a humanidade, como se a nação e a pátria não fossem formas e categorias humanas, que com a casa, a família e a igreja, constituem os laços que reúnem os homens e os tornam humanos para com os seus semelhantes. As monstruosas ideologias internacionalistas visam apenas enfraquecer a humanidade no homem, para transformá-lo mais facilmente em animal de um rebanho miserável, tangido pela fome e pelo medo"(113).

Eis que "em novembro de 35, a decisão dos homens mudou o curso da nossa história. A atmosfera política, social e intelectual que então envolvia o Brasil indicava que havíamos chegado à hora funesta das grandes provações coletivas, que são podem ser impedidas por oportunas decisões armadas, pelo emprego, consciente e severo da força ao serviço de uma ordem espiritual que ainda não perdeu a fé em suas razões"(114). O levante armado da Aliança Nacional Libertadora, conhecido como "intentona comunista", fornece mais argumentos para a justificativa ideológica

(113) Ibid, p. 161.

(114) CAMPOS, Francisco. *O Estado Nacional*. op. cit. p. 241.

do pensamento autoritário brasileiro. O discurso anti-comunista, tal como o expresso por Campos, deita profundas raízes na "consciência brasileira".

Finalmente, no que se refere especificamente às relações internacionais, Francisco Campos percebe no comunismo também uma forte ameaça, que não respeita as regras jurídicas internacionais. Conforme escreve anos depois, "*para o marxismo-leninismo, como para o Nazismo e o Fascismo, as relações entre os Estados não são regulados pelo direito. São meras relações de força ou de poder*"(115). Nesta perspectiva, o marxismo é uma ideologia que permanentemente procura "subverter" a consciência política dos cidadãos, instigando a luta de classes e, com isso, tentando conflagrar uma revolução social. É também um regime político totalitário que, uma vez constituído em poder nacional, não respeita as regras de convivência internacional, constituindo também desta forma uma ameaça.

Em resumo, Francisco Campos, por sua formação intelectual influenciada por Hobbes, é contrário a qualquer tipo de revolução, pois as considera uma ameaça para a sociedade. Durante o período entre-guerras, a situação torna-se particularmente grave, pois a intensa crise social, política, econômica e ideológica, que é a crise do liberalismo que acompanha a emergência da sociedade de massas, é particularmente propícia à convulsão social. O triunfo da revolução soviética, em 1917, introduz nas classes dominantes e nos pensadores autoritários, uma percepção de pânico, como se um espectro rondasse a sociedade. Pelo for

(115) CAMPOS, Francisco. "Cuba e América." *Digesto Econômico*.XIX (164), 1962. p. 9

te chamamento mítico, Campos teme no marxismo uma influência ideológica forte junto à massa, que pudesse conduzi-la a uma revolução popular. Segundo entende, o liberalismo é um regime "anárquico", cuja "imprevidência" possibilita condições para o advento do comunismo, cuja proposta internacionalista, é também criticada por ele. A radicalização e polarização dos conflitos políticos no período entre-guerras, em sua compreensão, representa o risco fundamental do processo de transição, pois há fortes possibilidades das elites perderem o controle do processo, que pode transformar-se em uma revolução (especialmente nos países onde subsistia o regime liberal).

V - ELEMENTOS PARA UMA NOVA ORDEM
INTERNACIONAL

"Forçados pela história e premidos por circunstâncias de ordem não são local como universal, criamos o nosso regime, edificamos o nosso Estado e aceitamos o governo que a história, as circunstâncias e o destino nos ofereceram como único instrumento capaz de nos garantir, com a ordem e a paz, o gozo dos bens materiais e morais(...)"

FRANCISCO CAMPOS - O Estado Nacional.

V - ELEMENTOS PARA UMA NOVA ORDEM INTERNACIONAL

A crise internacional do período entre guerras, para Francisco Campos, está associada a um amplo processo de transformações, do qual é uma decorrência. A crise e declínio no liberalismo, constituem o elemento responsável pela consciência e percepção inicial do processo de mudança. O liberalismo, além de criticado em seus fundamentos, constitui naquele período um regime político inadequado para a manutenção do "status quo", na perspectiva da ideologia autoritária. A insistência em defender seus postulados e em mantê-lo como forma de organização da sociedade, apenas traz graves riscos para essas nações, em face do grave momento histórico.

Efetivamente, a emergência da sociedade de massas, concomitante ao declínio do liberalismo, possibilita a eclosão de uma profunda agitação social, reflexo de uma crise que atinge desde o âmbito econômico até o ideológico. Esta situação comporta graves riscos para o processo de transição, pois as elites podem perder o controle deste amplo movimento. Há um forte temor ante a possibilidade revolucionária, especialmente de revoluções populares. O socialismo é percebido como um espectro que ronda a sociedade. Também o caráter irracional e de forte apelo aos mitos no processo político, neste contexto, dá possibilidade ao advento de um "César", um ditador clamado pelas massas.

Tudo isto contribui para o temor autoritário frente aos riscos deste processo de transição, especialmente em

relação às nações que mantêm as instituições liberais, que por serem "imprevidentes", deixam aberto um amplo espaço para a instauração do "caos" social, do qual a inflitação ideológica marxista certamente tira proveito. Bem, mas uma vez adquirida a consciência da transição, através da percepção do declínio do liberalismo, e detectando-se a ameaça revolucionária, que constitui o risco da transição, algumas questões se esboçam: em primeiro lugar, através da crise internacional, quais os rumos em que evolui esta transição? Em segundo lugar, que atitude devem os autoritários tomar como forma de reação à crise?

Segundo a visão de campos, e dos pensadores autoritários em geral, o mundo evolui em direção a formas cada vez mais complexas. Esta crescente complexidade da sociedade, na medida em que não é acompanhada pela adaptação das instituições políticas, implica numa profunda desorganização. A intensa agitação social à ela associada, é responsável por uma forte sensação de insegurança e incerteza por parte de toda a sociedade, que passa a atuar mais em função da "emoção" do que da "razão".

Quais as origens e os fundamentos desta situação? O que ocorre, em estado avançado na Europa e América Anglo-Saxônica, e em escala incipiente na América Latina e em outras partes do mundo, é a emergência de uma sociedade de massas. O ingresso de grandes contingentes humanos na estrutura sócio-econômica e na atividade política, provoca grandes repercussões, tanto a nível interno de cada nação, como a nível internacional, na medida em que a problemática interna passa exercer influência direta no meio internacional. A presença das massas no cenário sócio-político é responsável por uma marcante politização e radicalização, nas quais faz-se presente o mito, a irracionalidade, e a violência, que se projetam tanto no âmbito interno como externo das na-

ções.

Assim, a democracia passa por uma ampla transformação de significado. A democracia liberal agoniza e, reciprocamente, emerge a democracia autoritária, cuja justificativa é a própria presença das massas. A técnica do Estado totalitário é utilizada pelo autoritarismo para "salvar" a democracia. A presença organizadora e planejadora de um Estado intervencionista, que chama à si a tarefa histórica de superar a crise, retorna-se uma decorrência intrínseca a este processo, segundo a ideologia autoritária.

Neste estágio, encontram-se, implícitos ou explícitos, fortes traços de uma proposta para uma nova ordem internacional. É preciso reagir e restaurar a ordem ameaçada, deter a decadência da sociedade, causada pelo liberalismo, e vencer a "ameaça vermelha", que procura capitalizar politicamente a crise e o "caos" da sociedade capitalista. Mas não se trata simplesmente de um golpe de força: é necessário modernizar as instituições sociais para suplantar a crise. Esta modernização só pode ser feita a partir de uma perspectiva conservadora, que atualize as instituições sociais, sem transformar a estrutura de classes. Esta é a *modernização conservadora*, proposta pelo autoritarismo corporativo.

Este Estado Autoritário, ou Estado Novo, constituiria o poder supremo dentro de cada nação, sobre cada sociedade. A sua adoção como regime político por todas as nações, representaria um imperativo histórico. Promoveria a organização corporativa da sociedade, procurando eliminar, ou pelo menos arrefacer, o impacto das lutas entre partidos, facções, regiões, grupos de interesse e, sobretudo, lutas entre classes sociais. As massas, uma vez desmobilizadas, deixariam de constituir o grande perigo desestabilizador. Seria necessário, ainda, a coesão ideológica da sociedade em torno de alguns valores essenciais. No caso de Francisco Campos,

a proposta era defender a "família, religião e a pátria" (nação). O nacionalismo e a retomada dos valores espirituais, por oposição às doutrinas internacionalistas e ao materialismo liberal e o materialismo marxista, constituiriam outros pilares da engenharia política desta nova ordem sócio-política.

Apenas a adoção desta proposta "situada entre o totalitarismo e o liberalismo" (Francisco Campos), poderia superar a crise mundial, e responder ao que Mihaïl Manoïlesco chama de "imperativos do século XX". A nova ordem autoritária, instaurada em escala planetária, realizaria uma tarefa histórica, e poria fim à noite de incertezas e conflitos que foi a crise do período entre-guerras.

5.1. A crise internacional: os rumos da transição.

Em que direção evolui a crise internacional do período entre-guerras? Que tendências se configuram no processo de transição? Para Francisco Campos, é um dado objetivo que a transformação em curso é profunda. E os contornos que esta mudança esboça, dia a dia, é o de um munda cada vez mais complexo. Novos problemas acumulam-se rapidamente, o que exige do ser humano um esforço em outras direções, que desconhece. A este propósito, Campos afirma:

"A humanidade (...) verifica que começou para ela uma época de transformações e mudanças. O mundo se encontra largamente aberto diante dos espíritos, e o presente e o futuro, ao invés de constituírem aquele tecido de recorrências, graças ao qual os problemas e as situações continuam a

ser os mesmos e a satisfazer-se com as mesmas soluções, apresentam cada dia aspectos mais complexos e novos, que demandam não apenas as noções e os conceitos adquiridos, senão qualidades, hábitos, processos, atitudes e comportamentos de espírito capazes de inquirir, investigar, compreender e orientar no sentido de soluções novas, próprias e seguras" (116).

A sensação que acompanha o processo de crescente complexidade, é a de que está ocorrendo uma total desorganização social e política. A desorganização gera, automaticamente, a insegurança de todos os indivíduos. Este traço lembra, novamente, a influência hobbesiana no pensamento de Francisco Campos. Justificando a necessidade da implantação dos regimes autoritários, ele afirma que

"Fora dos quadros estabelecidos pela técnica do Estado Novo, não há solução para o problema social e político do Brasil, a menos que uma nação possa viver e realizar o seu destino dentro de um constante estado de desassocego, de de sordem e de insegurança, sobrepondo aos valores permanentes, condição da vida coletiva, os valores efêmeros, fundados no capricho e na mobilidade humana. Esse fenômeno não é apenas brasileiro, mas universal" (117).

Esta percepção hobbesiana da crise do entre-guerras como um movimento rumo a formas mais complexas e desordenadas, está expressa em todo seu discurso. A autoridade encontra-se cada vez mais ameaçada. O "fermento" da desagregação trabalha cada vez mais ativamente. A insegurança torna-se a cada dia mais comum, e arrasta consigo as tradições, desacreditadas pelos espíritos que se inquietam, frente à uma crise que instaura

(116) CAMPOS, Francisco. *Educação e Cultura*. OP.cit, p.49

(117) CAMPOS, Francisco. *10 de novembro*. Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa e Propaganda, 1938. P.9 e 10. O grifo é nosso.

o caos em escala planetária. Em uma passagem bastante explícita e incisiva, Francisco Campos afirma que

"Mais necessário, moral, jurídica e materialmente, é conservar o princípio da inviolabilidade legal e constitucional, particularmente no momento de instabilidade e de apressões sombrias por que passa o ordem de coisas em todos os países do mundo. Reforcemos a autoridade da lei, quando todas as autoridades parecem ameaçadas no seu fundamento, pois, assegurada a autoridade da lei, (...) estas encontrarão (...) um apoio e garantia, (...) podendo dominar de mais alto o vozeiro dos mercados e dos pretórios. Nestes períodos críticos de dissolução de um estado social e de liquidação das tradições, é que é preciso conter os espíritos, reprimir os impulsos, apertando as malhas desta armadura elástica que é a ordem legal, de maneira a tornar tanto mais rigorosa e estrita a disciplina quanto mais ativos os fermentos que trabalham pela de composição" (118).

Como se observa, Campos possui um obstinado desejo de conter, regular e reprimir os "excessos" dos grupos, dos indivíduos e da própria "sociedade civil". Esta atitude, além de justificar-se em qualquer tempo e lugar, é particularmente necessária durante a conturbada crise que assola o mundo no período entre-guerras.

Este mundo, em crise, assume um acentuado grau de politização. A política, seja liberal, revolucionária ou totalitária, ameaça destruir ou dominar a sociedade, embora sua intenção manifesta seja justamente "corrigi-la". É interessante atentar para o sentido negativo que o termo política, no trecho abaixo, no sentido de conflito e disputa pelo poder. Assim o jurista mineiro percebe o processo de politização da sociedade:

"As novas formas políticas, trazidas na crista das ondas revolucionárias que

(118) CAMPOS, Francisco. *Antecipações à Reforma Política*. OP. cit., p. 227/8

se vem sucedendo com alarmante frequência, aspiram a manter sob o seu controle as forças sociais de caráter mais dinâmico, de maneira a ampliar a área do poder, e a torná-lo sem contraste. A política invade, assim, todos os domínios, não para ordená-los de acordo com as exigências do bem comum, mas para dispor de novos e incontroláveis instrumentos de dominação. A infiltração já se faz sentir nas bases do edifício e, dentro em pouco, ao invés de reforçar a sua estrutura, que é o pretexto das suas intervenções, a política o terá deitado por terra, sem poder substituí-lo, a não ser pelo caos [liberal ou revolucionário] ou pelo regime de vida dos termítas [totalitário] (...)" (119).

Quais são os fundamentos histórico-sociais desta evolução, que conduz à complexidade, à desordem, à insegurança e à politização ameaçadora das instituições sociais? O que impulsiona esta forte e "caótica" tendência? Campos percebe que todos estes elementos são reflexo de uma determinação histórica maior: a emergência da sociedade de massas. Este processo, iniciado no século XIX, com o auge da revolução industrial, está produzindo o seu efeito "catastrófico" no período entre-guerras (Pós - Primeira Guerra Mundial, na perspectiva de Campos), ao desagregar as instituições "imprevidentes" do liberalismo, que não se adaptam às novas contingências históricas. O agrupamento de grandes contingentes humanos, e seu ingresso ativo na vida social explica os fenômenos anteriormente descritos, além de ser responsável pelo caráter irracional e mítico do processo político, nesta fase, e projetar seus efeitos sobre as relações internacionais. Este é o mundo da turba ou de César, pois, segundo, ele, "a era das massas é a era dos líderes, ou a era do caos" (120)

(119) CAMPOS, Francisco. "A obra de Raul Fernandes". *Digesto Econômico*. XV (145), 1959, p.58.

(120) CAMPOS, Francisco. "A Aliança Liberal e a Revolução de 30". *Digesto Econômico*. XIX (166), 1962. p.41.

A sociedade de massas é, na perspectiva de Campos, o parâmetro do processo político de sua época, pois

"Há uma evidente correlação entre a dinâmica política e o volume da massa, atual ou virtual, cujas reações, nos regimes livres, particularmente quando a liderança não corresponde às suas dimensões, podem determinar a fratura dos quadros institucionais, sem que a engenharia política haja preparado as novas estruturas destinadas a ritmar ou a regularizar a sua turbulência. Foi Lenine quem formulou, em termos precisos, a relação entre a política e o número: 'A política começa realmente com a presença das massas, não porém, quando se cifram em milhares. Quanto atingem a casa dos milhões, aí então, é que começa a política séria ou autêntica'" (121).

A partir desta constatação, torna-se inteligível a tendência da política nacional e internacional. Continuando, afirma que

"Com esta observação, sentimos que se ilumina o campo da política interior e internacional do nosso Tempo: a mobilidade, a inquietude, a instabilidade, a versatilidade e a imprevisibilidade dos acontecimentos políticos, cujos rumos não são suscetíveis de serem calculados senão com espantosa margem de erro, tanto mais larga quanto no campo das forças em presença se operam deslocamentos, flutuações e combinações inesperadas em que é sumamente difícil discriminar entre os motivos reais e os aparentes, o que nos leva, quando não podemos explicá-los por aqueles, a qualificá-los como simplesmente absurdas, o que apenas significa que ainda não são conhecidos os antecedentes de que hajam efetivamente resultado" (122).

Muitas das soluções adotadas politicamente como forma de controle da massa, resultam no agravamento do estado de tensão interna e externa das nações. A guerra torna-se uma possibilidade sempre presente, marcadamente devido ao tipo de controle

(121) Ibid, p.40.

(122) Ibid, p.40.

exercido pelos regimes totalitários. A violência latente, na época de crise, pode a qualquer momento tornar-se efetiva. A este propósito, é esclarecedora sua posição:

"No Estado totalitário, se desaparecem as formas atuais do conflito político, as formas potenciais aumentam contudo de intensidade. Daí a necessidade de trazer as massas em estado de permanente excitação, de maneira a tornar possível, a todo momento, a sua passagem do estado latente de violência ao emprego efetivo da força contra as tentativas de quebrar a unidade do comando político. Ora, não é em vão que se libertam, em tão grande escala, as reservas de violência por tanto tempo acumuladas na alma coletiva. Essas reservas, que não podem ser restituídas ao estado de inação, tem de ser permanentemente utilizadas. De onde o fato do Estado totalitário ou nacional tender a derivar o estado de tensão interna para um estado de tensão internacional, manobra que torna possível exaltar ainda mais os fatores de irracionalidade que operaram e continuam a garantir a integração totalitária" (123).

E prossegue, à guisa de conclusão:

"O processo político, assim o nacional como o internacional, tem por medula uma constelação polar, ou uma constelação em que existem, ao menos em estado virtual, dois campos nitidamente separados por uma linha ou uma zona de tensão. Esta, constelação pode, em determinados momentos, apresentar um estado de tensão atenuada, quando os conflitos, que constituem o seu conteúdo, não se armam em termos extremos ou polares. Há, no entanto, no processo político, um estado latente de violência, que pode resolver-se em estado de agressão atual" (124).

A partir desta passagem, pode-se perceber novos motivos para que Campos insista no princípio da não-mobilização de massa, especialmente devido aos perigos decorrentes da necessidade de utilizar

(123) CAMPOS, Francisco. *O Estado Nacional*. Op. cit, p. 30 e 31.

(124) *Ibid*, p. 31.

permanentemente as reservas de violência. No tocante as relações internacionais, particularmente consideradas, afigura-se quase como inevitável, a eclosão de uma nova guerra mundial, segundo as tendências da época.

A sociedade de massas implica, gradativamente, na falência do liberalismo, pois *"o clima das massas é o das grandes tensões políticas, e estas não se deixam resolver em termos intelectuais, nem em polémica de idéias. O seu processo dialético não obedece às regras do jogo parlamentar e desconhece as premissas racionalistas do liberalismo"* (125). Assim, o processo político engendrado pela sociedade de massas apresenta uma trajetória cada vez mais distante dos postulados liberais. Na nova situação que se vai configurando socialmente, *"o irracionalismo é o instrumento da integração total, e o mito, que é sua expressão mais adequada, a técnica intelectualista de utilização do inconsciente coletivo para o controle político da nação"* (126) (ver capítulo anterior). Assim, dentro deste amplo espectro de transformações sociais, o ser humano também vai sofrendo uma mutação psicológica, pois, segundo Campos, *"o foco da problemática Contemporânea, o centro do grandeseísmo moral, a origem desse sentimento de insegurança e de fim de mundo, a causa do estado de tensão explosiva em que vive o homem dos nossos dias, não se situa no espírito, mas na emoção"* (127).

Também a democracia, nesta conjuntura histórica, passa a trilhar novos rumos, pois *"quanto mais se avoluma e*

(125) Ibid, p. 21.

(126) Ibid, p. 12.

(127) CAMPOS, Francisco. "A atualidade de D. Quixote". Op. cit., p. 89.

aperfeiçoa a máquina democrática, tanto mais o governo se distancia do povo e mais remoto da realidade se torna o ideal democrático. (...) Seja, porém, qual for a técnica ou a engenharia de um governo, este será realmente democrático se os valores que inspiram a sua ação decorrem do ideal democrático" (128). Neste ponto, Campos constata que a democracia toma rumos cada vez mais complexos, e que esta complexidade afasta a participação popular. A solução que encontra, é embasar o regime num "ideal" verdadeiramente democrático. Em realidade, como foi observado anteriormente, ele considera terminada a era da democracia liberal, pois via o liberalismo como incapaz de manter e representar as instituições democráticas em face do caráter assumido pelo processo histórico. A crescente diferenciação da vida social, obriga a democracia a utilizar a técnica do Estado totalitário para manter-se, com isto deixando de ser liberal. Segundo Campos,

"a pressão determinada pelo advento das massas determinou uma crise no regime democrático, levando-o, pelo abandono das suas premissas liberais, a um permanente estado de contradição consigo mesmo, estado este que não poderá, evidentemente, contribuir, senão de maneira transitória, para a manutenção dos últimos traços que ainda conserve da sua associação com o liberalismo" (129).

Mais adiante acrescenta que

"observa-se, no domínio político, esse estranho e obscuro processo dialético, em virtude do qual o crescimento das instituições humanas, além de certo limite virtual, sofre uma brusca mutação em sentido contrário aos princípios que pareciam haver presidido ao seu nascimento ou as fases mais características da sua formação. No fim de algum tempo, adotada pela democracia a técnica do Estado totalitário, a qual ela foi forçada

(128) CAMPOS, Francisco. *O Estado Nacional*. Op. cit, p. 77.

(129) *Ibid*, p. 22.

a recorrer (por mais contraditório que pareça) para salvar as suas aparências liberais, a democracia acabará por assimilar o conteúdo espiritual do adversário, fundindo-se dessa maneira em um polo único duas concepções de mundo, tão aparentemente inconciliáveis ou antitéticas. Aliás, a crise do liberalismo no seio da democracia é que sucitou os regimes totalitários, e não estes aquela crise" (130).

Então, o que diferenciaria o totalitarismo "Stricto Sensu", desta democracia que utiliza-se da técnica do Estado totalitário para preservar suas instituições democráticas? O discurso político de Campos não é explícito a este respeito. Depreende-se que a democracia que utiliza a técnica totalitária para preservar-se é a "democracia autoritária", que possui um "ideal democrático", pois, segundo ele, o liberalismo é uma forma decadente de democracia, que deixa de ser democracia, e o totalitarismo não é democrático, sendo apenas uma forma de "escravização" do ser humano (especialmente quando critica e o "totalitarismo comunista"). Nesta perspectiva, afirma que "*é desnecessário insistir em que o estado brasileiro, sendo democrático, é também autoritário*" (131). Insistia que o Estado Novo (Autoritário), é uma democracia "substantiva", em contraposição ao caráter "formal" de outras formas democráticas. De qualquer maneira, o que é importante destacar quanto aos rumos do regime democrático no entre-guerras, é que sua evolução é marcada pela intervenção crescente do Estado. Certamente este processo repercute na transformação interna da democracia. Sobre esta questão, argumenta que

"basta lançar as vistas sobre o crescimento do governo, nestes últimos cinquenta anos, a extensão da área em que exerce o seu poder de iniciativa e de controle, a massa e a complexidade das

(130) Ibid, p. 23. O grifo é nosso

(131) Ibid, p. 81

matérias que é chamado a regular. O Estado deixou de ser o guarda noturno, cuja única função era velar sobre o sono dos particulares, garantindo o socego público, para assumir funções de criação e de controle em todos os domínios da atividade humana. A legislação não se limita mais à simples definição de direitos individuais: é uma enorme técnica de controle da vida nacional, em todas suas manifestações" (132).

Na sociedade de massas, em que o Estado intervem cada vez mais, a opinião pública sofre também grandes transformações. Os meios de comunicação de massa passam a exercer uma grande influência na sociedade, constituindo um instrumento político fundamental. A este propósito, dizia que "é possível hoje (...) transformar a tranqüila opinião pública do século passado em um estado de delírio ou de alucinação coletiva, mediante os instrumentos de propagação, de intensificação e de contágios de emoções, tornados possíveis precisamente graças ao processo que nos deu a imprensa de grande tiragem, a radiodifusão, o cinema, os recentes processos de comunicação que conferem ao homem um dom aproximado ao da ubiquidade (...). Não é mais necessário o contato físico para que haja multidão" (133). E, particularmente no que se refere à imprensa, Campos percebe muito bem a sua importância no contexto político, pois "como órgão da opinião pública, a imprensa dispõe, nas democracias, de verdadeiros poderes de governo (...)" (134). Esta tendência, de canalização da opinião pública pelos meios de comunicação de massa, demonstra ser uma força irresistível e irreversível, no quadro de emergência da sociedade de massas.

Neste mesmo sentido, configura-se outro rumo ("positivo") da transição: a emergência dos regimes autoritários.

(132) Ibid, p. 90.

(133) Ibid, p. 25.

(134) Ibid, p. 98.

Para Francisco Campos, há uma relação direta entre este regime e a presença dos grandes contingentes humanos. Segundo justificativa, "*os Estados autoritários não são criação arbitrária de um reduzido número de indivíduos: resultam ao contrário, da própria presença das massas. Onde quer que existam massas, sempre se encontra a autoridade, tanto maior e tanto mais forte quanto mais numerosas e densas foram aquelas*" (135). Assim, se o incremento da sociedade de massas é uma tendência da transição, em última instância, também a emergência destes regimes configura-se como rumo deste processo.

Em síntese, para Francisco Campos, é possível identificar alguns rumos da transição que acompanha a crise internacional do período entre-guerras. Alguns desses elementos, são apenas tendências, que devem ser evitadas. Para ele, o mundo avança para formas crescentemente complexas, que são um reflexo da emergência da sociedade de massas. A falta de adaptação das instituições liberais frente à esta mudança histórica, provoca uma grande desorganização da sociedade e, conseqüentemente, uma insegurança generalizada. Todos estes fatores, mostram a evolução do mundo rumo à um caos generalizado, num contexto em que toda a vida social politiza-se e radicalizam-se os conflitos. Todas estas decorrências do ingresso das grandes massas humanas no cenário sócio-político, refletem-se no aumento da tensão interna dos Estados, especialmente dos que procuram utilizar a violência latente na massa como instrumento político. O reflexo deste processo nas relações internacionais é direto: o aumento da tensão mundial, com a possibilidade de uma nova guerra mundial. A democracia, por sua vez, transforma-se qualitativamente, adotando técnicas totalitárias em substituição à um liberalismo "incapaz". O crescente avanço do Estado sobre

(135) Ibid, p. 222.

todas as instituições sociais e o controle da opinião pública pelos meios de comunicação de massas são outras tendências deste processo, em que a própria presença das massas engendra as formas autoritárias.

5.2 - A construção do Estado Autoritário e a nova ordem mundial.

Que atitude devem os autoritários adotar frente a uma crise, cujo rumo imediato é o do caos? O que se observa, em todo o discurso de Francisco Campos, é um apelo à reação contra a "degenerescência" da sociedade, a que a crise conduz. Após perceber todos os problemas da sociedade contemporânea, anteriormente descritos, propõe a construção do Estado Autoritário (ou Estado Novo). A proposta deste novo regime político contém, implicitamente, os elementos de uma nova ordem mundial, na medida em que, apesar de respeitar as realidades nacionais, esta é uma solução para um problema internacional. Na verdade, sendo a crise internacional, e a cada dia maior a integração entre as nações, seria impensável uma saída isolada para a crise.

No caso do Brasil, a atitude do pensamento autoritário encontra sentido com a implantação do Estado Novo, através de um golpe de Estado em 10 de novembro de 1937. A implantação deste regime autoritário, segundo Campos, é uma decorrência necessária das transformações por que passa a própria democracia. Segundo afirma,

"a democracia é por si mesma incoerente, heterogênea, individualista, regime de mudanças periódicas de governo, de renovações e de substituições de princípios e de homens, não tem continuidade de ação nem unidade de plano e de convicções: daí o prejuízo de serem inte-

resses permanentes e relativamente invariáveis, sujeitos a avaliações e critérios desarmonicos. Para remediar a este inconveniente sem ferir o principio democrático, o recurso é a criação de um espirito nacional que, pela firmeza e a extensão do seu prestigio, presida as substituições de governo, estabelecendo continuidade e eficiência da ação no exercicio do poder" (136).

Acrescenta, após a instauração do Estado Novo:

"A constituição de 10 de novembro atende, de modo cabal, às transformações que, em nosso século, se encontram em via de rápida realização, nos ideais e nas instituições democráticas" (137).

A própria constituição do Estado Novo, elaborada por Francisco Campos, adaptando a constituição autoritária polonesa (do regime direitista de Piłsudski)*, é explícita sobre os problemas que haviam conduzido à implantação do Estado Autoritário brasileiro. Dizia em seu prólogo:

"Atendendo às legítimas aspirações do povo brasileiro à paz política e social profundamente perturbada por conhecidos fatores de desordem, resultantes da crescente agravamento dos dissídios partidários, que uma notória propaganda demagógica procura desnaturar em luta de classes, e da extremação de conflitos ideológicos, (...) colocando a Nação sob a funesta iminência da guerra civil; atendendo ao estado de apreensão criado no país pela infiltração comunista, que se torna dia a dia mais extensa e mais profunda, exigindo remédio de caráter radical e permanente; atendendo a que, sob as instituições anteriores, não dispunha o Estado de meios normais de preservação e defesa da paz, da segurança e do bem-estar do povo (...)" (138).

Nesta perspectiva, o Estado Autoritário é a única solução para a problemática desencadeada pela grave crise

(136) CAMPOS, Francisco. *Antecipações à Reforma Política*. Op. cit. p. 11.

(137) CAMPOS, Francisco. *O Estado Nacional*. Op. cit. p. 38.

*Razão pela qual esta Constituição ficou conhecida como "polaca".

(138) CAMPOS, Francisco. "Constituição brasileira de 1937", citado por MEDEIROS, Jarbas. *Ideologia autoritária no Brasil-1930/1945*. Op. cit. p. 28. O grifo é nosso.

mundial, na qual o país está inserido e, da qual os terríveis efeitos, conseqüentemente, se fazem sentir com intensidade. Entretanto, num ponto Campos insiste: "A Constituição de 1937 não é uma constituição fascista (...). Não se conceberia, com efeito, pudesse ser acoimada de fascista uma Constituição que assegura ao Poder Judiciário as prerrogativas constantes na Constituição de 1937 (...). A Carta de Novembro estabelece, ainda, a responsabilidade do chefe do Governo, atribuindo ao Parlamento a faculdade de processá-lo e de destituí-lo do mandato (...)" (139). Apesar de destacar o que acredita ser diferenças de conteúdo entre o Estado Novo e o fascismo, não esquece as possíveis conseqüências da vitória do eixo na guerra. A este propósito, argumentava que "na hipótese de uma hegemonia alemã sobre o continente europeu, a força expansiva das novas doutrinas políticas seria tão grande que todos cairíamos, fatalmente, sob sua influência avassaladora" (140).

O regime autoritário implantado deveria atentar para os problemas "técnicos" do complexo mundo contemporâneo. Campos exige do Estado Autoritário uma organização e eficiência burocrática racional e um caráter "científico" em sua atuação. Em 1933, reclama da falta desta atitude nos regimes democráticos, pois "a democracia ainda não encontrou formas e instrumentos adequados à expressão do seu espírito e os problemas por ela suscitados continuam entregues aos práticos sem técnica ou aos técnicos sem ciência, que se equivalem na incompetência" (141). Especialmente o liberalismo sempre é cobrado por Campos pela sua "incapacidade" de governar, sendo que este autor insiste na questão da competência dos regimes políticos em face do momento histórico.

(139) CAMPOS, Francisco. "A Constituição de 1937 e sua Vigência". *Revista Forense*. Vol. 103, 1945.

(140) CAMPOS, Francisco. *Direito Constitucional*. Vol. II, op.cit, p.358

(141) CAMPOS, Francisco. *Educação e Cultura*. Op.cit, p.177.

Outro elemento básico na formulação de uma nova ordem internacional, associado ao autoritarismo político, é a organização corporativa da sociedade. Para o pensamento autoritário, toda a era liberal constitui uma fase histórica caracterizada pela atomização da sociedade. Das revoluções burguesas à crise do período entre-guerras (e do liberalismo), a sociedade esteve desorganizada. Mas a reação está já ocorrendo, segundo Mihaïl Manoïlesco:

"A Revolução Francesa dissolveu os quadros corporatistas, reduzindo a sociedade a uma poeira humana formada pelos indivíduos isolados. Assistimos hoje a um espetáculo semelhante ao dessas fitas cinematográficas, em que uma esttua reduzida a fragmentos é recomposta, até reaparecer completamente reconstituída. As sociedades realizam a mesma coisa, por meio de um movimento de reação, em que da poeira a que as reduziu a Revolução Francesa, procurou retornar à sua antiga constituição orgâni-ca"(142).

Também Campos valoriza extremamente o corporativismo, que considera uma forma de organização econômico-social eficiente, capaz de deter a "degenerescência" que se vem processando no interior do capitalismo. Com efeito, o capitalismo liberal, com sua "anarquia", desintegra suas estruturas econômicas numa competição individualista estéril e possibilita, com isso, o advento do comunismo. Nesta perspectiva, o corporativismo, como forma de organização sócio-econômica associada ao regime político autoritário, constituiria a arma capaz de deter este processo. Conforme argumenta,

(142) MANOÏLESCO, Mihaïl. *O Sêculo do Corporativismo*. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1938, p. XIII.

"O liberalismo político e econômico conduz ao comunismo (...). O corporativismo mata o comunismo como o liberalismo gera o comunismo. O corporativismo interrompe o processo de decomposição do mundo capitalista previsto por Marx como resultante da anarquia liberal (...). A vontade dos homens e as suas decisões podem, portanto, pôr termo a suposta evolução necessária do capitalismo para o comunismo (...). O corporativismo, inimigo do comunismo e, por consequência, do liberalismo, é a barreira que o mundo de hoje opõe à inundação moscovita" (143).

O que é exatamente, para Campos, uma Corporação? E quais suas implicações concretas no plano sócio-econômico. Prosseguindo didaticamente em sua argumentação, afirma que

"a corporação, que representa uma determinada categoria da produção, tem, igualmente a sua liberdade, e a do indivíduo é limitada por ela. A organização corporativa é a descentralização econômica, isto é, o abandono pelo Estado da intervenção arbitrária no domínio econômico, da burocratização da economia (primeiro passo avançado para o comunismo), deixando à própria produção o poder de organizar-se, regular-se, limitar-se e governar-se. (...) O Estado é a justiça; as corporações, os interesses. Nos quadros do Estado, são os interesses justos encontram proteção" (144).

Assim, o corporativismo torna-se um elemento fundamental deste sistema, especialmente devido à sua capacidade em conter certos elementos da crise, como de atender as novas contingências econômicas, cada vez mais complexas, organizadas a nível internacional. Para ele,

(143) CAMPOS, Francisco. *O Estado Nacional*. op. cit, p. 61 e 62. O grifo é nosso.

(144) Ibid, p. 62.

"o mundo vive hoje sob o sinal do econômico como já viveu em outros tempos sob o sinal do religioso e do político. A passagem da economia de consumo à economia de produção, deu à vida uma [grande] densidade de problemas sociais, técnicos, políticos e jurídicos (...). (...) O maior aproveitamento das matérias primas e o mais intenso rendimento do trabalho humano, constitui uma exigência indeclinável a que nenhum país poderá fugir sem renunciar à luta por um lugar no ciclo planetário da economia contemporânea"(145).

Após a implantação do Estado Novo, novamente manifesta-se esta tendência em enquadrar o regime autoritário brasileiro em um movimento histórico internacional. Atende a um imperativo de um tempo de crise, de insegurança, em que é uma condição fundamental a unidade ideológica, como forma de obter-se a integração sócio-política. Assim,

"neste primeiro ano de Estado Novo, não são os acontecimentos nacionais justificaram e legitimaram a transformação das nossas instituições. Acontecimentos mundiais acabam de demonstrar que, para dar à Nação o sentimento de segurança, por ela exigido como condição de vida, é indispensável não só realizar de maneira mais efetiva a sua unidade espiritual, senão também proceder a uma unificação política mais rigorosa e completa"(146).

Esta questão da unidade ideológica é um dos elementos centrais e indispensáveis do pensamento de Campos, e será melhor explorada adiante. Quanto às justificativas do Estado Autoritário, a ordem é outro elemento básico. Comentando os benefícios introduzidos pelo Estado Novo, diz que existe, "em primeiro lugar,

(145) CAMPOS, Francisco. *Educação e Cultura*. op. cit, p. 125 à 127.

(146) CAMPOS, Francisco. 0 10 de Novembro. op. cit, p. 11.

o clima da ordem: não apenas o da ordem nas ruas, mas antes de tudo, e sobretudo, o clima da ordem no Estado. O Estado passou a ser uma ordem, isto é, um sistema animado de um espírito e de uma vontade, unificado em torno de uma pessoa, que é em política a primeira categoria da realidade. O Estado tem um chefe"(147).

Quais as características políticas do Estado Autoritário, do qual o Estado Novo é um representante? A edificação do Estado Autoritário atende a um imperativo histórico: é necessário organizar a sociedade, modernizando-a para o futuro, sem deixá-la cair vítima da convulsão social e revolucionária. A resolução destes problemas, criados pela ascensão da sociedade de massas, exige das elites um esforço voluntarista, que vença a "fatalidade histórica". Desta reação resultaria a implantação do Estado Autoritário. Este regime político seria caracterizado pela presença das massas, e de um chefe popular (o César a que Campos constantemente refere). Este chefe simbolizaria o Estado, tornando-o inteligível para a massa, que a ele se integraria (sem mobilização). O Estado Autoritário buscaria mostrar-se como um "Estado Popular"(sic). No caso brasileiro, o regime autoritário seria a própria construção do Estado Nacional, que ainda não ocorrera devido às fragmentações regionais, rivalidades partidárias, interesses particulares, lutas de classes, etc. Este Estado arrefeceria os conflitos sociais, perseguindo obstinadamente a utopia da "eliminação das lutas de classes", e como tantos outros "Estados", apresentava-se como uma entidade "neutra" e "justa", acima dos interesses particulares, um "pai" para tutelar a sociedade incapaz de encontrar o seu próprio caminho. Comentando o clima do Estado

(147) CAMPOS, Francisco. *O Estado Nacional*. op. cit, p. 211.

Autoritário brasileiro, Campos afirma:

"é o clima do povo, o clima da sua vocação para a pessoa e para o chefe. O Estado que aí está, existe para o povo, sob a forma porque o povo representa naturalmente o Estado, a forma humana da pessoa. O segundo ponto a notar, no novo clima político criado no Brasil pelo acontecimento de 10 de novembro, é o caráter popular do Estado. (...) O povo não conhece o Estado descarnado, reduzido a símbolos e esquemas jurídicos. O Estado popular é o Estado que se torna visível e sensível no seu chefe, o Estado dotado de vontade e de virtudes humanas, o Estado em que ocorre não a lâmpia da indiferença e da neutralidade, mas o sangue do poder e da justiça. O povo e o Chefe, eis as duas entidades do regime. (...) O nosso Estado é hoje um Estado Nacional. (...). O Chefe é o Chefe da Nação. (...) É o Chefe popular da Nação. A sua autoridade não é apenas a autoridade legal ou regulamentar do antigo Chefe de Estado. A sua autoridade se exerce pela influência, pelo seu prestígio e a sua responsabilidade de chefe. Somente um Estado de Chefe pode ser um Estado Nacional: unificar o Estado é unificar a Nação. (...) A Nação reaquiriu a consciência de si mesma; do caos das divisões e dos partidos, passou para a ordem da unidade, que foi sempre a sua vocação" (148).

Quanto às realizações do regime autoritário brasileiro, que refletem também algumas de suas intenções manifestas, acrescenta:

"Construiu um Estado. Sucitou no país uma consciência nacional. Unificou a Nação dividida; pôs termo às lutas sociais e políticas; está eliminando as injustiças econômicas; impôs silêncio à querela dos partidos, empenhados em quebrar a unidade do Estado e, por conseguinte, a unidade do povo e da Nação;

suprimiu o poder, que se denominava liberdade, de exercerem os interesses privados, através dos instrumentos de propaganda, uma falsa magistratura pública"(149).

Nas justificativas históricas e ideológicas da implantação do Estado Novo, Campos procurava sempre, embora pareça paradoxal à primeira vista, destacar o caráter nacional do regime, como uma criação brotada de condições internas. O componente nacionalista, nesta perspectiva, afigura-se como essencial. A unidade nacional constitui um dos elementos básicos do pensamento autoritário-corporativo, tanto em contraposição ao internacionalismo, como ao regionalismo. Entretanto, também a idéia de nação, confunde-se (ou identifica-se) com a idéia de Estado. Assim, o Estado-Nação, cujas noções o autoritarismo corporativo procura revigorar, representa a ponta de lança da reação à crise, e a solução da mesma, quando utiliza a ideologia autoritário-corporativa como forma de organização sócio-política. Para Francisco Campos,

"O Estado Novo não se filia (...) a nenhuma ideologia exótica. É uma criação nacional, equidistante da licença demagógica e da compressão autocrática, procurando conciliar o clima liberal, específico da América, e as duras contingências da vida contemporânea, cheia de problemas e de riscos e varrida de ondas de inquietação e de desordem, instável no seu equilíbrio, obrigado a criar novas formas para o trabalho, a produção, a distribuição de bens, o manejo do capital e da moeda e, sobretudo, as novas configurações políticas, sociais e morais em que o turbilhão de idéias, de sentimentos e tendências encontra o seu estado de satisfação e de repouso"(150).

(149) Ibid, p. 215.

(150) Ibid, p. 229.

Neste ponto encontra-se o aparente paradoxo: um regime de características políticas e ideológicas nacionais, justificado por uma necessidade de atender a condições mundiais, ou seja, de uma crise internacional. Na percepção de Campos, trata-se de forjar um instrumento poderoso (O Estado Autoritário), para enfrentar um período grave, que é a crise mundial do período entre-guerras. Um verdadeiro "vale de lágrimas", onde a insegurança e os riscos são absolutos:

"Construída para a tempestade, a nau tem que ser forte, o seu comando há de ser concentrado nas mãos de um homem de têmpera serena, firme, resoluta e, principalmente, habituado às intimidades com o destino, a tripulação corajosa e amante do perigo, unida por um único pensamento e disciplinada por uma só vontade. Este, o único regime capaz de enfrentar os elementos, o regime que os povos, que ainda não se deixaram conformar com o pensamento da escravidão ou da morte, pedem ao destino inexorável, na hora que pode ser a dos naufrágios ou acontecimentos funestos. Forçados pela história e premidos por circunstâncias de ordem não só local como universal, criamos o nosso regime, edificamos o nosso Estado e aceitamos o governo que a história, as circunstâncias e o destino nos ofereceram como o único instrumento capaz de nos garantir, com a ordem e a paz, o gozo dos bens materiais e morais que somente a comunhão humana, sob a forma de nação organizada, propicia aos homens, elevando do plano material para o ideal, o valor e o sentido da sua vida e do seu destino" (151).

Entretanto, este aparente paradoxo não constitui uma contradição, considerando-se a problemática da crise como um fenômeno internacional, e que o nacionalismo é uma pedra angular da i

(151) Ibid, p. 229/230.

deologia autoritária.

Um dos elementos mais importantes, para Francisco Campos e para o pensamento autoritário, na construção do Estado Autoritário, é a educação. Como grande especialista em filosofia e sociologia da educação, o intelectual mineiro apreendeu com muita sensibilidade o papel da educação como instrumento político-ideológico e como elemento de apoio do desenvolvimento sócio-econômico. Ao defender a necessidade de uma coesão e unidade ideológica, percebe muito bem a capacidade do aparelho educacional de Estado como instrumento capaz de realizar esta importante tarefa política. Percebe ainda o caráter especial que a educação deveria ter naquele período histórico de crise e transição. Segundo ele, é necessário *"uma educação para o que der e vier, como se estivéssemos preparando uma equipe de aventureiros para uma expedição em que tivessem de consumir a sua vida, adaptando-se às circunstâncias que não poderíamos prever e realizando obras e trabalhos nunca antes realizados pela raça humana"*(152). Justamente devido à crise internacional, a educação não pode mais ser um sistema puramente intelectualista, como no liberalismo, pensa Campos. Os tempos difíceis exigem da educação uma atitude engajada, como arma ideológica em favor dos postulados autoritários da família, da religião e da nação, contra a ameaça comunista e o liberalismo materialista e decadente(153). Este sistema educacional, mesmo nas escolas privadas, deve obedecer às diretrizes centralizadas do Estado Autoritário, sendo voltado para as necessidades políticas, sociais e ideológicas do regime. Neste sentido,

(152) Ibid, p. 6.

(153) Ver VIZENTINI, Paulo Fagundes. *Francisco Campos e a Educação no Pensamento Político Autoritário-Corporativo*. op. cit.

"a educação não tem o seu fim em si mesma; é um processo destinado a servir a certos valores e pressupõe, portanto, a existência de valores sobre alguns dos quais a discussão não pode ser admitida. (...) A Constituição (do Estado Novo) prescreve a obrigatoriedade da educação física, do ensino cívico e de trabalhos manuais, e atribui ao Estado, como seu primeiro dever em matéria educativa, o ensino pré-vocacional e profissional, destinado às classes menos favorecidas, cabendo-lhe ainda promover a disciplina moral e o adestramento da juventude, de maneira a prepará-la ao cumprimento de suas obrigações para com a economia e a defesa da Nação. (...) A brange [assim] a formação dos novos cidadãos, de acordo com os verdadeiros interesses nacionais. O ensino é, assim, um instrumento de ação para garantir a continuidade da Pátria e dos conceitos cívicos e morais que nela se incorporam" (154).

E a que valores a educação deve consagrar sua atuação? Estes valores são basicamente o *nacionalismo*, que significava em boa medida, fidelidade ao Estado, a *religiosidade*, além de *elementos tradicionais*, como a família. Em geral, a Igreja como instituição constitui um forte aliado dos regimes autoritários, além dos valores religiosos, que também são utilizados como a arma fundamental no combate ao marxismo, que tem lugar ao nível das idéias. A ameaça comunista é concebida, primeiramente, como uma *infiltração ideológica* que se apossa dos "corações e mentes" do povo. É preciso deter este processo, e a unidade ideológica em torno de um pequeno número de idéias-força assimiláveis pela população, através da inculcação do aparelho ideológico de Estado educacional, constitui o meio mais eficaz para a execução desta tarefa.

(154) CAMPOS, Francisco. *O Estado Nacional*. op. cit, p. 65.

A este propósito, afirma que

"uma idéia (...) é que constitui a unidade da pátria; as instituições históricas, os hábitos locais, as divisões regionais, constituem outros tantos obstáculos que essa idéia tem que decompor e analisar para, senhora da terra, orientar e reunir em torno dela os soldados que se não conheciam ou se odiavam, sob a mesma bandeira sagrada, a cuja sombra se abriga a nação que vê na mesma idéia, aclamada por todos a um só tempo, a chave da sua aliança e o segredo de sua força irresistível" (155).

Campos, enfatiza a necessidade de recuperação de valores tradicionais, e dos religiosos em especial. A obrigatoriedade do ensino religioso nas escolas públicas foi um dos atos do governo autoritário de Vargas, que embora na ocasião tenha tido um caráter tático, tem sua importância ideológica destacada. Afirma que, sob o liberalismo,

"banida das escolas a religião, delas se apoderaram livremente as meias religiões, as falsas igrejas, as seitas e os fanatismos em que, sob o nome de teorias, de doutrinas, de filosofias, cada qual mais estrita na sua ortodoxia, quanto mais frágil nos seus fundamentos, foi tão fértil o século XIX. (...) A liberdade do ensino religioso (...) não poderia ser o ato de um ministro. São o ditador, guia e intérprete da revolução, poderia quebrar os grilhões, estendendo a ruptura do sistema político vigente até ao dogma fundamental da liberdade de pensamento que as inspirações maçônicas e livre-pensadoras do liberalismo do século XIX haviam postulado para as suas próprias crenças e os seus próprios fanatismos, excluindo do privilégio as grandes formas do pensamento e do sentimento religioso. (...) Ainda não terminou o processo de recuperação dos valores perdidos. Somente a

educação poderá incumbir-se desta tarefa. Que valores queremos recuperar? (...) Estou certo de que [a juventude] optará pelo Brasil, pela fidelidade ao voto de fundação do Brasil, ou aos valores sem os quais não haverá entre os homens vínculos de amizade, de amor e de fraternidade espiritual. Há três laços que reúnem os homens - a religião, a família e a pátria. Mais do que ninguém, o comunismo sabe disto. Ele combate os três ao mesmo tempo (...)" (156).

ESTE LIVRO DEVE SER DEVOLVIDO NA
ÚLTIMA DATA CARIMBADA

SET 1995

SET 1995

OUT 1995

Estado Autoritário que caracteriza a reordem mundial, qual o lugar ocupado pelo processo decorrem do processo histórico concretização autoritária do indivíduo, frente à primeira lugar, o jurista autoritário perimado irracional da política na época que a integrar-se cada vez mais no grupo e submete ao Estado. Considera esta uma constante do ideal de cada um, embora concorde a realidade sociológica. A este propósito,

"a integração política pelas forças irracionais é uma integração total, porque o absoluto é uma categoria arcaica do espírito humano. A política transforma-se dessa maneira em teologia. Não há formas relativas de integração política, e o homem pertence, alma e corpo, à Nação, ao Estado, ao partido. As categorias da personalidade e da liberdade são apenas ilusões do espírito humano. São livres o que perde a sua personalidade, submergindo-a no seio materno onde se forjam as formas coletivas do pensamento e da ação, ou, como diz Gentile, aquele que sinte o interesse geral como o seu próprio e cuja

(156) CAMPOS, Francisco. Educação e Cultura. op. cit. p. 150 a 154. Ver também citação da nota 112, no capítulo anterior.

vontade seja a vontade do todo. O indivíduo não é uma personalidade espiritual, mas uma realidade grupal, partidária ou nacional. É o restabelecimento da relação em que estava o homem primitivo com o seu clã" (157).

Esta é a realidade político-ideológica do indivíduo, na era da sociedade de massas e, em particular, da crise internacional do período entre-guerras. Condiciona, desta forma, o conceito de liberdade individual sob o Estado autoritário-corporativo, que deixa de ser, como no liberalismo, um conceito negativo de limitação do poder estatal, considerado o grande inimigo. Sob o autoritarismo corporativo, é necessário atribuir aos indivíduos direitos positivos, explícitos, que permitissem o acesso aos bens da civilização. Francisco Campos define esta questão da seguinte maneira:

"Numa época de profundas e radicais modificações (...), tratava-se (...) de inverter o conceito de democracia, próprio do século XIX. O problema constitucional não era mais o de definir negativamente a esfera da liberdade individual, mas organizar o poder ao serviço dos novos ideais de vida, (...) atribuí[ndo] aos indivíduos os direitos positivos por força dos quais se lhe tornassem acessíveis os bens de uma civilização essencialmente técnica e de uma cultura cada vez mais extensa e voltada para o problema da melhoria material e moral do homem. (...) Uma experiência centenária demonstrou que o direito negativo de liberdade não dava realmente direito, a nenhum desses bens, sem os quais já não é hoje possível conceber a vida humana. O princípio de liberdade deu em resultado o fortalecimento cada vez maior dos fortes e o enfraquecimento cada vez maior dos fracos. O princípio de liberdade não garantiu a ninguém o direito ao trabalho, à educação,

ã segurança. Sõ o Estado forte pode e xercer a arbitragem justa, assegurandõ a todos o gozo da herança comum da civilização e da cultura"(158).

Alêm destas crîticas ã concepção liberal das liberdades individuais, convêm relembrar que para o hobbesiano Francisco Campos, a regulamentação e limitação dos direitos individuais constitui um elemento vital. É ao Estado que se deve assegurar a primazia do processo político, e não aos indivíduos atomizados, pois na época, o mais importante é reprimir os "abusos" do individualismo e das facções.

No plano interno, o Estado autoritário brasileiro coloca como objetivo essencial, a modernização conservadora da sociedade. Dotando-a de um Estado forte, busca alcançar a uniformização das instituições político-jurídicas, impulsionar o desenvolvimento econômico e eliminar a luta de classes, procurando "equilibrar" as relações entre o capital e o trabalho(159).

(158) Ibid, p. 54 ã 56.

(159) Segundo Jarbas Medeiros, "O Estado Novo colocara diante de si, como seu 'objetivo histórico', as seguintes metas: a) a modernização e a uniformização do aparato judiciário e repressivo; b) a modernização, a nacionalização e a uniformização, ã escala nacional, do serviço público, assim como das atividades de planejamento e de organização e métodos administrativos; c) o fortalecimento do Poder Central através da concentração da iniciativa, formulação, execução e controle de políticas nacionais e regionais, no Executivo Federal; uniformizaram-se e padronizaram-se a legislação processual, civil e penal, assim como a financeira, ã escala nacional; d) a regulamentação de um amplo intervencionismo estatal no conjunto da vida nacional, funcionando ã o Estado como arbitrário supremo, coordenador geral e propulsor da economia capitalista do País; e) a regulamentação e a composição das forças sociais da produção econômica nacional por meio da oficialização e burocratização dos sindicatos e da legislação social e trabalhista. f) lançamento das bases de uma política de industrialização do País nos setores básicos do carvão, ferro, aço, petróleo e energia elétrica; g) a regulamentação da vida urbana dos grandes centros industriais e comerciais do País; h) a criação de uma 'consciência de

Finalmente, é interessante destacar a posição de Campos no que se refere à política internacional. Também neste plano, não perde a oportunidade de tecer agudas críticas ao liberalismo e sua concepção das relações internacionais. A este respeito, argumenta que

"o mesmo pensamento liberal, que concebia a política interior como um conflito de idéias, suscetível de resolver-se mediante os métodos da inteligência discursiva ou da dialética forense, transpondo este conceito para o plano mundial, julgou possível realizar a organização de uma comunidade internacional, criando um Forum Mundi, em que um grupo de juristas, assistido por uma equipe de técnicos, ponha e resolva em termos de razão a massa irracional de motivos por força dos quais se arma entre as nações um arco de tensão política e econômica, sempre mais refratário a qualquer tratamento racional ou ideológico" (160).

Mais adiante, ao analisar a impossibilidade de uma integração política total no plano interno, critica a idéia de integração de toda a humanidade e de todos os países pela Sociedade das Nações:

"No dia em que a massa nacional fosse integrada politicamente de maneira a

fronteiras', visando a ocupação de todo o Território Brasileiro; i) a nacionalização do trabalho e das riquezas do subsolo, assim como das indústrias essenciais; j) a eliminação das instituições políticas liberais, tais como o sufrágio universal, o sistema de partidos, a redução do Parlamento a um 'departamento administrativo' do Estado, a restrição às liberdades e garantias individuais, a censura da imprensa". MEDEIROS, Jarbas. Ideologia Autoritária no Brasil: 1930/1945. op. cit, p. 34 e 35. É desnecessário destacar a presença de Francisco Campos nas intenções e realizações do Estado Novo. Pode-se observar claramente a influência explícita de suas propostas políticas neste elenco.

(160) CAMPOS, Francisco. O Estado Nacional. op. cit, p. 30.

não deixar resíduos, ela deixaria simplesmente de ser Estado, que é um conceito político, (...) a menos que, como entidade nacional, entrasse em relação de tensão com outras massas nacionais. De igual modo, admitir a integração política da humanidade é postular um estado apolítico do homem, porque a humanidade não poderia constituir um termo de constelação polar, em falta de outro termo com que pudesse entrar em relação de conflito. A Sociedade das Nações, no dia em que, como Forum Mundi, pudesse exercer a função que lhe é atribuída, deixaria de ser sociedade de nações, porque não haveria mais nações ou estados a integrar"(161)

Também mais uma vez, observa-se implicitamente os fundamentos políticos internos da tensão e provável guerra mundial: na medida em que se busca uma integração política total no plano nacional, projeta-se os conflitos para o plano exterior. Em 1945, Campos faz uma interessante referência à participação brasileira na Segunda Guerra Mundial e as implicações político-ideológicas da Constituição do Estado Novo, da qual é autor. Justificando mais uma vez a oportunidade do regime autoritário em 1937, em face da crise internacional e da provável guerra que então se configurava, acrescenta a necessidade de adaptar-se o regime às novas contingências mundiais. A derrota do bloco nazi-fascista implica, segundo ele, na necessidade da reatualização democrática. Para Francisco Campos;

"a Constituição de 1937 foi outorgada num momento de crise universal de ordem e de autoridade. Já existia no mundo o estado potencial de guerra e dentro de cada país esboçava-se o quadro da luta ou da oposição ideológica que

(161) Ibid, p. 32.

a guerra viria transportar do espaço nacional para o espaço internacional, conferindo ao conflito mundial o caráter ideológico que extrema, de maneira tão acentuada uma da outra, as duas guerras mundiais que se abateram sobre a humanidade no período de uma geração. (...) Na guerra tomamos um partido, o partido cuja ideologia política está em manifesto desacordo com a estrutura ideológica da Constituição. (...) É necessário que nos antecipemos aos acontecimentos, se não queremos ser violentados por eles. Nisto consiste a função da política. Não podemos, militarmente vitoriosos na guerra, deixar que subsistam motivos para sermos colocados, do ponto de vista ideológico, no campo dos vencidos. Atualizemos as nossas instituições políticas, transformando-as no sentido das correntes espirituais e culturais que já anunciam claramente a configuração do mundo de amanhã" (162).

Em síntese, a obra de Campos propõe a construção do Estado Autoritário, ao nível de cada nação, como forma de superar a crise internacional do período entre-guerras. A nova ordem mundial, implícita nesta proposta política, deveria conter o "avanço" comunista e a agitação social, bem como deter a "decadência" liberal dos países capitalistas. A modernização conservadora, contida neste projeto, deveria ser capaz de reforçar o Estado-Nação, mantendo o "status quo" e aplacando a luta de classes dentro de cada país, desta maneira evitando um confronto mundial - muito mais perigoso - entre as forças sociais em luta. Não espera eliminar o conflito totalmente, mas controlá-lo durante a crise para que, uma vez que fosse superada, organizar a sociedade de todos os países dentro de moldes corporativos, sob a liderança do Estado Autoritário.

(162) CAMPOS, Francisco. "A Constituição de 1937 e sua vigência". *Revista Forense*. op. cit. p. 34 e 35.

SÍNTESE CONCLUSIVA

SÍNTESE CONCLUSIVA

I

A proposta inicial deste estudo foi a de identificar no pensamento de Francisco Campos, através de suas obras, a percepção da crise internacional do período entre-guerras por parte deste importante pensador autoritário brasileiro. A partir de uma apreciação preliminar, observou-se certos elementos marcantes de sua visão do processo histórico daquela agitada conjuntura. Nesta, é marcante a percepção de um ocidente convulsionado econômica, política e socialmente. Mas, acima de tudo, o ponto que consideramos mais importante é a crise ideológica que apossa-se das consciências, implicando numa desagregação dos "valores morais". Todos estes elementos estão relacionados, segundo sua perspectiva, com a desorganização da sociedade, causada pela "anarquia" liberal.

A crise e declínio do liberalismo constitui um dos pontos fundamentais da visão que Campos possui deste período. Entretanto, quais os fundamentos desta crise? Não fica suficientemente claro, na apreciação preliminar efetuada, quais as origens e fundamentos deste elemento. Entretanto, no decorrer do trabalho, configura-se como o grande fator explicativo, a formação da *sociedade de massas*. Este liberalismo "anárquico", em crise e declínio, constitui um ponto vulnerável para a sociedade, frente à ameaça comunista. Segundo expressa em seus escritos, a manutenção das instituições político-econômicas do liberalismo implica necessariamente a longo prazo, na implantação do comunismo marxista, devido à desorganização da sociedade e da agitação sócio-política que a acompanha.

Também está presente em seu discurso uma referência nostálgica e saudosista em relação a uma época anterior à sociedade imersa no caos e na complexidade, uma espécie de "paraíso perdido" em um mundo mais estável, onde o ruralismo constitui um traço marcante.

Finalmente, dentro da identificação preliminar, merece destaque a proposta de Campos para superação da crise: a construção do *Estado Autoritário* ou *Estado Novo*. Ao sistema político do Estado Autoritário está associada a organização corporativa da sociedade. Como construir este regime autoritário? É necessário, especialmente, obter uma coesão política nacional e uma unidade ideológica em torno de valores conservadores como "família, religião e pátria" (nação), para fazer frente ao desafio ideológico. A educação é o meio mais adequado, segundo pensa, para obter esta unidade ideológica que legitima e fortalece o Estado Autoritário. É interessante, ainda, identificar até que ponto a ideologia autoritário-corporativa européia influencia diretamente o pensamento autoritário brasileiro, em particular de Francisco Campos.

II

A crise do período entre-guerras constitui a fase mais aguda da crise do liberalismo. Esta, por sua vez, caracteriza-se no plano estrutural como um processo de transição entre o capitalismo liberal-industrial e o capitalismo monopolista-financeiro. Esta transição não abarca, entretanto, apenas os aspectos econômicos. Os campos social, político e ideológico são, também, profundamente afetados. A Primeira Guerra Mundial desencadeia as tensões que encontravam-se latentes, neste processo histórico. Todo o período compreendido entre 1918 e 1939 é marcado pela inten-

sa agitação social, crise política, efervescência ideológica e problemas econômicos. Esta conjuntura assume formas confusas e contraditórias, onde estão presentes elementos remanescentes de uma ordem em declínio, e já se fazem presentes elementos antecipativos de uma nova realidade mundial, que emergirá com o final da Segunda Guerra Mundial.

Nas duas décadas de crise quase permanente, a tensão política polariza-se, tanto no interior dos diversos países, como no plano das relações internacionais. A Revolução Soviética marca esta conjuntura histórica, introduzindo elementos de instabilidade no cenário europeu e mundial. Nesta crise, o ponto culminante é atingido com o crack da Bolsa de New York em 1929, agravando as tensões já existentes. A resultante deste processo é a ascensão ao poder de regimes autoritários ou fascistas, tanto na Europa como na América Latina. Toda a década de 1920 e 1930 é marcada pelo progresso político e ideológico da direita autoritária, o que, para alguns, configura-se como uma tendência histórica irreversível.

Nesta era de crise, onde é marcante a presença das massas, o autoritarismo corporativo e o fascismo constituem formas de reação por parte do "status quo" frente a difícil conjuntura. A superação do liberalismo configura-se como uma necessidade imperiosa para esta nova ordem. Esta crise, apesar das especificidades e dinâmicas nacionais, atinge todos os países capitalistas com diferentes intensidades; a crise abala as diversas nações, trazendo determinados problemas comuns a todas elas. Portanto, ao lado das características peculiares das respostas dos diferentes países à crise, uma problemática internacional condiciona e traça os contornos dos movimentos políticos-ideológicos do período.

III

Francisco Campos é um dos mais importantes pensadores autoritários brasileiros. Sua atuação como intelectual e burocrata da alta administração estatal possibilitam-lhe uma marcante atuação na política brasileira. A influência de suas idéias é acentuada, tanto ao nível da classe dirigente, como mesmo das classes populares, via inculcação ideológica. A posição que ocupa no interior do aparelho do Estado permite-lhe empreender reformas estruturais nos campos educacional, político-administrativo e jurídico, dentro da *modernização conservadora* empreendida pelo Estado Autoritário brasileiro.

A percepção que Campos possui da crise internacional do período entre-guerras coincide com as propostas e hipóteses iniciais deste estudo. Entretanto, no decorrer de sua realização, configuraram-se os fundamentos de sua visão da crise mundial: o declínio do liberalismo e a emergência da sociedade de massas. Quanto à crise e ao declínio do liberalismo, observa-se que se apresenta como um dos pilares básicos de seu pensamento político. É interessante ressaltar que sua percepção a respeito desta questão é anterior mesmo à Revolução Soviética. Em discurso pronunciado ainda como acadêmico de Direito, ressalta com bastante objetividade o que julga ser o caráter superado das instituições liberais-parlamentares. Em outra oportunidade, na década de 30, chega a afirmar que é a crise da democracia liberal que gera o fenômeno totalitário, e não o contrário. Portanto, os elementos para uma nova ordem autoritária, contidos na crítica ao liberalismo, são anteriores e prioritários.

Nesta perspectiva, a eclosão da Revolução Soviética

vem primordialmente confirmar o que Campos denomina de "*carãter imprevidente e caõtico do liberalismo*", e tambẽ evidenciar outro fator que se torna fundamental no pensamento autoritãrio do entre-guerras: os riscos deste processo de transiãõ. Para ele, trata-se da transiãõ entre uma ordem liberal e a nova ordem autoritãria. Entretanto, em face da intensa crise que caracteriza esta fase, o processo polĩtico e o confronto de idẽias torna-se um estado de tensãõ polarizada. Daĩ, mais um argumento para a eliminaãõ dos regimes liberais: num mundo dividido entre o comunismo e o autoritarismo de direita, o liberalismo perde cada vez mais sua razãõ de ser, e o seu espaãõ, se nãõ for ocupado pelo autoritarismo, tornar-se-ã necessariamente comunista.

Neste ponto, cabe uma pergunta imporante: atẽ que ponto Campos utiliza este raciocĩnio como uma justificativa para a eliminaãõ das instituiãões liberais, ou realmente crẽ num certo determinismo histõrico? Deve-se levar em conta que Francisco Campos ã um dos pensadores autoritãrios cuja atuaãõ ã mais coerente em relaãõ ã sua ideologia. Embora na realidade nãõ haja um sõ e xemplo de paĩs liberal que, na ãpoca, se tenha tornado comunista, para ele o acirramento dos conflitos de classe e a crise ideolõgica constituem importantes indicadores de uma conjuntura favorãvel ã revoluãõ social. O mais provãvel ã que para ele, este seja primordialmente mais um fator da crise que enreda o mundo da ãpoca.

Qual a razãõ mais profunda da crise do liberalismo e da convulsãõ social que acompanha esta conjuntura histõrica? O grande nexu explicativo da sua percepãõ da crise mundial no perĩodo entre-guerras e, muito provavelmente, o ponto fundamental sobre o qual se estrutura seu pensamento polĩtico, ã a *emergẽncia da sociedade de massas*. A crescente aglomeraãõ de grandes massas humanas, que em funãõ da revoluãõ econõmica que se processa

desde o século XIX, vai marcar a época contemporânea, introduzindo novos problemas, tornam o liberalismo incompatível como organização social, política e econômica.

A preocupação de Campos é permanente a este respeito. Não se cansa de apontar o fenômeno de massas como o responsável pela profunda agitação da época. Mesmo quando a crítica dirige-se em primeiro plano ao liberalismo, é como incapacidade deste regime político de fazer frente aos problemas da época, da integração política das massas populares. Desta integração depende, em boa medida, a superação da crise. Recusa a atitude omissa do liberalismo frente ao problema, ao mesmo tempo em que guarda certo temor da integração política totalitária, que implica na necessidade de utilização permanente do potencial de violência das massas. Daí deriva também a questão da guerra, pois a integração pretendida totalitária no interior da nação, projeta a tensão e a violência para o plano internacional. Qual a solução, então? Para o jurista mineiro, dentro de sua concepção autoritário-corporativa, era fundamental o princípio da *não-mobilização política*.

A desmobilização das massas populares diferencia o regime autoritário-corporativo proposto por Campos, do fascismo. Até que ponto este instrumento responde a uma "ação ideológica", ou responde a uma estratégia política de um país não industrializado e incapaz de promover a integração totalitária das massas como no nazi-fascismo, é uma questão difícil de responder. Existirá entre o autoritarismo e o fascismo apenas uma diferença de grau, ou tratam-se de dois projetos distintos para a crise do entre-guerras? Evidentemente, cada ideologia é colocada em prática em função das condições concretamente existentes. É um fato histórico a existência de uma matriz ideológica comum aos dois projetos, e que os

regimes autoritários foram adotados por países ainda não industrializados, contrariamente ao fascismo. Mas no caso brasileiro, é importante atentar para o peso de uma tradição política que, desde a época colonial, caracteriza-se pela não-mobilização e não-participação político-ideológica das classes populares.

Quanto à questão do nacionalismo, apresenta diversas nuances. No caso especificamente brasileiro, ele é em grande medida compreendido em oposição ao regionalismo. A exaltação da nação significa também a apologia de um Estado autoritário forte, que representa o Estado-Nação. Este estado forte utiliza crescentemente certas técnicas do Estado Totalitário para "salvar" a democracia. Isto se deve, segundo Campos, à própria presença das massas. Esta é, aliás, a causa e justificativa do Estado Autoritário. Em contraposição ao internacionalismo, o nacionalismo autoritário procura compartimentar e isolar elementos da crise mundial, como que para quebrar sua dinâmica.

Dentro desta ótica, a luta ideológica possui um papel decisivo. Campos insiste na unidade de pensamento em torno de valores conservadores tradicionais como ponto indispensável para a implantação do Estado Autoritário. Paralelamente, o autoritarismo político desmobilizante impediria a participação caótica das massas populares, enquanto o corporativismo reforçaria as instituições sociais, impedindo seu esfacelamento e atrelando a sociedade "incapaz" e em perigo, ao Estado "autoritário e justo". Desta maneira, deveria ser detida a competição político-partidária, os conflitos regionais, os interesses particulares e, acima de tudo, a luta de classes, elementos que ameaçam desintegrar a sociedade em crise. Isto deveria deter e reverter o processo de "degenerência" que atingia a sociedade capitalista.

Francisco Campos é um intelectual "refinado" de uma corrente ideológica "pouco refinada". Sua superioridade intelectual sobre outros pensadores autoritários brasileiros torna o estudo de seu pensamento político extremamente interessante. Numa época de crise, é importante conhecer o pensamento das elites não apenas sobre as questões específicas, mas sobretudo, apreender sua percepção, muitas vezes instintiva, sobre as tendências do momento histórico. Isto ajuda a compreensão de suas ações políticas concretas, fornecendo valiosos instrumentos para a interpretação histórico-política. Neste sentido, deve manter-se aberta a questão seguinte: a interpretação do momento histórico por Campos e pelo pensamento autoritário constitui um instrumento de luta política e justificativa ideológica, ou reflete a crença num determinismo histórico?

Enfim, pode-se afirmar que a percepção que Francisco Campos possui da crise internacional do período entre-guerras e equivoca-se quando concebe a vitória do projeto político de uma direita autoritária, com a qual seu projeto busca identificar-se. Por outro lado, percebe com muita acuidade a morte de um liberalismo tal como existia antes de 1914. O seu alinhamento com a democracia, que após 1945 os Estados Unidos mostram ao mundo como um modelo para a sociedade capitalista - vale dizer, para o "mundo livre" -, tem clara consciência de que as instituições democráticas sofreram uma profunda transformação, incorporando importantes elementos do nazi-fascismo e do autoritarismo derrotados. Assim, não se trata tanto de um "recuo", mas da aceitação de uma democracia que criara mecanismos para impedir a participação "caótica" das massas, cujo fenômeno tão corretamente observou. Já é possível novamente conciliar "liberdade" e "ordem". A proposta de um regime autoritário-corporativo não era mais necessária, segundo enten

dia, porque estava finda a longa noite de incertezas e crise que atingira todos os povos no período entre-guerras, mas que amedrontara, principalmente, aqueles cuja hegemonia até então não havia corrido grande perigo.

A B S T R A C T

This Study, based on a multidisciplinary view, analyses the perception which the Brazilian authoritarian thought has about the international crisis of the period between wars. Using primarily the instruments of the political sciences analysis, we also search the support of the interpretative categories of History and Ideology.

The international crisis of the period between wars represents the culminant moment of the liberalism crisis of which origins date from the end of the 19th century. It represents historically, a large process of transition from the liberal-industrial capitalism to the monopolist-financial capitalism. The contradictions of this process arise explicitly after the first world war. All the period comprehended between the two world wars is a phase of permanent crisis and instability. The reaction, in most of the European and Latin-American countries, is the setting of authoritarian and fascist systems. Also in relation to Brazil, the decades of 1920 and 1930 are made of crisis and transition, that, despite their internal elements, reflects in a large way the international scene in which it was inserted.

In this context, the triumph of the Soviet Revolution brought about in a large part of the dominant classes a reaction to the panic perception of threat they began to feel. So, the authoritarian thought which was structured since the end of the 19th century experienced a strong growth and depth of its postulates. One considered that the parliamentary liberalism was unable to respond to the crisis and to defend the "status quo". The same way, the economic liberalism was considered to be responsible for the setting of the crisis, which happened from the productive activity to the ideological-cultural superstructure. The Brazilian authoritarian political thought suffered a large influence by the European ideological matrix, absorbing the corporative authoritarianism

which, internationally, denied the postulates of the liberal society, trying to replace it so that it would be easier to face the problems of the time, especially the socialism.

Francisco Campos was one of the main authoritarian thinkers in Brazil. His importance comes from the large intellectual influence and, as a minister, having served to the authoritarian system of Vargas, setting via the state, structural alterations in the Brazilian society, in the educational, juridical and political administrative levels. The main objective of this study consists in analysing the perception that Campos, as an authoritarian ideologist and high bureaucrat, has about the historical period of which he was an agent, that is to say, the period between wars.

Firstly, Francisco Campos realized a large historical movement, started in the end of the 19th century, of entrance of large human contingents in the social life, that is to say, the forming of the mass society. This phenomenon made the liberalism inappropriate as a political system and economic organization. It was perceived as being in crisis, due to its chaotic and improvident character. The sociological and political agitation and the economic disorder that accompanied the formation of the mass society hit its critical height in the period between wars. It was necessary to react, to restrain the chaos and the social agitation which the Marxism tried to take advantage of the risk of this transition process, once maintaining the liberal system, was the appearance of popular rebellions and socialist revolutions. Because of this, according to him, it was necessary to eliminate, or at least to reduce to the minimum, the political competition and the class conflicts. It was necessary, in short, to organize the society.

His critical view in relation to the liberal society and the perception he had about the problems of his time contained elements for a new international order. As he realized it, the world evolved to crescently complex forms, amidst the generalized chaos. However, although the society was passing by a process of decay, where the liberalism necessarily led to the comunism, a reaction started taking place. The decades of 1920 and 1930 watched the emergency of authoritarian and fascist systems in Europe and Latin America with

the parliamentary liberalism remaining confined to North America and the north-west of Europe. For Campos, this process indicated a way to be followed, a historical trend that would regenerate the society.

The interpretation of the historical process of the period between wars as a catastrophic crisis painted the necessity of a reaction. The implantation of an authoritarian political system and a corporative organization of the society constituted a historical need that would respond to the necessities of reorganization in the international level. A strong centralized politically and ideologically united and cohesive, nationalist State, able to lead and protect the society in times of crisis and transition, achieving the conservative modernization: this was the proposal of Francisco Campos and the brazilian and european authoritarian thought.

B I B L I O G R A F I A

A - FONTES PUBLICADAS:

1. CAMPOS, Francisco. *Doutrina da População*. Rio de Janeiro, Tip. do Jornal do Comércio, 1916.
2. _____ . *Introdução Crítica à Filosofia do Direito*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1918.
3. _____ . *O "Animus" na Posse*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1918.
4. _____ . *Opiniões e Debates*. Belo Horizonte, Tipografia Ariel, 1921.
5. _____ . *Pela Civilização Mineira*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1930.
6. _____ . *Pareceres*. Rio de Janeiro, Tip. do Jornal do Comércio, 1934.
7. _____ . *Pareceres - 2ª série*. Rio de Janeiro, Livraria Editora José Olympio, 1936.
8. _____ . *Educação e Cultura*. Rio de Janeiro, Livraria Editora José Olympio, 1940 202pp.
9. _____ . *Antecipações à Reforma Política*. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1940. 271pp.
10. _____ . *O Estado Nacional - Sua Estrutura*,

- Seu Conteúdo Ideológico*. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1940, 258pp.
11. _____ . *Direito Constitucional*. Rio de Janeiro, Livraria Freitas Bastos S/A, 1956. (2 volumes).
12. _____ . *Direito Administrativo*. Rio de Janeiro, Livraria Freitas Bastos S/A, 1966. (2 volumes).
13. _____ . *Discursos Parlamentares (1921/1926)*. Seleção e Introdução de Paulo Bonavides. Brasília, Câmara dos Deputados e Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1979 (Perfis Parlamentares, 6). 153pp.
14. _____ . *Os Problemas do Brasil e as Grandes Soluções do Novo Regime*. Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa e Propaganda/Imprensa Nacional, 1928, 51pp.
15. _____ . *10 de Novembro*. Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa e Propaganda, 1938. 18pp.
16. CAMPOS, Francisco; CAPANEMA, Gustavo e LANARI, Amaro. *Legião de Outubro - Manifesto aos Mineiros*. Belo Horizonte, s/ed., 1931. 15pp.
17. CAMPOS, Francisco. "As liberdades Públicas nos Estados Unidos, antes, durante e depois da guerra". *Revista dos Tribunais*. Vols. 63 e 64, 1927.

18. _____ . "Diretrizes Constitucionais do novo Estado Brasileiro" (I e II) *Revista Forense*. Volume 73, 1928.
19. _____ . "Seis meses de Estado Novo". *Revista Forense*. Volume 74, 1928.
20. _____ . "Discurso Sobre o Atentado Comunista". *Em Guarda*, 1928.
21. _____ . "A Constituição de 1937 e Sua Vigência". *Revista Forense*. Vol.103,1945.
22. _____ . "A Atualidade de Dom Quixote". *Digesto Econômico*. IV (39), 1948.
23. _____ . "Os Problemas Cruciais da Economia Brasileira". *Digesto Econômico*. IX (102), 1953.
24. _____ . "A Obra de Raul Fernandes". *Digesto Econômico*. XV (145), 1959.
25. _____ . "Cuba e América". *Digesto Econômico*. XIX (164), 1962.
26. _____ . "A Aliança Liberal e a Revolução de 30". *Digesto Econômico*. XIX (166), 1962.
27. _____ . "A Delegação de Poderes e a Incapacidade de Governar". *Digesto Econômico*. XIX (167), 1962.

B. TRABALHOS PUBLICADOS:

a. Obras Específicas:

1. AMARAL, Azevedo.

O Estado Autoritário e a Realidade Na

- cional. Brasília, Câmara dos Deputados e Editora Universidade de Brasília, 1981, 161 pp.
2. AYÇOBERRY, Pierre. *La Question Nazie*. Paris, Editions du seuil, 1979, 316pp.
3. AZEVEDO, Fernando. "Como eu via Francisco Campos". *Digesto Econômico*. XXIV (205), 1969.
4. BONAVIDES, Paulo. "Francisco Campos: o antiliberal". Org. de Francisco Campos: *Discursos Parlamentares (1921-1926)*. Brasília, Câmara dos Deputados e Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1979 (Perfis Parlamentares 6).
5. BURON, Thierry & GAUCHON, Pascal. *Os Fascismos*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1980, 160pp.
6. CARDOSO, Fernando Henrique. *Autoritarismo e Democratização*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975 (3ª edição). 240 p.
7. CAPANEMA, Gustavo. *Francisco Campos*. s/local e s/editora, 1969. 26pp.
8. D'ASSAC, Jacques Ploncard. *Doutrinas do Nacionalismo*. Lisboa, Edições Panorama, 1962. 360pp.
9. DINIZ, Ely. "O Estado Novo: Estrutura de Poder e Relações de Classes". in FAUSTO, Boris (org.) *História Geral da Civilização Brasileira*- vol. 10. São Paulo, DIFEL 1981, 604pp.
10. FELICE, Renzo de. *Antologia Sul Fascismo: il giudizio storico*. Roma/Bari, Gius, Laterza & Figli Spa. 1976. 280pp.

11. FERNANDES, Florestan. *Apontamentos sobre a "Teoria do Autoritarismo"*. São Paulo, HUCITEC, 1979. 107pp.
12. GERMANI, Gino. *Autoritarismo, Fascismo e Classi Sociali*. Bologna, Società editrice il Mulino, 1975. 306pp.
13. HITLER, Adolf. *Minha Luta*. Porto Alegre, Ed. Livraria do Globo, 1939 (4ª edição). 578p.
14. KONDER, Marcos. *Democracia, Integralismo, Comunismo*. Rio de Janeiro, s/ed., 1935. 52pp.
15. LAMOUNIER, Bolivar. "Formação de um pensamento autoritário na Primeira República: Uma Interpretação". in FAUSTO, Boris (org.) *História Geral da Civilização Brasileira - Vol.9 - São Paulo/Rio de Janeiro*, DIFEL, 1977.
16. LINZ, Juan; O'DONNELL, Guillermo; HOBSCAWM, Eric; JONG, Rudolf de. *O Estado Autoritário e Movimentos Populares*. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1979. 373pp.
17. MACCIOCCHI, Maria A. *Éléments pour une analyse du fascisme*. Paris, Union Générale D'éditions, 1976, 890 pp.
18. MACRIDIS, Roy C. *Ideologias Políticas Contemporâneas*. Brasília, 1982, 318pp.
19. MANOILESCO, Mihail. → *O Século do Corporativismo*. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1938, 292pp.
20. _____ . *Le Parti Unique*. Paris, les oeuvres Françaises, 1937. 251pp.
21. MANNHEIM, Karl. "O Pensamento Conservador". in MARTINS,

- José de Souza (org.) *Introdução Crítica à Sociologia Rural*. São Paulo, HUCITEC, 1981.
22. MARCUSE, Herbert. "La lutte contre le libéralisme dans la conception totalitaire de l'État". in *Culture et Sociêté*. Paris, les Éditions de Minuit, 1970.
23. MEDEIROS, Jarbas. "Francisco Campos, ontem e hoje: reflexões sobre o autoritarismo brasileiro". *Cadernos do Departamento de Ciência Política*. (6). Belo Horizonte, 1980.
24. _____ . "Francisco Campos, o Autoritário". *Jornal da Tarde*. 18/XI/1978, São Paulo, p.1 e 2.
25. _____ . *Ideologia Autoritária no Brasil: 1930/1945*. Rio de Janeiro, Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1978. 628pp.
26. MEDEIROS, Jarbas e VIEIRA, Margarida. "As idéias políticas de Plínio Salgado". in CRIPPA, Adolpho (coord.). *As Idéias Políticas no Brasil*. Brasília, Ed. Convívio, 1979 (2 volumes).
27. MICELI, Sérgio. *Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo/Rio de Janeiro, DIFEL, 1979, 210pp.
28. MICHELS, Robert. *Sociologia dos Partidos Políticos*. Brasília, 1982. 243pp.
29. MOURA, Gerson. *Autonomia na Dependência: a política exterior brasileira de 1935 à 1942*. Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira, 1980. 194 pp.

30. OLIVEIRA, Lúcia Lippi e outras. *Estado Novo: Ideologia e Poder*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982, 166pp.
31. OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org.) *Elite Intelectual e Debate Político nos Anos 30*. Rio de Janeiro, Ed. Fundação Getúlio Vargas e Brasília, Instituto Nacional do Livro, 1980. 355pp.
32. ORTEGA Y GASSET, José. *La Rebelión de las Masas*. Madrid, Revista de Occidente, 1956. 354pp.
33. NIETZSCHE, Friedrich. *Civilização e Decadência*. Porto, Editorial Inova, s/ed. 398pp.
34. NEUMANN, Franz. *Estado Democrático e Estado Autoritário*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1969. 329pp.
35. O'DONNELL, Guillermo. "Sobre o 'corporativismo' e a questão do Estado". *Cadernos do Departamento de Ciência Política*. (3) Belo Horizonte, 1976.
36. PAIM, Antonio. "O Castilhismo, o Estado Novo e o Trabalhismo". *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 24/4/1983. p.6
37. POULANTZAS, Nicos. *Fascismo e Ditadura*. São Paulo, Martins Fontes Ed., 1978. 385pp.
38. ROMANO, Roberto. *Conservadorismo Romântico: Origem do Totalitarismo*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1981. 168pp.
39. TORRES, Alberto. *A Organização Nacional*. Brasília, Ed. da Universidade de Brasília e São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1982. 331pp.

40. _____ . *Le Problème Mondial. Etudes de Politique Internationale.* Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1913.
41. SADEK, Maria T.Aina. "A questão ideológica na década de 30". *Simpósio sobre a Revolução de 30.* Porto Alegre, UFRGS/ERUS, 1983. 719pp.
42. SALGADO, Plínio. *O Sofrimento Universal.* Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1934, 237pp.
43. SCHMITTER, Philipe. "Still the century of Corporatism". *The Review of Politics.* vol.36, Jan. 1974.
44. SCHWARTZMAN, Simon. *Bases do Autoritarismo Brasileiro.* Rio de Janeiro, Ed. Campus, 1982. 163pp.
45. SEITENFUS, Ricardo A.S. *O Brasil de Getúlio Vargas e a Formação dos Blocos.* Rio de Janeiro, Editora da UFRGS, 1983 (no prelo).
46. _____ . "The fascism in Brazil, 1936-38". *Hispanic American Historical Review/ Year Book 1983,* New México. (no prelo)
47. _____ . "A Revolução de 30 e as Relações Internacionais: da fraqueza ao realismo (1930-1942)". *Simpósio sobre a Revolução de 30.* Porto Alegre, UFRGS/ERUS, 1983. 719pp.
48. SOARES, Maria Susana. "Os intelectuais na década de 1920". *Simpósio sobre a Revolução de 30.* Porto Alegre, UFRGS/ERUS, 1983. 719pp.
49. SPENGLER, Oswaldo. *A Decadência do Ocidente.* (Ed. condensada por Helmuth Werner) Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1982.441pp.

50. TAVARES, José Giusti. *A Estrutura do Autoritarismo Brasileiro*. Porto Alegre, Ed. Mercado Aberto, 1982, 181pp.
51. TAVARES, José Nilo. *Conciliação e Radicalização Política no Brasil*. Petrópolis, Ed. Vozes, 1982, 260pp.
52. _____ . *Autoritarismo e Dependência: Oliveira Vianna, Alberto Torres*. Rio de Janeiro, Achiamê/Socci, 1979. 68pp.
53. TOGLIATTI, Palmiro. *Lições sobre o Fascismo*. São Paulo, Liv. Ed. Ciências Humanas, 1978, 137p.
54. TRINDADE, Hēlgio. *Integralismo: O fascismo brasileiro na década de 30*. São Paulo/Rio de Janeiro, DIFEL, 1979 (2ª edição) 380p.
55. VIDIGAL, Luís Eulālio Bueno. "Francisco Campos e a Constituição de 1937". *Digesto Econômico*. XXIV (205), 1969.
56. VIEIRA, Evaldo. *Autoritarismo e Corporativismo no Brasil*. São Paulo, Cortez Editora, 1981. 150pp.

b. Obras Gerais:

57. ALTHUSSER, Louis. "Aparelhos Ideológicos de Estado". *Posições 2*. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1980. 165pp.
58. BARRACLOUGH, Geoffrey. *Introdução à História Contemporânea*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1976 (4ª edição). 252pp.

59. BIDDISS, Michael D. *L'Ere des masses*. Paris, Editions du Seuil, 1980. 380pp.
60. BRANDI, Paulo. *Vargas, da vida para a história*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1983. 322p.
61. CARONE, Edgard. *A República Velha (1889-1930)*. São Paulo/Rio de Janeiro, DIFEL, 1977. 508pp.
62. _____ . *A República Nova (1930-1937)*. São Paulo/Rio de Janeiro, DIFEL, 1977, 414pp.
63. _____ . *O Estado Novo (1937-1945)*. São Paulo/Rio de Janeiro, DIFEL, 1977. 387pp.
64. CARDOSO, Fernando Henrique e MARTINS, Carlos Estevam (org.). *Política e Sociedade*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1982 (2 volumes).
65. CARR, Edward Hallett. *Vinte Anos de Crise: 1919-1939*. Brasília. Ed. Universidade de Brasília, 1981. 220pp.
66. CARVALHO, Delgado de. *História Diplomática do Brasil*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1959. 409pp.
67. CHÂTELET, François & PISIÉRIE-KOUCHNER, Evelyn. *As Concepções Políticas do Século XX*. Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1983. 777 pp.
68. CHEVALIER, Jean-Jacques. *As Grandes Obras Políticas de Maquiavel a nossos dias*. Rio de Janeiro, Agir, 1980. 440pp.
69. CALUDIN, Fernando. *La Crisis de Movimiento Comunista, de la Komintern al Kominform*. (Tomo 1). Barcelona, Ruedo Ibérico, 1977. 707p.
70. CLAUSEWITZ, Carl Von. *Da Guerra*. São Paulo, Martins Fontes

- Ed. e Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1979. 788pp.
71. COSTA, João Cruz. *Contribuição à História das Idéias no Brasil*. Rio de Janeiro, Liv. José Olympio Editora, 1956.
72. CRESPIGNY, Anthony & IDEOLOGIAS POLÍTICAS. Brasília, Ed. CRONIN, Jeremy. Universidade de Brasília, 1981.140p.
73. CRIPPA, Adolpho (coord) *As Idéias Políticas no Brasil*. Brasília, Ed. Convívio, 1979 (2 volumes).
74. CROUZET, Maurice. *História Geral das Civilizações - A Época Contemporânea*. São Paulo/Rio de Janeiro, DIFEL, 1977 (volumes 15, 16 e 17).
75. DENNIS, Henri. *História do Pensamento Econômico*. Lisboa, Livros Horizonte, 1978. 782pp.
76. DONGHI, Tulio Halperin. *História da América Latina*. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1975.323pp.
77. FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder*. Porto Alegre, Ed. Globo, 1979 (5ª edição) (2 volumes).
78. FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo/Rio de Janeiro, DIFEL, 1977(volumes 8,9 e 10).
79. FERNANDES, Florestan (org.) *MARX-ENGELS. (História)*. São Paulo, Ed. Ática, 1983. 496pp.
80. GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1978 (3ª edição)444p.
81. _____ . *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1978 (2ª edição). 244pp.

82. HILTON, Stanley. *O Brasil e a Crise Internacional: 1930/1945*. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1977, 203pp.
83. HOBBS, Thomas. *Leviatã*. São Paulo, Abril Cultural, 1979. 420pp.
84. KRIPPENDORF, Ekkehart. *História das Relações Internacionais*. Lisboa, Editorial Antídoto, 1979. 217p.
85. LASKI, Harold. *Reflexões Sobre a Revolução de Nossa Época*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1945. 434pp.
86. LEFORT, Claude. "Esboço de uma gênese da ideologia nas sociedades modernas". in *As Formas da História*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1979.
87. MANNHEIM, Karl. *Ideologia e Utopia*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1976 (3ª edição). 330p.
88. MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. Lisboa, Editorial Presença, e São Paulo, Livraria Martins Fontes, 1980 (4ª edição). 2 volumes).
89. MAYER, Arno J. *Dinâmica da Contra-Revolução na Europa: 1870-1956*. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1977. 173pp.
90. MOORE Jr., Barrington. *As Origens Sociais da Ditadura e Democracia*, Lisboa, Edições Cosmos e Santos, Liv. Martins Fontes Ed. 1975. 632pp.
91. MOSCA, Gaetano & BOUTHOU, Gaston. *História das Doutrinas Políticas*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1975, 416p.
92. PAIM, Antonio. *História das Idéias Filosóficas no Bra*

93. PARKER, R.A.C. *sil.* São Paulo, Ed. Universidade de São Paulo/Editorial Grijalbo. 1974. *El Siglo XX: Europa 1918-1945*. México, Siglo XXI Editores, 1982 (5ª edição). 440pp.
94. PESAVENTO, Sandra. "Um caso regional de autoritarismo: a República Velha Gaúcha". *Revista do IFCH/UFRGS*. Ano V, 1977.
95. ROMANELLI, Otaiza de Oliveira. *História da Educação no Brasil: 1930/1973*. Petrópolis, Ed. Vozes, 1978, 267pp.
96. RUSSELL, Bertrand. *História da Filosofia Ocidental*. Vol. 3, Brasília, Ed. Universidade de Brasília e São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1982. 391pp.
97. SCHWARZ, Roberto. "As idéias fora do lugar". *Estudos CEBRAP*. nº 3, São Paulo, 1973.
98. THIBAUT, Pierre. *O Período das Ditaduras: 1918-1947*. Lisboa. Publicações Dom Quixote, 1981. (História Universal - vol. 12) 424pp.
99. TOUCHARD, Jean. *História das Idéias Políticas - vol.7*. Lisboa, Publicações Europa-América, 1970, 172pp.
100. VEDRINE, Hélène. *As Filosofias da História: decadência ou crise?* Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1977. 187pp.
101. VIZENTINI, Paulo. *Os Liberais e a Crise da República Velha*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1983. 88pp.

102. _____ . *O Rio Grande do Sul e a Política Nacional: as oposições civis na crise dos anos 20 e na Revolução de 1930.* Porto Alegre, BRDE/Academia Brasileira de História, 1982. 224pp.
103. _____ . "A crise dos anos 20 e a Revolução de 30: Economia e Política". *Perspectiva Econômica*. XVI (32), São Leopoldo, UNISINOS, 1981.
104. WATKINS, Frederick. *A Idade da Ideologia.* Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1981. 107pp.
- M. & KRAMNICK, Isaac.

c. Trabalhos Não-Publicados:

1. FERREIRA, Maria Elisabete. *Poder Regional e Modernização Educacional: Minas (1927/28).* Brasília, Dep. de Ciências Sociais do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília, 1976 (Dissertação de Mestrado).
2. ROSEMBERG, Martha. → *Ariel Vencido? O Pensamento de Francisco Campos.* São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1979 (Dissertação de Mestrado).
3. SEITENFUS, Ricardo. *O Difícil Aprendizado do Nacionalismo: as relações brasileiras com a Itália e a Alemanha, 1930-1942.* Geneve, Institut Universitaire de Hautes

Études Internationales, 1980 (Mimeo grafado) (Paper apresentado no "Seminário sobre a Revolução de 1930", organizado pelo CPDOC/Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro).

4. _____ . *Le Brésil de Getúlio Vargas et la Formation des blocs: 1930-1942. Le processus de l'engagement brésilien dans la Seconde Guerre Mondiale. Genève, Université de Genève/ Institut Universitaire de Hautes Études Internationales, 1981. (Tese de Doutorado)*
5. VIZENTINI, Paulo Fagundes. *Francisco Campos e a Educação no Pensamento Político Autoritário-Corporativo. Porto Alegre, Curso de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1981 (monografia).*
6. _____ . *A Política do VIº Congresso da Internacional Comunista (1928). Porto Alegre, Curso de Pós-Graduação em Ciência Política da UFRGS, 1983. (Monografia).*